

2008

Relatório de Actividades

REGISTRO DE ACTIVIDADES



FICHA TÉCNICA

Título

Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.
Relatório de Actividades 2008

Edição

INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.
Rua B – Edifícios 4, 5, 6 e Santa Cruz
Aeroporto da Portela 4 – 1749-034 Lisboa
Telef.: +351 218 423 500 / Fax.: +351 218 402 398 / e-mail: geral@inac.pt
www.inac.pt

Coordenação técnica

Gabinete de Estudos e Controlo de Gestão

Imagem e Grafismo

Departamento de Comunicação

Periodicidade

Anual

Data de Edição

Maior de 2009



ÍNDICE

Nota prévia	5
Capítulo 1 – Evolução do Tráfego.....	8
Capítulo 2 - Orientações Gerais e Específicas prosseguidas pelo INAC, I.P.....	12
Capítulo 3 – Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).....	14
3.1 Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)	16
3.2 Elementos Adicionais de Avaliação	21
i) Apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados.....	21
ii) Avaliação do sistema de controlo interno	23
iii) Análise das causas de incumprimento de acções ou projectos não executados ou com resultados insuficientes.....	25
iv) Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho	26
v) Audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na auto-avaliação dos serviços .	30
vi). Actividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano, com indicação de resultados alcançados	33
vii). Afectação real e prevista dos recursos da organização	53
Capítulo 4 – Balanço Social	93
Capítulo 5 – Avaliação Final.....	113
Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço	



O Relatório de Actividades é um documento publicado anualmente pelo INAC, I.P., nos termos do Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de Setembro. Com a recente publicação da Lei n.º 66-B/2007 (Lei do SIADAP) houve necessidade de harmonizar a estrutura do relatório prevista com a obrigatoriedade de prestação de informação e reporte complementares exigidos em sede de SIADAP 1. A estrutura do relatório que aqui se apresenta é a resposta a essa necessidade de harmonização. O seu conteúdo traduz o essencial das actividades desenvolvidas pelo INAC, I.P. do decorrer no ano 2008.

No **capítulo 1** é apresentada uma breve síntese de evolução do tráfego, relativa ao exercício económico de 2008 e no **capítulo 2** são descritos os principais objectivos e linhas de acção prosseguidos pelo Instituto.

O **capítulo 3** é dedicado à auto-avaliação do QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização), e evidencia os resultados alcançados e os desvios verificados relativamente aos principais objectivos operacionais definidos pelo INAC, I.P. para o período em causa.

Em cumprimento do disposto na Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro (SIADAP), no **capítulo 5**, dedicado à auto-avaliação do QUAR do Serviço são prestadas informações relativamente a: i) apreciação dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados; ii) avaliação do sistema de controlo interno do INAC, I.P.; iii) análise das causas dos desvios apurados; iv) indicação de eventuais medidas para uma melhoria da performance; v) audição dos dirigentes e demais trabalhadores no processo de auto-avaliação do serviço; vi) actividades desenvolvidas, para além das prosseguidas para cumprimento dos objectivos indicados no QUAR, previstas e não previstas no Plano de Actividades do Instituto e vii) afectação real e prevista dos recursos da organização.

No **capítulo 4** apresenta-se o Balanço Social do Serviço, sendo analisada, de forma sintética, a situação social do INAC, I.P. no decorrer do ano 2008.

O último capítulo, o **capítulo 5**, resume a avaliação final do desempenho do INAC, I.P. face aos objectivos e metas traçados sendo apresentada a menção proposta pelo Presidente do INAC, I.P. como resultado da auto-avaliação, de acordo com o n.º1 do artigo 18º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro.



CAPÍTULO I

Evolução do Tráfego

EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO



A economia mundial apresentou em 2008 um significativo abrandamento, especialmente notório no 4º trimestre, reflectindo o impacto da crise financeira internacional e a deterioração dos principais indicadores de confiança.

Esta mudança na situação económica e os consequentes efeitos ao nível do emprego e do poder de compra das famílias e das empresas conduziram a uma retracção da procura de transporte aéreo. O tráfego caiu. O crescimento médio global de 6% nos primeiros 6 meses de 2008 contrastou com as quebras de 2% a partir de Setembro face ao período homólogo anterior. No caso da carga, a quebra atingiu os 8%.

Na primeira metade de 2008, quando ainda não se antecipava uma crise com a profundidade que se veio a revelar, a duplicação do preço dos combustíveis conduziu a perdas na indústria aeronáutica global na ordem dos 5 mil milhões de dólares. Consequentemente, as companhias aéreas tenderam a adiar ou mesmo a cancelar as encomendas de novas aeronaves. A partir de Agosto de 2008, o parque aeronáutico estagnou e os parqueamentos de aeronaves dos aeroportos lotaram devido ao cancelamento de muitos voos programados.

O ano de 2008 foi assim bem difícil para a aviação comercial. No entanto, com este panorama, perspectiva-se, para 2009, que as companhias aéreas enfrentem perdas equivalentes às verificadas aquando do 11 de Setembro, e uma redução das receitas na ordem dos 6,5%. Uma recuperação não parece provável antes de 2011.

No contexto nacional, os principais indicadores de tráfego comercial e não comercial obtidos revelam que o transporte aéreo em Portugal não sofreu, em 2008, repercussões significativas resultantes do contexto internacional. O mercado cresceu cerca de 3% em número de movimentos e passageiros e 4% em termos de carga transportada, apesar de haver um abrandamento evidente no final do ano.

O segmento não regular apresentou variações negativas quer em movimentos (-4%), quer em passageiros transportados (-13%), revelando-se como o mais permeável à conjuntura económica, eventualmente em resultado de alguma contracção da procura de transporte de lazer.

O segmento regular cresceu a taxas semelhantes às do mercado no seu conjunto, sendo de enfatizar a recuperação do segmento carga, não alheia ao acréscimo do número de voos domésticos de carga com destino à Região Autónoma da Madeira.

Por seu turno, as companhias aéreas nacionais mantiveram, nos aeroportos nacionais, a quota de mercado atingida em 2007, de 63% no que se refere a movimentos e 51% no que toca a passageiros. Já no segmento não regular, o decréscimo de tráfego significou uma perda de representatividade das empresas estrangeiras, na medida em que as quotas de mercado das companhias nacionais cresceram 5% em número de movimentos e 3% em número de passageiros.

Não obstante o cenário de crescimento verificado em 2008, perspectiva-se que o transporte aéreo em Portugal venha a seguir em 2009 as tendências internacionais de retracção.



Gráfico 1

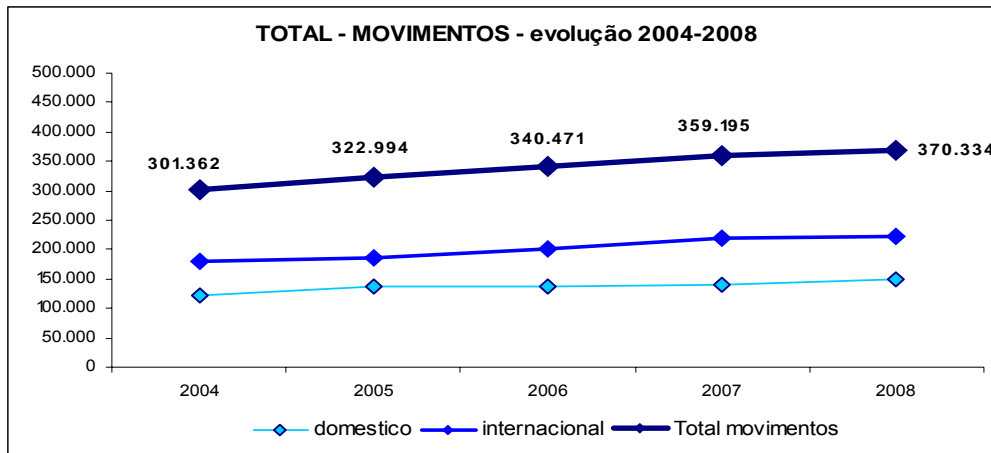


Gráfico 2

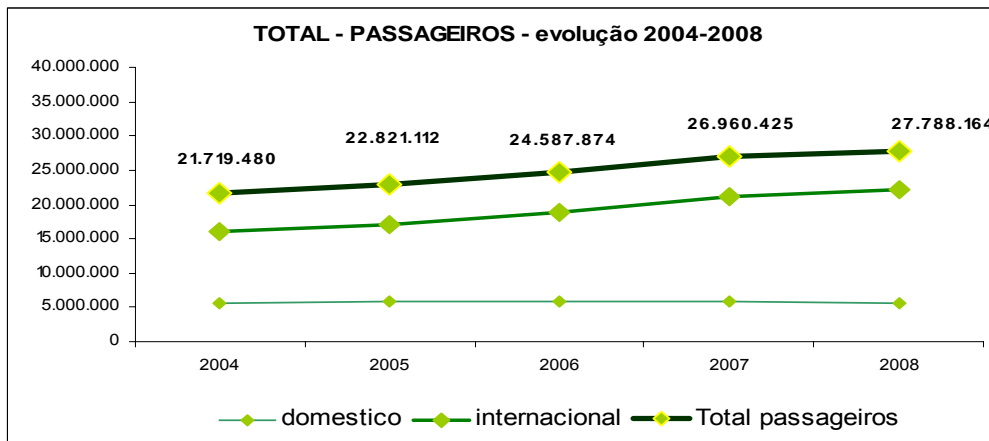
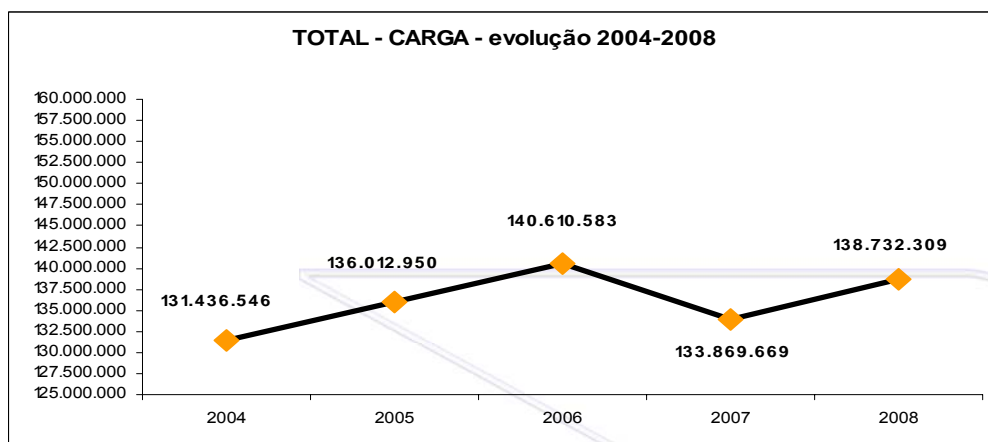


Gráfico 3



CAPÍTULO II

Orientações Gerais e Específicas prosseguidas pelo INAC, I.P.



As prioridades estratégicas definidas para o INAC, I.P. para o triénio 2008-2010 assentam na adequação do modelo regulatório às necessidades do sector, e, também, na melhoria do desempenho, reforçando a eficiência, aumentando a eficácia e melhorando a qualidade dos serviços prestados. Foram definidas para o INAC, I.P. através de 6 eixos estratégicos de intervenção:

- Assegurar um modelo de remuneração adequado do sistema aeroportuário, que facilite a sustentabilidade e racionalidade económica do mesmo;
- Adaptar o modelo regulatório para assegurar o desenvolvimento adequado do sistema aeroportuário nacional;
- Garantir a segurança da aviação civil promovendo uma eficaz regulação e regulamentação do sector, bem como eficiente acção inspectiva e fiscalizadora;
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados, concretizando uma redução visível dos prazos médios e desburocratizando e simplificando os processos de interface com os agentes económicos do sector;
- Reforçar as competências dos recursos humanos do Instituto, assegurando a disponibilidade dos meios necessários para a concretização da missão que lhe está cometida;
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira, minimizando a dependência do Orçamento de Estado e libertando os meios financeiros indispensáveis para cobrir os custos de funcionamento e financiar investimentos relacionados com a melhoria da eficácia no cumprimento da sua actividade.

Considerando as orientações de natureza mais genérica estabelecidas, foram definidos objectivos específicos para 2008, a prosseguir pelo INAC, I.P.:

Objectivo 1 – Aumentar a acção de supervisão garantindo a segurança da Aviação Civil

Promover a segurança da aviação civil de uma forma integrada e eficiente intensificando as acções de supervisão, inspectiva e fiscalizadora, melhorando os resultados das auditorias e contribuindo para a evolução sustentada do sector.

Objectivo 2 – Garantir a evolução permanente da regulação do sector

Promover a adequada regulação do sector, através da actualização do modelo regulatório aumentando a confiança dos agentes económicos e dos clientes no exercício da regulação do mercado.

Objectivo 3 – Aumentar a sustentabilidade económica e financeira

Manter e melhorar a sustentabilidade económico-financeira do INAC, I.P. promovendo o financiamento dos investimentos relacionados com a melhoria da eficácia da prestação do INAC, I.P..

Objectivo 4 – Recursos Humanos

Desenvolver as competências dos recursos humanos específicas no sector da aviação civil.

Objectivo 5 – Reengenharia de Processos Internos e melhoria da eficácia das actividades desenvolvidas pelo INAC, I.P.

Dotar o INAC, I.P. dos meios e processos que permitam uma resposta mais eficiente e eficaz junto do sector da aviação civil.

Objectivo 6 – Melhoria da Qualidade dos serviços prestados

Melhorar a qualidade dos serviços prestados, promovendo as ferramentas *e-government* e os sistemas de garantia da qualidade, reduzindo prazos de execução;

Objectivo 7 – Acção Europeia e Internacional

Representar o Estado Português em organismos internacionais relativos ao sector da aviação civil.



CAPÍTULO III

Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)

ΚΑΔΡΟ ΔΕ ΑΞΙΟΛΟΓΗΣΗΣ ΚΑΙ ΠΡΟΣΒΑΣΙΜΟΤΗΤΑΣ (ΚΑΔΡΟ)



3.1 QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO (QUAR)

Nos termos da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, a auto-avaliação deve evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR do serviço. É o quadro de avaliação e responsabilização para 2008 que se apresenta nas páginas seguintes, com indicação das metas e indicadores de medida a cumprir para cada objectivo e com determinação do resultado das acções desenvolvidas e respectiva classificação face à meta planeada.

O QUAR do INAC, I.P., previu 5 objectivos operacionais, para 2008, definidos de acordo com as perspectivas de eficácia, eficiência e qualidade.

Eficácia

Nesta perspectiva, com ponderação de 40% na avaliação do serviço, o INAC, I.P. apresenta um resultado global de 118%. Para este resultado concorre o desempenho no cumprimento dos objectivos 1 e 2.

Para avaliação do cumprimento do objectivo 1 foram definidos 5 indicadores de medida. O INAC, I.P. superou, em 15% este objectivo, já que os projectos legislativos foram concretizados dentro do prazo, a proposta para um novo modelo regulatório aeroportuário foi apresentada antes da data limite, foram publicados 2 estudos sectoriais¹ e foram apresentadas, dentro do prazo, as propostas relativas à reavaliação das condições de acesso ao mercado na aviação civil e na assistência em escala.

Para avaliação do cumprimento do objectivo 2 foram definidos 2 indicadores de medida. Relativamente ao aumento da acção de supervisão foram apuradas as inspecções / auditorias e SAFA²s concluídas em 2007³, tendo sido estabelecida a meta de realização de 361 acções em 2008. A meta definida foi superada em 54%, já que foram realizadas 559 acções de supervisão. Quanto ao grau de concretização do planeamento das acções de supervisão, o resultado apurado foi de 97%, portanto dentro do intervalo de superação definido inicialmente. Pela análise dos resultados constata-se que o objectivo de reforço da acção de supervisão, garantindo a segurança da aviação civil foi superado, com um grau de concretização de 126%.

¹ Foram publicados, em 31/Dez/08, um Anuário Estatístico: *Anuário da Aviação-Civil (2003-2007)* e um estudo sobre o impacto da aviação civil na economia nacional: *A Aviação Civil e a Economia Portuguesa*

² *Safety Assessment on Foreign Aircraft*.

³ Na metodologia adoptada para apresentação inicial do QUAR não foram consideradas as inspecções a aeronaves do RAN, pelo que o resultado da acção de supervisão apresentado, não considera, para efeitos de verificação do cumprimento de objectivo, aquelas inspecções.

Eficiência

No que respeita à perspectiva de eficiência, o desempenho do INAC, I.P. teve um resultado final de 70%; inferior, portanto, ao planeado. Para este resultado global, contribuíram os resultados do Objectivo 3, com um grau de concretização de 83% e do Objectivo 4, com um grau de concretização de 52%. Na alínea iii) do ponto 3.2 do presente capítulo é apresentada uma análise breve das causas dos desvios apurados.

Qualidade

Nesta última perspectiva todas as metas foram superadas, garantindo um grau de concretização do objectivo de 115%.

Efectivamente, foi disponibilizada, *on line*, uma funcionalidade específica para organizações de formação⁴, foi também concluído antes do prazo um inquérito ao clima e cultura organizacional do INAC, I.P.. No que respeita às acções de sensibilização foi superada a meta estabelecida, tendo sido realizadas 4 acções de sensibilização⁵.

Relativamente à redução dos prazos de resposta, foi definida como meta um prazo médio de resposta, por acto regulatório de 17 dias, que foi largamente superado⁶.

⁴ que possibilita a inscrição *on line* de alunos para exame.

⁵ um seminário relativo a segurança operacional nos aeródromos; uma sessão de trabalho com prestadores AFIS (*Aerodrome Flight Information Service*) sobre registo de Ocorrências; um seminário relativo aos 'Direitos dos Passageiros'; e um Workshop sobre aprovação de Pistas de Ultraleves.

⁶ Para o cálculo deste indicador foram considerados os actos regulatórios praticados pelas diversas unidades orgânicas do INAC, I.P.. Tanto quanto possível tentou-se calcular o prazo médio de resposta de todos os actos regulatórios. Contudo, a ausência de um sistema de gestão documental utilizado por todas as unidades orgânicas e o facto de o universo de actos regulatórios praticados ser cerca de 34000, condicionaram a metodologia a adoptar. Assim, tanto quanto possível optou-se por considerar uma amostra aleatória, com um número aleatório de elementos, tentando, tanto quanto possível que esse número de elementos representasse 20% do número total de elementos de cada acto regulatório.

Quadro 1 – QUAR

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2008								Última actualização: 2008/12/31	
Ministério: MOPTC - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações									
Organismo: INAC, IP - Instituto Nacional de Aviação Civil									
Missão: Promover o desenvolvimento seguro, eficiente e sustentado das actividades da aviação civil através de regulação, regulamentação, certificação, licenciamento e fiscalização.									
As atribuições do INAC, I.P. estão especificadas no Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de Abril.									
Visão: Projectar o INAC, IP como autoridade reguladora da aviação civil, prestigiada e reconhecida pelo seu desempenho e qualidade.									
Objectivos estratégicos (OE):									
OE1 - Garantir a segurança da aviação civil promovendo uma eficaz regulação e regulamentação do sector, bem como a eficiente acção inspectiva e fiscalizadora									
OE2 - Promover o desenvolvimento sustentado do sector da aviação civil através de uma regulação económica adequada									
OE3 - Melhorar o desempenho e a qualidade dos serviços prestados de forma a assegurar a sustentabilidade do INAC, IP									
Objectivos Operacionais	Meta Ano N-1	Meta Ano N	Ano N			Desvios			
			Resultado	Concretização					
				Superou	Atingiu		Não Atingiu		
EFICÁCIA			118%	X		↑ 18%			
OB 1		Ponderação de 70%	115%	X					
Garantir a evolução permanente da regulação de acordo com as necessidades do sector, promovendo o seu desenvolvimento sustentado e a segurança	Ind 1	- 1 Diploma a transpôr o anexo 2 da ICAO; - 1 Diploma com o Código Registo Aeronáutico (Anexo 7 da ICAO); - 1 Diploma a transpôr a Directiva CE 23/2006; - 1 Diploma a criar o regime sancionatório no âmbito da Regulamentação Europeia sobre as Normas de Base Comuns relativas à Segurança da Aviação Civil; - Elaboração de 2 procedimentos respeitantes ao Anexo 3 do Regulamento CE 8/2008 (OPS- EU); - Elaboração de 2 procedimentos e 2 circulares do Regulamento CE 2042/2003.	NA	31-12-2008	31-12-2008	X	→ 0,00%		
	Peso	50%							
	Ind 2	Proposta de modelo económico de regulação de aeroportos	NA	31-12-2008	07-10-2008	X	↑ 0,21%		
	Peso	20%							
	Ind 3	Contribuir para o desenvolvimento do sector Nº de relatórios sectoriais publicados	NA	1	2	X	↑ 100,00%		
	Peso	15%							
	Ind 4	Proposta de reavaliação das condições de acesso ao mercado: sector da aviação civil	NA	31-12-2008	31-12-2008	X	→ 0,00%		
	Peso	7,5%							
	Ind 5	Proposta de reavaliação das condições de acesso ao mercado: assistência em escala	NA	31-12-2008	31-12-2008	X	→ 0,00%		
	Peso	7,5%							
OB 2		Ponderação de 30%	125%	X					
Aumentar a acção de supervisão garantindo a segurança	Ind 6	Aumentar o nº. de auditorias, inspecções, acções correctivas e inspecções a aeronaves de países terceiros que utilizem aeródromos nacionais	312	362	559	X	↑ 54,42%		
	Peso	50%							
	Ind 7	Auditorias e inspecções realizadas Auditorias e inspecções planeadas	NA	100%	97%	X	↓ -3,00%		
Peso	50%								

Quadro 1 – QUAR (continuação)

EFICIÊNCIA						70%		X	↓	-30%
OB 3		Ponderação de 60%			83%			X		
Aumentar a sustentabilidade económico-financeira	Ind 8	Reduzir custo operacional por certificações / licenciamentos / autorizações Custos Operacionais Nº de certificações/licenciamentos/autorizações	363 €	350 €	287 €	X			↑	18,00%
	Peso	25%								
	Ind 9	Taxa de cobertura de custos por proveitos próprios Proveitos Operacionais Próprios Custos Operacionais	111%	117%	105%		X		↓	-10,26%
	Peso	25%								
	Ind 10	Grau de cumprimento orçamental Despesas de funcionamento (executadas) Despesas de funcionamento (orçamentadas)	89%	100%	76%	X			↑	24,00%
	Peso	25%								
	Ind 11	Elaborar o projecto de revisão e actualização do sistema de taxas do INAC	NA	31-10-2008				X	↓	-100,00%
	Peso	12,5%								
	Ind 12	Implementar informação de reporte e controlo dos custos e proveitos por Unidade Orgânica	NA	31-10-2008				X	↓	-100,00%
	Peso	12,5%								
OB 4		Ponderação de 40%			52%			X		
Desenvolver competências dos recursos humanos específicas no sector da aviação civil	Ind 13	Dispôr de um manual de recrutamento e formação do pessoal nos termos da regulamentação técnica internacional	NA	31-12-2008				X	↓	-100,00%
	Peso	50%								
	Ind 14	Indicador de formação do serviço N.º horas de formação realizadas N.º horas de formação previstas	NA	75%	78%		X		↑	3,53%
	Peso	50%								
QUALIDADE						115%		X	↑	15%
OB 5		Ponderação de 100%			115%			X		
Melhorar a imagem organizacional e qualidade dos serviços prestados	Ind 15	Aplicar a funcionalidade Sistema Informático Integrado do INAC (SINAC) no âmbito dos seguintes processos: - Organizações de formação	NA	15-12-2008	30-09-2008	X			↑	0,19%
	Peso	30%								
	Ind 16	Elaborar um inquérito de clima e cultura organizacional	NA	30-11-2008	04-07-2008	X			↑	0,37%
	Peso	30%								
	Ind 17	N.º de sessões de sensibilização e divulgação de informação ao sector da aviação civil	NA	3	4	X			↑	33,33%
	Peso	30%								
	Ind 18	Melhorar a qualidade de serviço Prazo médio de dias de resposta por tipo de documentos, ponderado pelo n.º de actos regulamentares	NA	17	9	X			↑	47,06%
Peso	10%									

Justificação para os desvios ...

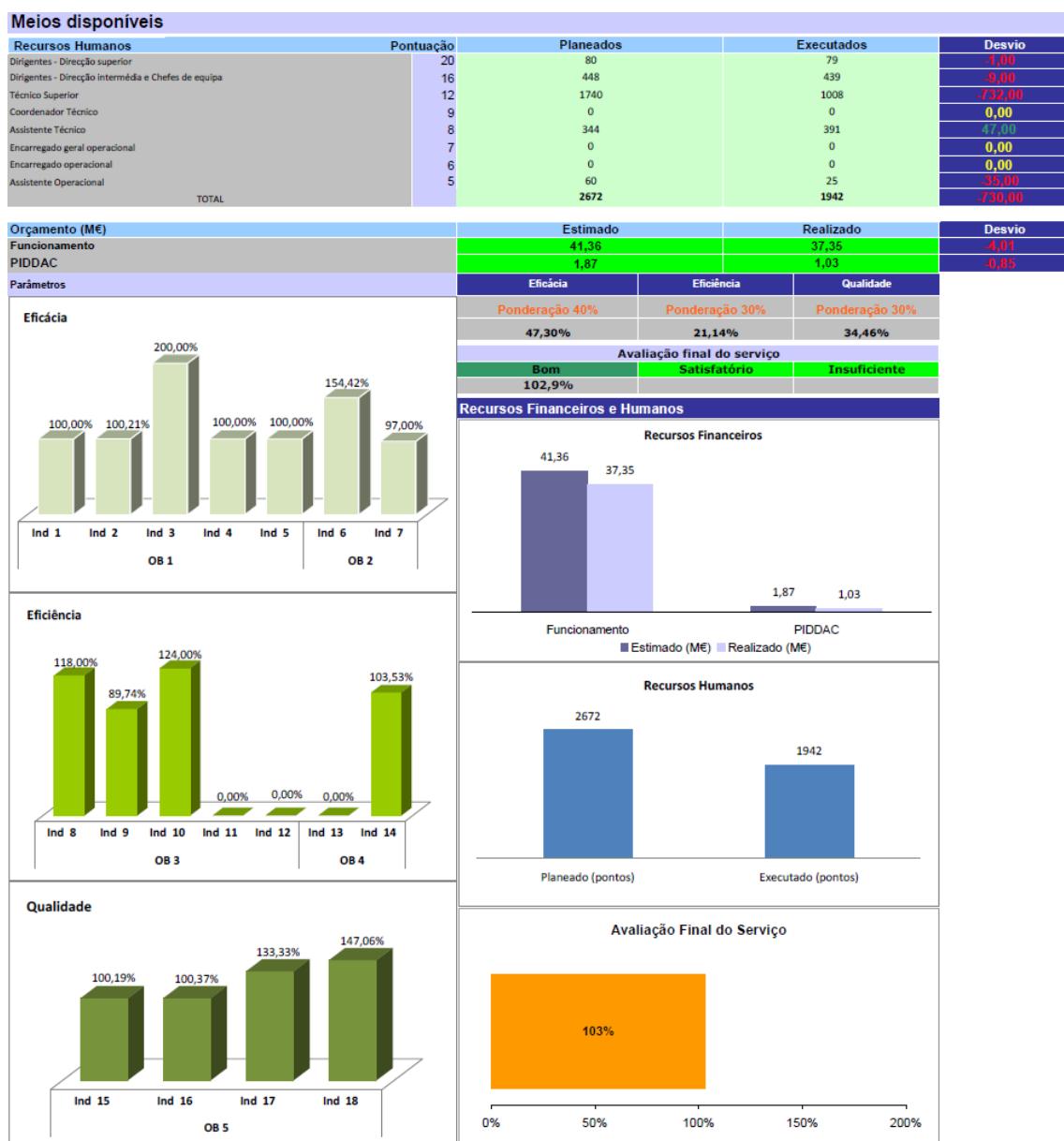
Explicitação da fórmula utilizada

O cálculo da classificação obtida em cada indicador é obtido de forma distinta entre os indicadores de incremento positivo e os indicadores de incremento negativo. No caso dos indicadores de incremento positivo a classificação obtida é dada pela soma aritmética entre a realização plena (100%) e o desvio ocorrido $[(\text{Resultado} - \text{Meta N})/\text{Meta}]$. No caso dos indicadores de incremento negativo a classificação obtida é dada pela soma aritmética entre a realização plena (100%) e o desvio ocorrido $[(\text{Meta N} - \text{Resultado})/\text{Meta}]$.

O resultado obtido em cada parâmetro é apurado por uma média ponderada da classificação obtida em cada um dos indicadores que concorrem para esse parâmetro, utilizando como ponderadores o peso de cada um dos indicadores conjugado com o peso do objectivo que incorporam.



Quadro 1 – QUAR (continuação)



3.2 ELEMENTOS ADICIONAIS DE AVALIAÇÃO

i) Apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados

Com o objectivo de apurar o grau de satisfação dos clientes do INAC, I.P. quanto à qualidade dos serviços prestados, foi desenvolvido um pequeno questionário, que se encontra disponível, desde Novembro de 2008, nas instalações do INAC, I.P., onde decorrem actividades de atendimento ao público (Portaria do Edifício 4 e tesouraria, no Edifício Santa Cruz). Pretende-se obter informação, por parte dos utilizadores, quanto a parâmetros que foram considerados, numa primeira fase, como essenciais para promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados: comodidade das instalações, acessibilidades, qualidade de atendimento e celeridade na decisão. Pretende-se, também, obter informação quanto à frequência de utilização dos serviços do INAC, I.P..

Foram recebidas em 2008 somente 7 respostas, cujos resultados se apresentam no quadro seguinte. Não sendo possível qualquer inferência em função da reduzida dimensão da amostra, os resultados são apresentados a título exemplificativo.



Quadro 2 – Respostas ao questionário aos clientes

Questionário aos Clientes do INAC, I.P.			
EMPRESA	Como Classifica os Serviços prestados pelo INAC, I.P. tendo em conta os seguintes critérios	Critérios de Classificação dos Serviços	
		Grau de satisfação	
		Acessibilidades	100%
		Qualidade de Atendimento	100%
		Celeridade na Decisão	42%
		Comodidade das Instalações	92%
	Horário de Funcionamento	67%	
	Com que frequência utiliza os nossos Serviços	Frequência de Utilização dos Serviços	
		Frequência	
		1ª Vez	-
Uma ou mais vezes por mês		-	
Uma vez por ano ou menos		-	
Uma vez por semana		25%	
Várias vezes por ano	25%		
Várias vezes por semana	50%		
Sugestões / Comentários	Sugestões	2 Comentários	
INDIVIDUAL	Como Classifica os Serviços prestados pelo INAC, I.P. tendo em conta os seguintes critérios	Critérios de Classificação dos Serviços	
		Grau de satisfação	
		Acessibilidades	100%
		Qualidade de Atendimento	92%
		Celeridade na Decisão	83%
		Comodidade das Instalações	100%
	Horário de Funcionamento	75%	
	Com que frequência utiliza os nossos Serviços	Frequência de Utilização dos Serviços	
		Frequência	
		1ª Vez	-
Uma ou mais vezes por mês		50%	
Uma vez por ano ou menos		-	
Uma vez por semana		25%	
Várias vezes por ano	25%		
Várias vezes por semana	-		
Sugestões / Comentários	Sugestões	2 Comentários	

$$\text{Grau de Satisfação} = \frac{\sum \text{N.º de pontos atribuídos}}{\sum \text{Pontuação máxima}} \times 100\%$$



ii) Avaliação do sistema de controlo interno

Ambiente de controlo

No que releva à avaliação do ambiente de controlo, designadamente na sua vertente financeira, importa referenciar que o INAC, I.P. reporta periodicamente à *controller* financeira do MOPTC, sendo apurados, mensalmente, os principais *Key Performance Indicators* para a área financeira e de recursos humanos. Embora com uma periodicidade diferente⁷, são também analisados os principais KPI das outras áreas de actuação do INAC, I.P.: *safety*, *security* e regulação económica.

Ainda no que importa à função controlo na área financeira, foi nomeado por despacho conjunto, de 27 de Fevereiro, do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, como Fiscal Único do INAC, I.P. a sociedade de revisores oficiais de contas “Batista da Costa & Associados”, representada pelo Dr. Carlos Alberto Batista da Costa.

Estrutura organizacional e actividades e procedimentos de controlo administrativo implementadas no serviço

Em 2007, no seguimento do quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objectivos do Programa do Governo no tocante à modernização administrativa, foi revista a Lei Orgânica do INAC, I.P. e, conseqüentemente, determinada a sua reorganização interna, através da alteração dos Estatutos. Em Março de 2008, após a nomeação do Conselho Directivo, foram concretizadas estas alterações.

Por deliberação do Conselho Directivo foram atribuídos aos seus membros pelouros de actuação e delegadas competências⁸. Esta deliberação foi publicada no Diário da República, n.º 60, 2ª Série, de 26 de Março de 2008.

A Lei orgânica do Instituto está regulamentada, encontrando-se na *intranet* do serviço os documentos que permitem, a todos, na organização, conhecer a estrutura do Serviço, as atribuições gerais e específicas e os responsáveis de cada uma das unidades orgânicas, bem como lista de afectação de pessoal por unidade orgânica.

No âmbito dos processos de gestão desenvolvidos no decorrer de 2008, salienta-se a realização de reuniões periódicas entre o Conselho Directivo e os Dirigentes intermédios de 1º nível, estando prevista, no plano estratégico de comunicação interna, a divulgação, via *intranet*, das actas daquelas reuniões a todos os trabalhadores. Também com o objectivo de envolver os trabalhadores na gestão

⁷ Trimestralmente

⁸ Designadamente as competências para autorização da despesa.

do INAC, I.P., disponibilizando mais informação sobre as decisões do Conselho Directivo, foi deliberado superiormente divulgar as actas das reuniões do Conselho com interesse directo para os trabalhadores.

Importa ainda referir em sede de avaliação do desempenho, que os trabalhadores do INAC, I.P. são avaliados de acordo com o estipulado na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro. Para agilizar o processo de definição de objectivos está a ser utilizada uma aplicação informática que integra os três sistemas SIADAP⁹.

Fiabilidade dos sistemas de informação

No que releva aos sistemas de informação do Serviço, uma avaliação da situação *as-is* confirmou uma série de constrangimentos e limitações que urge ultrapassar, designadamente a existência de sistemas informáticos (aplicações) dispersos e desintegrados, potenciando eventuais inconsistências de informação. Para ultrapassar estes constrangimentos foi designado um parceiro estratégico para o INAC, I.P. que procedeu, no decorrer de 2008, ao levantamento e análise de processos, com vista à elaboração de um Plano Estratégico de Sistemas de Informação para o triénio 2008-2010.

No que respeita à política de segurança da partilha de dados informáticos foram estabelecidas, em 2008, directrizes de gestão, procedimentos e requisitos de controlo para garantir o nível apropriado de protecção e de disponibilidade da informação, com o objectivo de garantir a propriedade e a segurança dos dados informáticos do Instituto. Os procedimentos adoptados incluem: protecção contra acessos não autorizados, a realização diária de cópias de segurança, o controlo antivírus, e definições de segurança com parâmetros normativos não fechados com o objectivo de regular e prevenir a utilização abusiva das diferentes estruturas.

⁹ Apenas se encontram em fase de produção os SIADAP 2 e 3, já que foram solicitadas alterações ao módulo SIADAP 1.

iii) Análise das causas de incumprimento de acções ou projectos não executados ou com resultados insuficientes

O QUAR do INAC, I.P. para o exercício económico de 2008 definiu 5 objectivos operacionais, relacionados com os eixos estratégicos de intervenção para o triénio 2008-2010, e estabelecidos de acordo com 3 perspectivas de actuação: eficácia, eficiência e qualidade. Da avaliação preliminar do desempenho do Serviço verifica-se que os objectivos relacionados com a eficiência das actividades não foram cumpridos.

O **objectivo 3** – Aumentar a sustentabilidade económica e financeira, tem associados 5 indicadores de medida que permitem aferir o grau de cumprimento das metas fixadas. Em 2008, o grau de concretização deste objectivo foi de 83%.

Importa referenciar que, não obstante terem sido amplamente superados 2 dos indicadores deste objectivo (Ind. 8 e 10), a não concretização dos projectos associados aos indicadores 9, 11 e 12 comprometeu o desempenho do INAC, I.P. nesta vertente:

→ Indicador 9 – Taxa de cobertura de custos por proveitos próprios.

Meta = 117%; Resultado = 105% (fonte: Registo de Actividade do INAC, I.P.)

O apuramento deste indicador em fecho de contas, surge com um valor significativamente mais baixo, uma vez que, só no final do exercício foi efectuada a provisão para férias do ano seguinte, nos termos do estabelecido no POCP. Para obviar esta situação, nos diversos reportes deste indicador, para 2009, o valor da referida provisão será já devidamente imputado.

→ Indicador 11 – Elaborar o projecto de revisão e actualização do sistema de taxas do INAC, I.P. (fonte: Data Entrada Gabinete SEAOPC)

O projecto encontra-se em fase de consolidação não tendo sido ainda concluído.

→ Indicador 12 – Implementar informação de reporte e controlo dos custos e proveitos por Unidade Orgânica (fonte: Registo de Actividade do INAC, I.P.)

Não foi possível implementar este projecto devido à existência de limitações ao nível das aplicações de suporte à actividade administrativa, designadamente, ao nível das soluções informáticas de suporte à área financeira, recursos humanos, economato e comunicações.

O **objectivo 4** – Desenvolver competências dos recursos humanos específicas do sector da aviação civil, tem associados 2 indicadores de medida que permitem aferir o grau de cumprimento das metas fixadas. Em 2008, o grau de concretização deste objectivo foi de 52%, tendo contribuído para este resultado a impossibilidade de concretização dos projectos associados ao indicador 13.

→ Indicador 13 - Dispor de um manual de recrutamento e formação do pessoal nos termos da regulamentação técnica internacional (fonte: Data de aprovação pelo Conselho Directivo)

O manual em apreço foi já concluído, tendo sido aprovado pelo Conselho Directivo do INAC, I.P. em 3 de Março de 2009.



iv) Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

A procura de melhoria no desempenho das actividades do INAC, I.P. deverá ser centrada não só na análise das características da organização, mas, também, deve ter em conta o meio que a rodeia e a sua performance em anos anteriores. Neste sentido, e após a avaliação prévia do QUAR do serviço, considera-se que no futuro, para além das actividades e projectos relacionados com o reforço da segurança e com a adequação da regulação às necessidades do sector, deverá ser dada especial importância à reanálise dos processos críticos para a organização, designadamente no que concerne aos relacionados com a perspectiva de eficiência.

Com base na análise dos elementos constantes dos quadros anteriores, foram definidas acções de melhoria, já tidas em conta aquando da definição do Plano de Actividades para 2009, designadamente no que respeita aos objectivos operacionais definidos:

1. Assessoria ao Governo, ao nível legislativo, através da transposição de Directivas e Anexos, bem como elaboração de regulamentos e demais actos legislativos;
2. Adequação do sector às necessidades do sistema de aviação civil;
3. Reforço da acção de supervisão, garantindo a segurança;
4. Reforço da sustentabilidade económica e financeira;
5. Reforço do posicionamento institucional do INAC, I.P.;
6. Reorganização de processos críticos da actividade desenvolvida, com vista a um aumento da eficácia e uma melhoria da eficiência;
7. Melhoria da qualidade dos serviços prestados.



Antevendo alguns constrangimentos nas actividades relacionadas com o reforço da eficiência do serviço, foram planeadas para 2009 algumas actividades, que se prevê reforcem a actuação do INAC, I.P., nesta perspectiva. Apresenta-se, nos quadros seguintes o conjunto de actividades a desenvolver no corrente ano, no âmbito da reorganização de processos críticos da actividade desenvolvida, com vista a um aumento da eficácia e uma melhoria da eficiência e do reforço da sustentabilidade económica e financeira.

Quadro 3 – Reorganização dos Processos críticos da actividade do INAC, I.P.

Objectivos Operacionais	Actividades / Produtos / Serviços
Reorganização dos processos críticos da actividade do INAC, I.P.	Disponibilizar um 'Terminal Services', visando a diminuição do TOC (Total Cost of Ownership) por posto de trabalho (hardware / software); potenciar acessos mais eficientes dos dados / Informação, permitindo maior partilha de informação e um forte incremento das políticas de segurança da infra-estrutura (2ª fase – Unidades Orgânicas).
	Implementar um módulo de Gestão de Recursos Humanos a integrar, futuramente num ERP
	Adoptar e implementar uma infra-estrutura integrada baseada em tecnologia <i>SharePoint</i> , com o objectivo de potenciar o aumento da eficácia, acelerar processos de negócio e facilitar a partilha de informação dentro e fora da organização (Intranet por Unidades Orgânicas – 2ª Fase).
	Migrar e otimizar as bases de dados, suportadas em <i>Microsoft Office Access 2003</i> para plataforma ORACLE / MS SQL em áreas 'share' (GECG, DCM, DGR).
	Concluir a reestruturação e certificação do sistema de cablagem estruturada dos edifícios n.º 5 e 6 do INAC, I.P.
	Levantamento das Publicações Técnicas relacionadas com marcas e modelos de aeronaves / fabricantes existentes no registo aeronáutico e verificação da sua acessibilidade.
	Verificação de todos os procedimentos aplicáveis e de todos os processos das organizações e dos operadores aéreos envolvidos nas auditorias.
	Implementar meios de pagamento via <i>Web</i> e facturação electrónica no INAC, I.P.
	Implementar o portal do trabalhador INAC, I.P.
	Consolidar o modelo de controlo de bens móveis do INAC, I.P.
	Reorganizar a biblioteca do INAC, I.P.
	Sistematizar e consolidar o manual de descrição de funções e competências por UO's e sub UO's do INAC, I.P.
	Implementar plano de formação de desenvolvimento de recursos humanos de acordo com as necessidades dos postos de trabalho.
Organizar a formação motivacional de direcção e liderança.	

Quadro 4 – Reforço da sustentabilidade económico-financeira

Objectivos Operacionais	Actividades / Produtos / Serviços
Reforço da sustentabilidade económico-financeira	Implementar controlos aplicacionais e operacionais de verificação da fiabilidade da informação inerente ao processo de tratamento da taxa de segurança.
	Implementar controlos de acompanhamento das empresas devedoras e em risco.
	Reengenharia dos procedimentos associados á cobrança de dívidas com mora significativa.
	Implementar um novo modelo de taxa e prestação de serviços do INAC, I.P.
	Implementar mecanismo automático de prestação de informação periódica de contas às diversas entidades oficiais (com tal funcionalidade disponível) e Tribunal de Contas
	Aumentar o índice de cobrança.



v) Audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na auto-avaliação dos serviços

Em cumprimento do disposto na alínea f) do n.º2 do Artigo 15º da Lei n.º 66-B/2007 (SIADAP), foi apresentada uma avaliação preliminar da actividade desenvolvida pelo INAC, I.P. para cumprimento das metas e indicadores previstos no QUAR e, também, dois pequenos inquéritos cujas respostas permitem aferir o resultado da auto-avaliação do serviço pelos seus dirigentes e trabalhadores. São essas respostas que se apresentam nos gráficos das páginas seguintes.

Foram obtidas 20 respostas de dirigentes intermédios, para um universo de 28 indivíduos e 31 respostas de trabalhadores, para um universo de 135 indivíduos num total de 167 efectivos¹⁰. A apresentação de resultados foi feita, para cada universo, em 3 gráficos distintos. No caso dos trabalhadores não é feita qualquer análise dos dados, uma vez que a reduzida dimensão da amostra não permite extrapolar conclusões para o universo em análise; ainda assim, optou-se por apresentar os gráficos com os resultados das respostas, ainda que a título exemplificativo.

Relativamente ao inquérito aos dirigentes intermédios a taxa de resposta foi de 71%. Da análise às respostas obtidas verifica-se um envolvimento significativo dos dirigentes nesta matéria. Todas as unidades orgânicas contribuíram para a concretização de pelo menos um dos objectivos operacionais definidos no QUAR. Tendo sido os objectivos de melhoria da qualidade dos serviços prestados e da imagem organizacional e da adequação da regulação às necessidades do sector, aqueles que determinaram o envolvimento de maior número de unidades orgânicas.

Verifica-se, pela análise do Gráfico 2, que a generalidade dos dirigentes hierarquizou, pelo menos alguns dos objectivos definidos em sede de SIADAP 2 e 3 com os objectivos e metas definidos no QUAR, permitindo, desta forma, a integração dos objectivos do Serviço com os dos seus colaboradores.

No que respeita aos factores mais determinantes para o desempenho do INAC, I.P. em 2008, foram considerados pelos dirigentes o enquadramento dos objectivos operacionais definidos com a missão e objectivos estratégicos do Serviço e, também, os recursos humanos envolvidos.

¹⁰ Não foram considerados para este efeito os colaboradores em regime de prestação de serviços. Não foram remetidos questionários aos 4 membros do Conselho Directivo.

Gráfico 4 – Inquérito aos Dirigentes Intermédios – Contribuição das Unidades Orgânicas para o cumprimento dos objectivos do QUAR

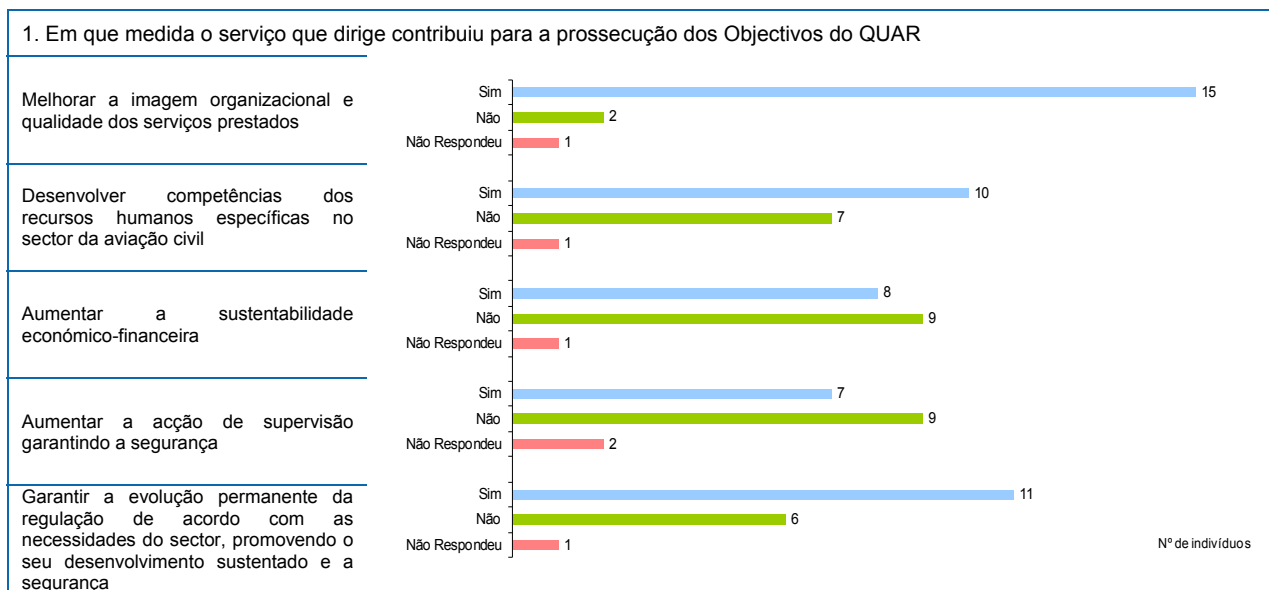


Gráfico 5 – Inquérito aos Dirigentes Intermédios – Articulação dos objectivos do QUAR com a definição dos Objectivos SIADAP 2 e SIADAP 3

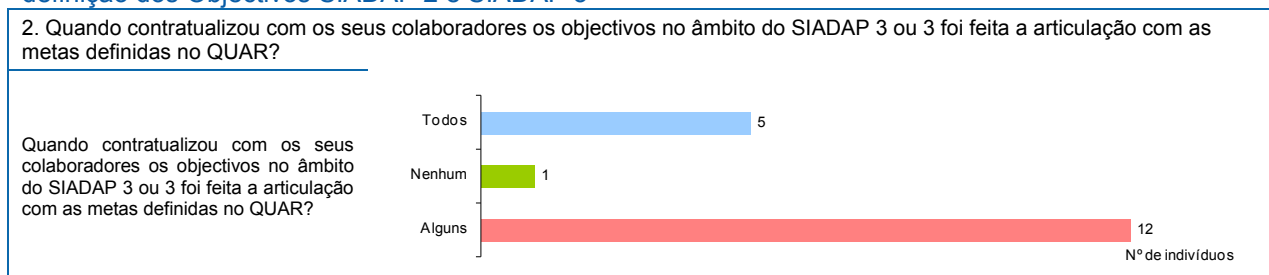


Gráfico 6 – Inquérito aos Dirigentes Intermédios – Factores que mais influenciaram o desempenho

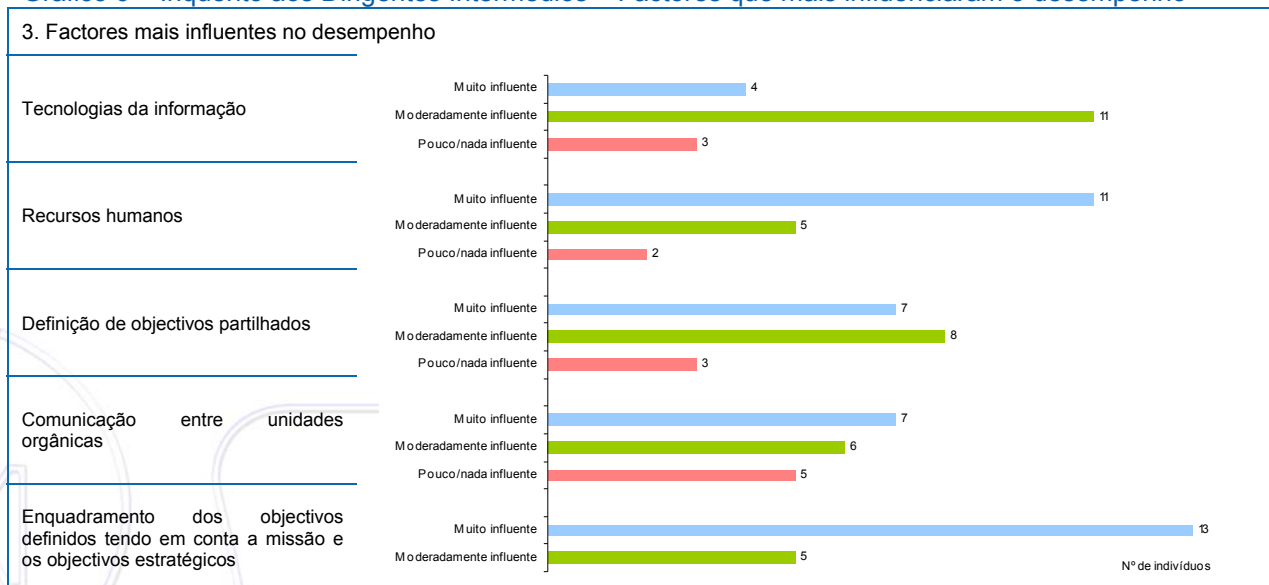


Gráfico 7 – Inquérito aos Trabalhadores – Contribuição das Unidades Orgânicas para o cumprimento dos objectivos do QUAR

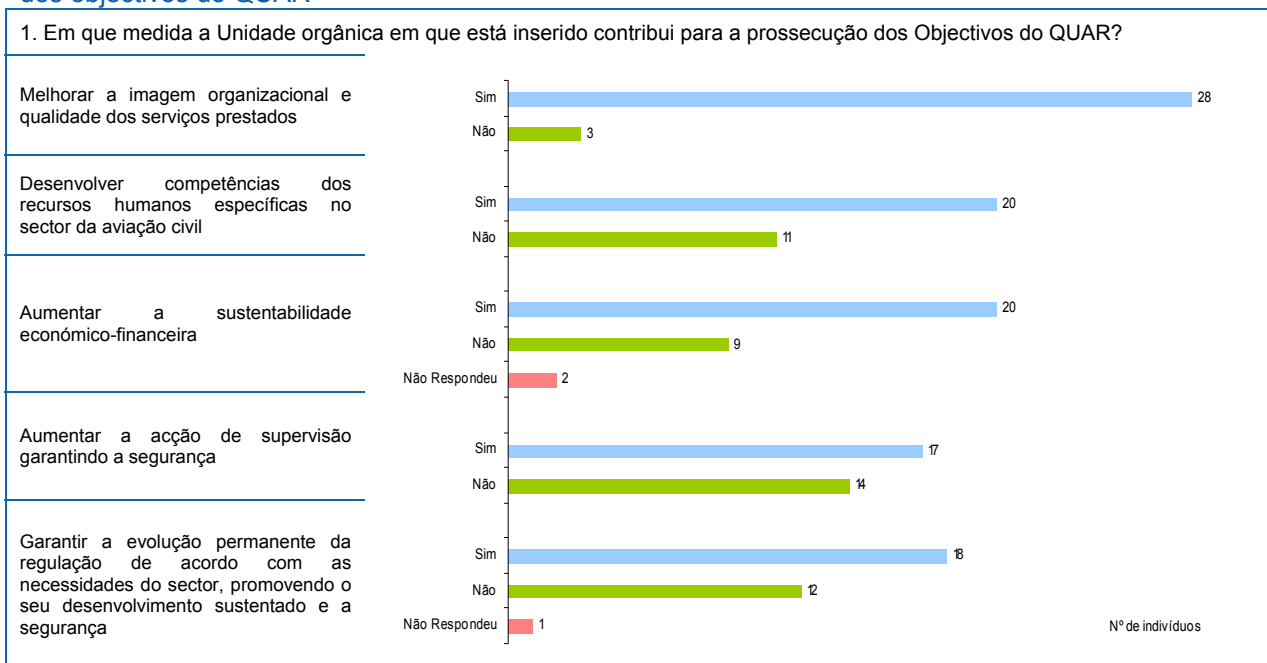


Gráfico 8 – Inquérito aos Trabalhadores – Articulação dos objectivos do QUAR com a definição dos Objectivos SIADAP 2 e SIADAP 3

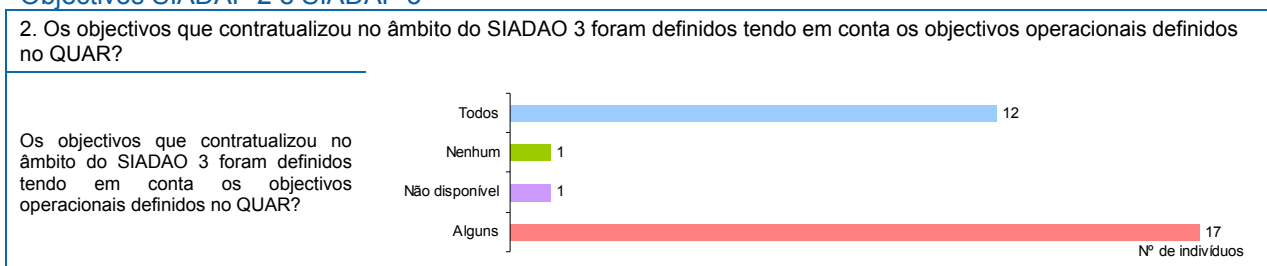
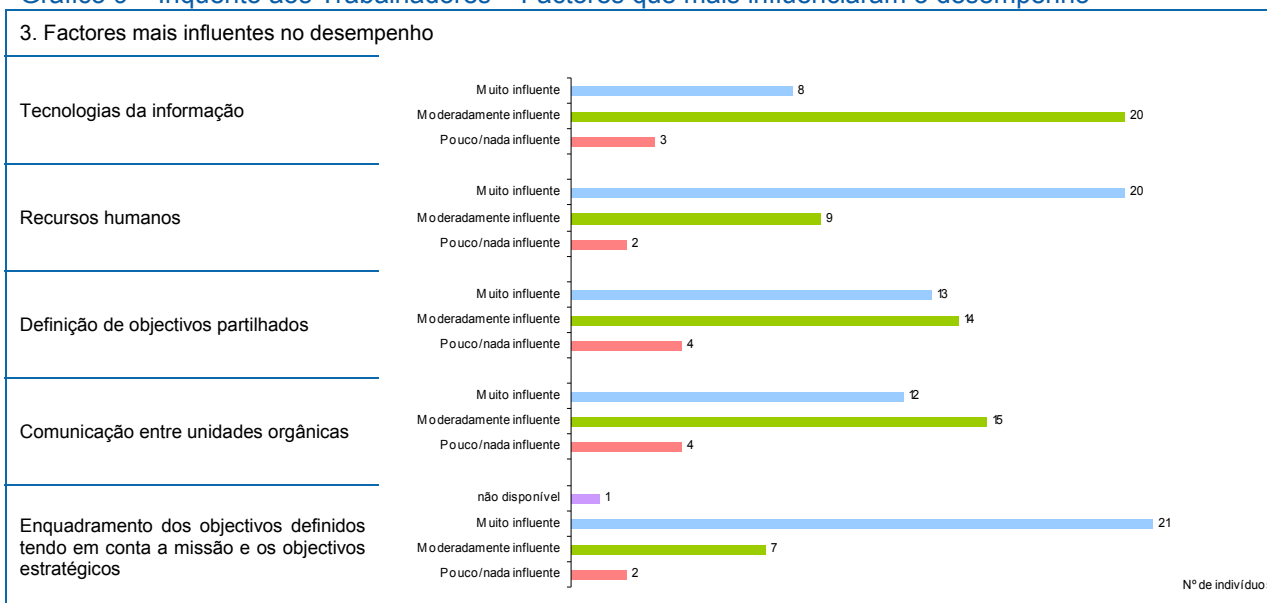


Gráfico 9 – Inquérito aos Trabalhadores – Factores que mais influenciaram o desempenho



vi). Actividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano, com indicação de resultados alcançados

O INAC, I.P. tem por missão regular e fiscalizar o sector da aviação civil e supervisionar e regulamentar as actividades desenvolvidas neste sector. Neste sentido, as actividades e projectos referentes a cada ciclo de gestão são planeados de forma a assegurar o exercício das competências do INAC, I.P. com eficiência e qualidade.

No quadro seguinte são descritas as principais competências do INAC, I.P., bem como as actividades desenvolvidas para as prosseguir.

Quadro 5 – Atribuições do INAC, I.P. e Principais Actividades Desenvolvidas

Atribuições / Competências	Principais Actividades
1. Coadjuvar o Governo, na definição das linhas estratégicas e de políticas gerais e sectoriais para a aviação civil	<ul style="list-style-type: none">→ Elaborar projectos de legislação, colaborar na preparação de diplomas legais e regulamentares, nacionais e comunitários e acompanhar a sua aplicação;→ Representar o Estado Português em organismos internacionais relativos ao sector da aviação civil.
2. Promover a segurança aérea	<ul style="list-style-type: none">→ Regular, supervisionar, inspeccionar e fiscalizar as organizações, as actividades, os equipamentos e as instalações do sector.
3. Promover a adequada regulação económica do sector	<ul style="list-style-type: none">→ Regular as actividades aeroportuárias, de navegação aérea e de transporte aéreo;→ Supervisionar as condições do exercício das actividades da aviação civil;→ Garantir os direitos dos passageiros.
4. Promover a facilitação e a segurança de gestão de transporte aéreo e coordenar o respectivo sistema nacional	<ul style="list-style-type: none">→ Coordenar e supervisionar a implementação e execução dos programas nacionais de facilitação e segurança da aviação civil e de controlo da qualidade da segurança da aviação civil;→ Promover a implementação e o desenvolvimento do programa nacional de formação e treino de segurança da aviação civil.

vi.1) Coadjuvar o Governo, na definição das linhas estratégicas e das políticas gerais e sectoriais para a aviação civil

No âmbito das competências do INAC, I.P. em matéria de assessoria ao Governo na definição das linhas estratégicas e políticas sectoriais, as principais actividades desenvolvidas no ano 2008 tiveram por base a elaboração de projectos legislativos, a representação do Estado Português em diversas organizações internacionais e comités técnicos relacionados com a aviação civil e, também, a participação e negociação de acordos sobre serviços aéreos e a supervisão dos serviços aéreos realizados no âmbito de obrigações modificadas de serviço público. Descrevem-se, em seguida, as principais actividades e projectos desenvolvidos em 2008, relativos aquelas áreas de actuação.

Elaborar projectos de legislação, colaborar na preparação de diplomas legais e regulamentares, nacionais e comunitários e acompanhar a sua aplicação

Relativamente às propostas de projectos legislativos apresentadas em 2008, destacam-se:

Diplomas publicados

- Decreto-Lei nº 66/2008, de 9 de Abril, (regula a atribuição de um subsidio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários no âmbito dos serviços aéreos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira).
- Portaria nº 316-A/2008, de 23 de Abril (fixa o montante do subsidio a atribuir pelo Estado a esses beneficiários).
- Decreto-Lei nº 109/2008, de 26 de Junho de 2008 (revisão do regime de atribuição de faixas horárias).
- Lei nº 50/2008, de 27 de Agosto, (1ª alteração ao Decreto-Lei nº 66/2008, de 9 de Abril, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos residentes e estudantes, no âmbito dos serviços aéreos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira).

Projectos de Diploma

- Revisão do Decreto-Regulamentar n.º 12/99, de 30 de Julho, alterado pelo Decreto-Regulamentar n.º 5-A/2002, de 8 de Fevereiro.
- Projecto legislativo de alteração do actual regime jurídico que prevê o estabelecimento das taxas aeroportuárias – alteração do modelo regulatório do sector aeroportuário.
- Projecto de transposição da Directiva Comunitária 23/2006/CE relativa à licença comunitária de Controlador de Tráfego Aéreo.
- Projecto de Decreto-Lei relativo a Obrigações de Serviço Público (alteração do Decreto-Lei nº 138/99).
- Revisão do Regime Jurídico dos tempos de trabalho e repouso do pessoal móvel da aviação civil - Decreto-Lei 139/2004, de 5 de Junho.
- Projecto de Decreto-Lei sobre passageiros de mobilidade reduzida e pessoas com deficiência (desenvolvimento do REG. CE 1107/2006 de 5 de Julho).
- Projecto de Portaria, respeitante à fixação da taxa devida pela prestação do serviço de assistência a passageiros de mobilidade reduzida.

- Proposta de alteração ao D.L. n.º 40/2006 (transposição da directiva 2008/49/CE).
- Projecto de Decreto-Lei que aprova o regime jurídico aplicável às regras do ar (Anexo 2 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional).
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico aplicável ao Registo Aeronáutico Nacional.
- Projecto de Decreto-Lei relativo ao regime sancionatório no âmbito da regulamentação europeia sobre as normas de base comuns relativas à Segurança da Aviação Civil.
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico do acesso à actividade e do exercício de direitos de tráfego no transporte aéreo comercial regular extracomunitário.
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico da atribuição das autorizações de exploração dos serviços aéreos comerciais não regulares extracomunitários e procede à classificação dos mesmos.



Representação do Estado Português em Organizações Internacionais

- Representação no Comité de Segurança de Aviação Civil da Comissão Europeia.
- Reunião com representantes da Comissão Europeia (DG TREN), no INAC, I.P., para avaliação da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, em matéria de transporte aéreo.
- Participação nas reuniões da Comissão Europeia (DG TREN) *Ad Hoc Insurance Group*, com vista à revisão da Convenção de Roma de 1952, relativa aos danos causados a terceiros à superfície, por aeronaves estrangeiras.
- Representação nos fóruns e grupos de trabalho da Conferência Europeia de Aviação Civil, nos quais Portugal está formalmente representado, designadamente na *Technical Task Force*, no *Security Forum* e no *Facilitation Forum*.
- Organização em Portugal da 11ª reunião da *Training Task Force* da Conferência Europeia da Aviação Civil.
- Representação na Academia Europeia de Medicina Aeronáutica e Espacial.
- Participação no grupo de trabalho FDC CE/EUA no qual participam ainda Espanha, França, Reino Unido e Grécia.
- Participação no Grupo Ambiente do Conselho da UE, como parte da Delegação nacional constituída igualmente por representantes do MNE, da APA¹¹ e do CECAC¹², na negociação do projecto legislativo, recentemente concluído com a adopção da Directiva 2008/101/CE de 19 de Novembro de 2008, que altera a Directiva 2003/87/CE de modo a incluir as actividades da aviação no regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade.
- Participação no *Technical Working Group (TWG3) on Aviation*, para análise das incidências das acções de MRV das emissões de CO2 relativas à actividade do sector da aviação.
- Participação no Grupo de Trabalho “Bunkers Fuel¹³” no âmbito da Delegação nacional sobre “Clima Internacional”, com o objectivo de preparar a posição comunitária no que diz respeito ao tratamento a conferir às emissões da aviação civil internacional, no âmbito das medidas de controlo e mitigação preconizadas pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC).
- Participação na Conferência ICAO sobre a economia dos aeroportos e dos serviços de Navegação Aérea – Participação nas reuniões preparatórias do Grupo Aviação e do Grupo ECOSTRAT e na Conferência da ICAO.
- Preparação dos trabalhos tendentes à cooperação entre os Estados Contratantes do Grupo

¹¹ Agência Portuguesa do Ambiente

¹² Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas

¹³ Grupo de Peritos da UE sobre questões a integração do sector da aviação internacional nos mecanismos de Quioto.

ABIS na representação dos órgãos permanentes da ICAO - Apresentação dos procedimentos nacionais para autorização de voos, sobrevoos, escalas técnicas.

- Apresentação, da legislação internacional, comunitária e nacional relativa às autorizações de sobrevoos, escala técnica e de voos não abertos ao tráfego internacional e dos procedimentos nacionais, na reunião do Grupo MAWG-MAOC (N) *Air Working Group*.
- Participação na 83ª reunião do grupo ABIS, para a assinatura do Memorando de Entendimento que permite a adesão de Portugal ao grupo.
- Preparação da realização da 84ª reunião do grupo ABIS, em Lisboa.

Preparação, Negociação e Implementação de Acordos sobre Serviços Aéreos

- Preparação e negociação de acordos de transporte aéreo com Singapura e Egito e revisão do acordo de transporte aéreo com a Venezuela e Índia.
- Preparação e negociação de um acordo aéreo bilateral sobre serviços aéreos com o Chile e revisão do acordo de serviços aéreos com São Tomé e Príncipe.
- Participação nas negociações levadas a cabo pela Comissão Europeia para negociação da 2ª fase da Área Aberta de Aviação CE / Estados-Membros / EUA.
- Implementação da 1.ª fase da Área Aberta de Aviação CE / Estados-Membros / EUA.
- Participação nas negociações comunitárias para conclusão de um acordo aéreo CE / Estados-Membros / Canadá.
- Participação na negociação do "Acordo Horizontal" com a Índia.
- Acompanhamento e implementação do Acordo Comunidade Europeia / Países dos Balcãs Ocidentais no âmbito do Espaço Aviação Comum Europeu (EACE).
- Acompanhamento e implementação do Acordo de Transporte Aéreo Euro-Mediterrânico (Marrocos).
- Participação no Comité Especial e Fórum Consultivo relativo ao Acordo sob forma de Troca de Cartas entre a CE e os seus Estados-Membros, por um lado e a Federação da Rússia, por outro, relativo aos "Princípios Acordados com vista à Modernização do Actual Sistema de Utilização das Rotas Transiberianas" e à criação do "Mecanismo de Igualização" pelos Estados-Membros.
- Participação no *Advisory Committee* sobre as decisões da Comissão relativamente à celebração de Acordos Bilaterais entre os Estados Membros e Países Terceiros.
- Participação nas rondas de negociações com vista à negociação de um acordo global misto sobre serviços aéreos com a Ucrânia, bem como no respectivo Comité Especial.

Obrigações de Serviço Público

- Preparação das peças concursais, participação e conclusão do concurso público para a adjudicação da rota entre Lisboa e o Nordeste Transmontano.
- Parecer técnico sobre a proposta da Sata Air Açores tendente à redução das tarifas promocionais nas rotas Porto Santo / Funchal e preparação dos trabalhos relativos à actualização das tarifas nas ligações aéreas entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira.
- Contribuição na definição das Obrigações modificadas de Serviço Público nas ligações entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre Lisboa e o Nordeste Transmontano.
- Supervisão e fiscalização da execução das OSP, através da aprovação de Programas de Exploração¹⁴ e respectivas estruturas tarifárias e da elaboração de Relatórios de Execução¹⁵.
- Revisão trimestral sobre a taxa de combustível praticada nas ligações aéreas objecto de OSP.

¹⁴ Foram emitidas um total de 26 autorizações

¹⁵ Foram produzidos 53 relatórios de um total de 67 relatórios a realizar, garantindo um grau de concretização de 79%.

vi. 2) Promoção da Segurança Aérea (vertente *Safety*)

A promoção da segurança aérea tem associadas as actividades de regulamentação, supervisão e inspecção das organizações, actividades, equipamentos e instalações do sector. Em 2008, as actividades foram desenvolvidas considerando 3 factores determinantes: a reestruturação orgânica, a preparação dos serviços para as auditorias ICAO e EASA, a ocorrer em 2009, e o compromisso assumido para reforço da acção de supervisão.

A reestruturação do INAC, I.P., em 2008, implicou a revisão dos procedimentos das áreas técnicas no sentido de adequar as normas e regras técnicas às novas competências das unidades orgânicas face à actual estrutura organizacional.

No que respeita à preparação dos serviços para as auditorias internacionais da ICAO e da EASA, foram preparadas as diversas *compliance check lists* relativas aos Anexos da ICAO e identificada a necessidade de regulamentação necessária. Foram igualmente levados a cabo os trabalhos para preparação do ICAO SAAQ¹⁶, preparação dos procedimentos e processos para as auditorias EASA / FTSD e EASA / List.

O reforço da acção de supervisão sobre o sector foi um dos objectivos definidos pelo INAC, I.P., no Quadro de Avaliação e Responsabilização, para o ano de 2008. Em concreto, foi estabelecida uma meta mínima de aumento da acção inspectiva de 16% relativamente às acções do ano anterior, que foi largamente ultrapassada¹⁷. Os quadros e gráficos que a seguir se apresentam descrevem de forma mais desagregada esse reforço da acção de supervisão, em algumas das áreas de intervenção do INAC, I.P., apresentando a evolução do número de auditorias e inspecções nos últimos três anos, bem como a evolução do universo a auditar.

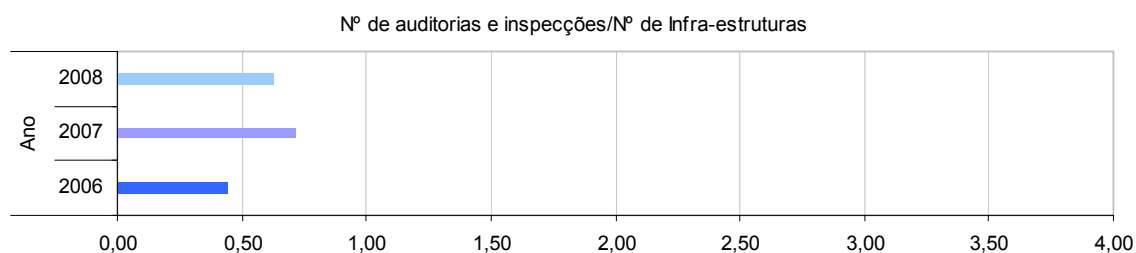
¹⁶ State Aviation Activity Questionnaire

¹⁷ Também devido à necessidade de recertificação dos operadores nos termos do Anexo III do Regulamento n.º3299/91 EU/OPS.

Quadro 6 – Acção de Supervisão: Infra-estruturas Aeroportuárias

	ANO		
	2006	2007	2008
N.º de auditorias e inspecções	40	66	66
N.º de infra-estruturas*	90	92	105

* Infra-estruturas aeroportuárias e prestadores de serviço de navegação aérea



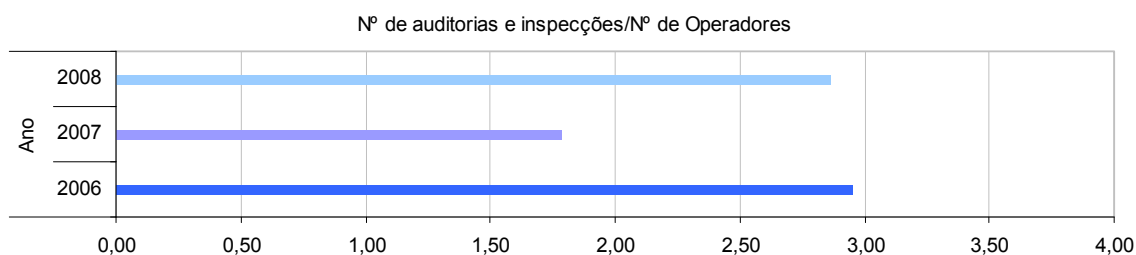
Relativamente às infra-estruturas aeroportuárias verifica-se uma ligeira redução do grau de supervisão, devido ao aumento de aeródromos / heliportos certificados. Cerca de 63% das infra-estruturas aeroportuárias nacionais foram auditadas / inspeccionadas, no decorrer do ano 2008¹⁸.

Outra das áreas que mereceu particular destaque, nas actividades do INAC, I.P. em 2008, foi a acção de supervisão a operadores aéreos, com um aumento de 64% do número de inspecções / auditorias a operadores de transporte e de trabalho aéreo. Destaca-se, igualmente, a certificação de mais um operador, neste caso de trabalho aéreo, em 2008. Este reforço da acção de supervisão teve origem directa num aumento do número de inspectores e numa reorganização dos serviços.

¹⁸ As auditorias e inspecções efectuadas respeitam a 8 meses de actividade.

Quadro 7 – Acção de Supervisão: Operadores Aeroportuárias

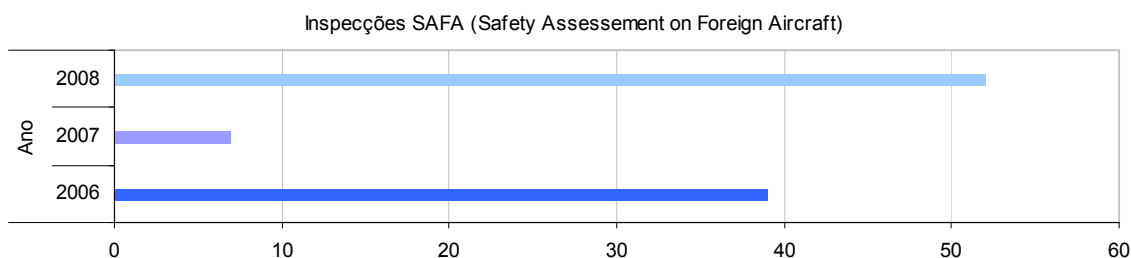
	ANO		
	2006	2007	2008
N.º de auditorias e inspecções efectuadas a operadores	115	75	123
N.º de operadores nacionais	39	42	43



Também o reforço da acção de supervisão a aeronaves estrangeiras que utilizam infra-estruturas aeroportuárias nacionais foi considerado eixo prioritário de intervenção. Foram planeadas 40 inspecções, tendo sido superado o objectivo em 30%, reforçando, de forma significativa a acção do INAC, I.P. neste domínio.

Quadro 8 – Acção de Supervisão: SAFA (Safety Assessment on Foreign Aircraft)

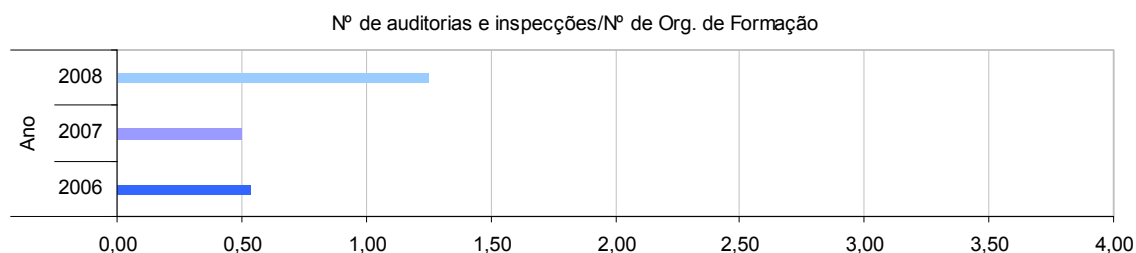
	ANO		
	2006	2007	2008
N.º de aeronaves	39	7	52



Merece igualmente atenção especial, o reforço da acção de supervisão do INAC, I.P. às organizações de formação, com um aumento de 150% do número de auditorias e inspecções a *Flight Training Organizations* (FTO), *Type Rating Training Organizations* (TRTO) e *Maintenance Training Organizations* (MTO).

Quadro 9 – Acção de Supervisão: Organizações de Formação

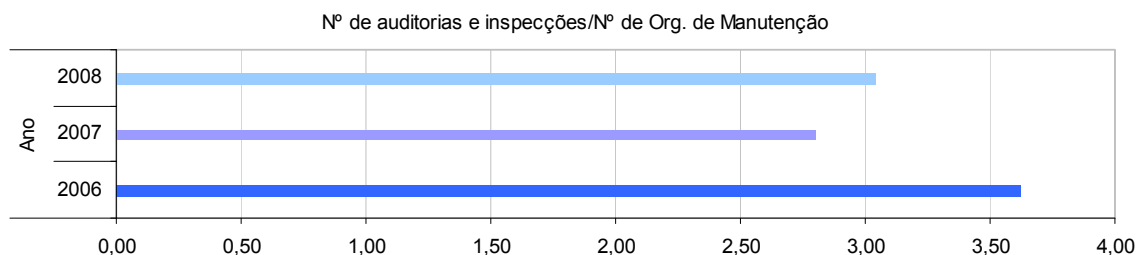
	ANO		
	2006	2007	2008
N.º de auditorias e inspecções efectuadas a organizações de formação	7	8	20
N.º de organizações de formação	13	16	16



Também nas organizações de manutenção se verificou um reforço da acção de supervisão do INAC, I.P., relativamente a 2007, embora de forma mais modesta, com um aumento de cerca de 4,3% no total de auditorias e inspecções efectuadas.

Quadro 10 – Acção de Supervisão: Organizações de Manutenção

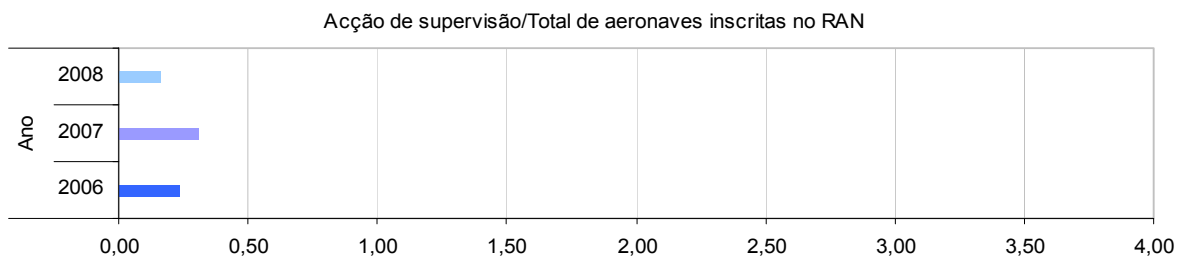
	ANO		
	2006	2007	2008
N.º de auditorias e inspecções efectuadas a organizações de manutenção	87	70	73
N.º de organizações de manutenção	24	25	24



Não tendo sido consideradas para efeitos de determinação dos indicadores de medida do QUAR, as inspecções a aeronaves inscritas no Registo Aeronáutico Nacional representam um esforço considerável da acção de supervisão do Instituto. Salienta-se que o RAN contempla todas as aeronaves registadas em Portugal, independentemente da natureza do tráfego efectuado.

Quadro 11 – Acção de Supervisão: Aeronaves

	ANO		
	2006	2007	2008
Acção de supervisão	257	361	201
N.º de aeronaves inscritas no RAN	1107	1180	1218



vi. 3) Promover a adequada regulação do sector

Outro objectivo prioritário definido para o INAC, I.P. é a adopção de medidas e o desenvolvimento de actividades diversas para a promoção da adequada regulação do sector. Estas actividades são desenvolvidas de forma articulada com os projectos de assessoria ao Governo na definição das políticas sectoriais do sistema de aviação civil. As acções desenvolvidas em 2008 foram enquadradas em 3 eixos de intervenção: a regulação das actividades aeroportuárias, de navegação aérea e de transporte aéreo; a supervisão das condições do exercício das actividades da aviação civil e a garantia dos direitos dos passageiros. São apresentadas, em seguida, as principais actividades e projectos desenvolvidos, tendo em conta os eixos de intervenção definidos.

Regular as actividades aeroportuárias, de navegação aérea e de transporte aéreo

Taxas

- Análise de cenários de evolução do modelo de regulação do mercado de assistência em escala.
- Emitir pareceres sobre as propostas de actualização dos quantitativos das taxas de tráfego nos aeroportos nacionais.
- Revisão trimestral sobre a taxa de combustível praticada nas ligações aéreas objecto de OSP.
- Aferição dos custos do INAC, I.P. afectos à navegação aérea em rota, para efeitos de cálculo das taxas unitárias de rota das FIR'S de Santa Maria e Lisboa.
- Emissão de parecer sobre a proposta da SATA AIR AÇORES tendente à redução das tarifas promocionais nas rotas Porto Santo / Funchal.
- Preparação do expediente relacionado com a actualização das tarifas nas ligações aéreas entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira.



Licenças

No que respeita à regulação da actividade de transporte aéreo, são apresentados no quadro seguinte as principais decisões do INAC, I.P. relativamente ao licenciamento de operadores aéreos.

Quadro 12 – Licenciamento de Operadores de Transporte Aéreo

Concessão de licenças de transporte aéreo extracomunitário (rota)	7
Alteração de licença de exploração de operadores (aumento frota)	8
Emissão de licença de exploração temporária, na sequência de reestruturação financeira do operador	1
Cancelamento de licença de exploração a operador	1

- Foi cancelada a licença de exploração de que era titular a ATA – Aerocondor, Lda, por incumprimento dos requisitos legais para manutenção da licença.
- No que respeita à regulação da actividade de trabalho aéreo, destaca-se o licenciamento e certificação de um novo operador em 2008: EMA – Empresa de Meios Aéreos, S.A.

No segmento da assistência em escala foram concedidas 65 novas licenças de acesso à actividade, conforme descrito no quadro seguinte.

Quadro 13 - Licenciamento de Operadores de Assistência em Escala

Concessão de licença de acesso à actividade	65
Alteração de licença de acesso à actividade	6
Cancelamento de licença de acesso à actividade	1



Autorizações

- Foram emitidas, ao abrigo do Art. 5º do D.L. n.º 172/93, de 11 de Maio cerca de 36 autorizações de trabalho aéreo a operadores estrangeiros. Pela análise do quadro seguinte verifica-se que os pedidos de operadores não nacionais para exercício da actividade de trabalho aéreo em Portugal tiveram uma redução de 16%, face a 2007.

Quadro 14 – Autorizações de Trabalho aéreo ao abrigo do Artigo 5º do D.L. n.º 172/93

	ANO		
	2006	2007	2008
N.º de Autorizações	22	43	36

- Foram emitidas 599 Autorizações de Programas de exploração dos serviços aéreos extracomunitários, e intracomunitários (quando operados por transportadoras extracomunitárias), para as estações IATA Verão 2008 e Inverno 2008 / 2009.
- Foram aprovadas operações de *code-share* e pedidos de sobrevoo e escala técnica em território nacional de aeronaves estrangeiras, num total de 213 aprovações.

Supervisionar as condições do exercício das actividades da aviação civil

- Elaboração de análise relativa à eficiência económica dos aeroportos nacionais.
- Emitir parecer sobre a revisão das obrigações de serviço público impostas à rota Porto Santo / Funchal / Porto Santo.
- Contribuir para a implementação das regras de atribuição de faixas horárias através da verificação dos incumprimentos e da proposta de instauração de processos de contra-ordenação
- Verificação das autorizações de fotografia e filmagem aéreas emitidas pelo EMFA. Foram analisadas 282 autorizações.
- Emissão de parecer sobre as operações de concentração "Air Berlim / Condor" e "Ibéria Vueling / Clickair".
- No âmbito da supervisão da capacidade financeira dos operadores foram elaborados 27 pareceres técnicos, para um total de 33 organizações supervisionadas.

Quadro 15 – Supervisão da Capacidade Económico-Financeira dos Operadores

	ANO		
	2006	2007	2008
N.º de Pareceres Técnicos	41	28	27
N.º de Operadores transporte / trabalho aéreo*	35	36	33

* Algumas empresas acumulam duas certificações, uma para transporte aéreo e outra para trabalho aéreo

- No âmbito da supervisão das condições de exercício das actividades da aviação civil, o INAC, I.P. instaurou cerca de 112 processos de contra-ordenação. Cerca de 59% dos processos instaurados referem-se a passageiros desordeiros. Os processos relativos a incumprimento de *slots* representam cerca de 10% do total.



Quadro 16 – Processos de Contra-Ordenação instaurados em 2008

Passageiros desordeiros (D. L. n.º 254/2003)	66
Slots (D. L. n.º 52/2003)	11
Regime geral de contra-ordenações (D. L. n.º 10/2004)	9
Livro de reclamações (D. L. n.º 156/2005)	8
Ultraleves (D. L. 238/2004)	5
Obrigações de Serviço público (D. L. n.º 138/99)	5
Voos ITC (D. L. n.º 274/77)	3
Licenciamento de pessoal aeronáutico civil (D. L. n.º 17-A/2004)	2
Direitos dos passageiros (Reg. (CE) 261/2004)	1
Trabalho aéreo (D. L. n.º 172/93)	1
Certificação (D. L. n.º 66/2003)	1

Garantir os direitos dos passageiros

- Elaboração de procedimentos para o tratamento das reclamações de passageiros, tendo em vista o cumprimento dos procedimentos e prazos recomendados pela Comissão Europeia, no âmbito do Reg. n.º 261/2004.
- Elaboração de proposta sobre o tempo médio de resposta às reclamações de passageiros.
- Realização de um seminário sobre Direitos dos Passageiros, em 3 de Junho, com o intuito de sensibilizar e divulgar informação relevante para o sector.
- Realização de 5 acções de inspecção nos aeroportos de Lisboa, Faro, Porto e Madeira.
- Promoção da defesa dos direitos dos passageiros através da análise de reclamações, nos termos do Reg. (CE) n.º 261/2004 e da Convenção de Montreal, num total de 1526 reclamações recebidas e de 1002 processos encerrados, garantindo um grau de execução da supervisão de 66%¹⁹.

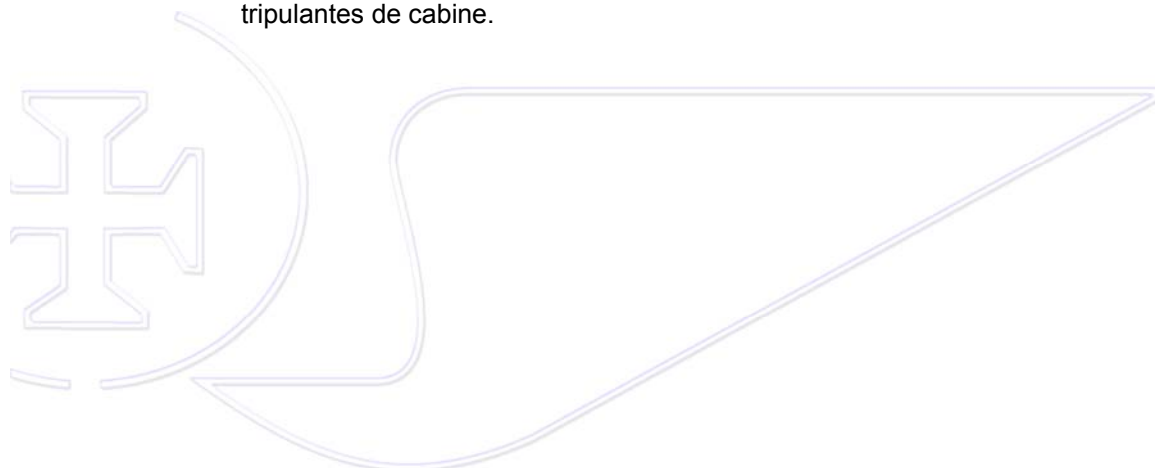
¹⁹ Foram contabilizadas as reclamações recebidas até 31 de Dezembro, sendo de referir que o grau de execução deverá assentar nos prazos médios de resposta recomendados pela CE, entre 3 e 6 meses, após a data de recepção da reclamação.

Quadro 17 – Total de Reclamações de Passageiros recebidas em 2008
(inclui as reclamações nos termos do Reg. n.º 261/2004 e da Convenção de Montreal)

Motivo	N.º de reclamações no Livro de Reclamações	N.º de reclamações fora do Livro de Reclamações	TOTAL
Cancelamento	448	361	809
Atraso	2447	244	2691
Recusa de embarque	448	124	572
Passageiros de Mobilidade Reduzida	14	5	19
Bagagem	1291	203	1494
Outros	2163	135	2298
TOTAL	6811	1072	7883

Informação ao sector

- Colaboração com a APA na elaboração do estudo sobre o impacto dos critérios de *benchmarking* nos operadores de transporte aéreos nacionais, em resultado da inclusão da aviação no Comércio Europeu de Licenças de Emissão de Gases.
- Colaboração com a APA na elaboração do estudo sobre o impacto dos critérios de *benchmarking* nos operadores de transporte aéreos nacionais, em resultado da inclusão da aviação no Comércio Europeu de Licenças de Emissão de Gases.
- Realização de seminário para directores de Aeródromos e outros agentes envolvidos na segurança operacional dos aeródromos;
- Reunião do GASR (*Group of Aerodromes Safety Regulators*).
- Realização de encontro, com os *stakeholders* do sector sobre FAB - Blocos Funcionais de Espaço Aéreo.
- Realização de sessão de trabalho com prestadores AFIS (*Aerodrome Flight Information Service*) sobre registo de Ocorrências.
- Realização de uma reunião da Comissão Técnica relativa à redução de idade de reforma para tripulantes de cabine.



vi. 4) Promover a facilitação e a segurança de gestão de transporte aéreo e coordenar o respectivo sistema nacional (vertente *security*)

No âmbito da segurança aérea, vertente *security*, as actividades desenvolvidas prendem-se fundamentalmente com a supervisão da execução e controlo de qualidade dos programas nacionais de facilitação e segurança e a promoção do programa nacional de formação de segurança na aviação civil. A este respeito, destacam-se as principais actividades e projectos desenvolvidos no âmbito daqueles eixos prioritários de intervenção.

Coordenar e supervisionar a implementação e execução dos programas nacionais de facilitação e segurança da aviação civil e de controlo da qualidade da segurança da aviação civil

- Coordenação da acção de seguimento da auditoria ICAO de 2006.
- Acompanhamento da Inspeção da Comissão Europeia ao Aeroporto da Portela (acção não prevista).
- Acompanhamento da Inspeção da Comissão Europeia ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro no Porto.
- Requalificação de infra-estruturas e equipamentos de segurança dos aeroportos nacionais e homologação dos programas de segurança das companhias aéreas e dos prestadores de serviços de assistência em escala. Foram aprovados 2 Manuais de Segurança e homologados e 6 Programas de Segurança da Aviação Civil.
- Foram efectuadas 23 auditorias, no âmbito do processo de certificação de agentes reconhecidos, 1 auditoria aeroportuária e 8 inspecções a aeroportos e operadoras.
- Certificação / recertificação de 697 elementos de segurança e 91 supervisores de segurança, num total de 788 efectivos.

Promover a implementação e o desenvolvimento do programa nacional de formação e treino de segurança da aviação civil

- Realização de acções de formação no âmbito da segurança da aviação civil. Foram realizados 2 cursos de Formação de Auditores de Segurança e 2 cursos de Formação de Formadores de Segurança, num total de 175 horas de formação ministradas.
- Realização de uma animação de segurança respeitante à atitude dos passageiros junto dos pontos de rastreio.

vi. 5) Actividades de suporte

Reengenharia de Processos Internos

Foram determinados diversos projectos de reengenharia dos processos internos, com o objectivo de melhorar os níveis de eficiência nas actividades desenvolvidas, e os níveis de qualidade de serviço prestados, designadamente:

- Adopção e implementação de uma infra-estrutura integrada baseada em tecnologia SharePoint, com o objectivo de potenciar o aumento da eficácia, acelerar processos de negócio e facilitar a partilha de informação dentro e fora da organização (Portal / *Extranet* / *Intranet*). Todavia, devido ao atraso verificado na publicação do Site, não foi possível desenvolver e implementar a componente de *Extranet*.
- Implementação e suporte da aplicação integrada para o SIADAP 1, 2 e 3
- Análise, documentação das bases de dados baseadas em *Microsoft Office Access* e apresentação de um modelo lógico de dados que represente a estrutura de dados final necessária para suporte e migração para a plataforma “ORACLE” em áreas de “share”.
- Modernização da infra-estrutura de Rede de Comunicação de Dados.



vi. 6) Medidas de Simplificação Administrativa – SIMPLEX

Foram apresentadas 2 Medidas de Simplificação Administrativa: uma relacionada com o sistema de informação do INAC, I.P. e outra relativa ao acesso a formulários estatísticos do sector.

Medida 1 SINAC – Sistema de Informação Integrado do INAC, I.P.

Objectivo: desenvolver e aplicar novos módulos no sistema de informação integrado, simplificando, reduzindo encargos administrativos e desmaterializando procedimentos nas interações do INAC, I.P. com os utentes, designadamente nas áreas de: licenciamento de pessoal e formação, registo aeronáutico nacional e regulação económica.

Concretização: Medida concluída. Encontram-se disponíveis, *on-line*, os formulários relativos a pedidos de registo, autorizações de voo e escala técnica, pedidos de autorização de voos regulares e de voos não regulares. Quanto à área de licenciamento de pessoal e formação, foram efectuadas, até Setembro, 916 inscrições *on-line*, de um total de 1002 exames previstos.

Medida 2 – Formulários Estatísticos de Actividade do Sector de Aviação Civil.

Objectivo: simplificar, reduzir encargos administrativos e desmaterializar as obrigações de informação decorrentes do fornecimento periódico de dados estatísticos ao INAC, I.P., por transportadoras aéreas, aeródromos e prestadores de serviços de navegação aérea.

Concretização: Medida concluída. Estão disponíveis no site do INAC, I.P. os formulários estatísticos relativos aos vários *stakeholders*.



vii). Afecção real e prevista dos recursos da organização

RECURSOS HUMANOS

O ano de 2008 foi um ano de mudança com a nova lei orgânica, com uma nova estrutura dos serviços, novas competências e reafecção de recursos.

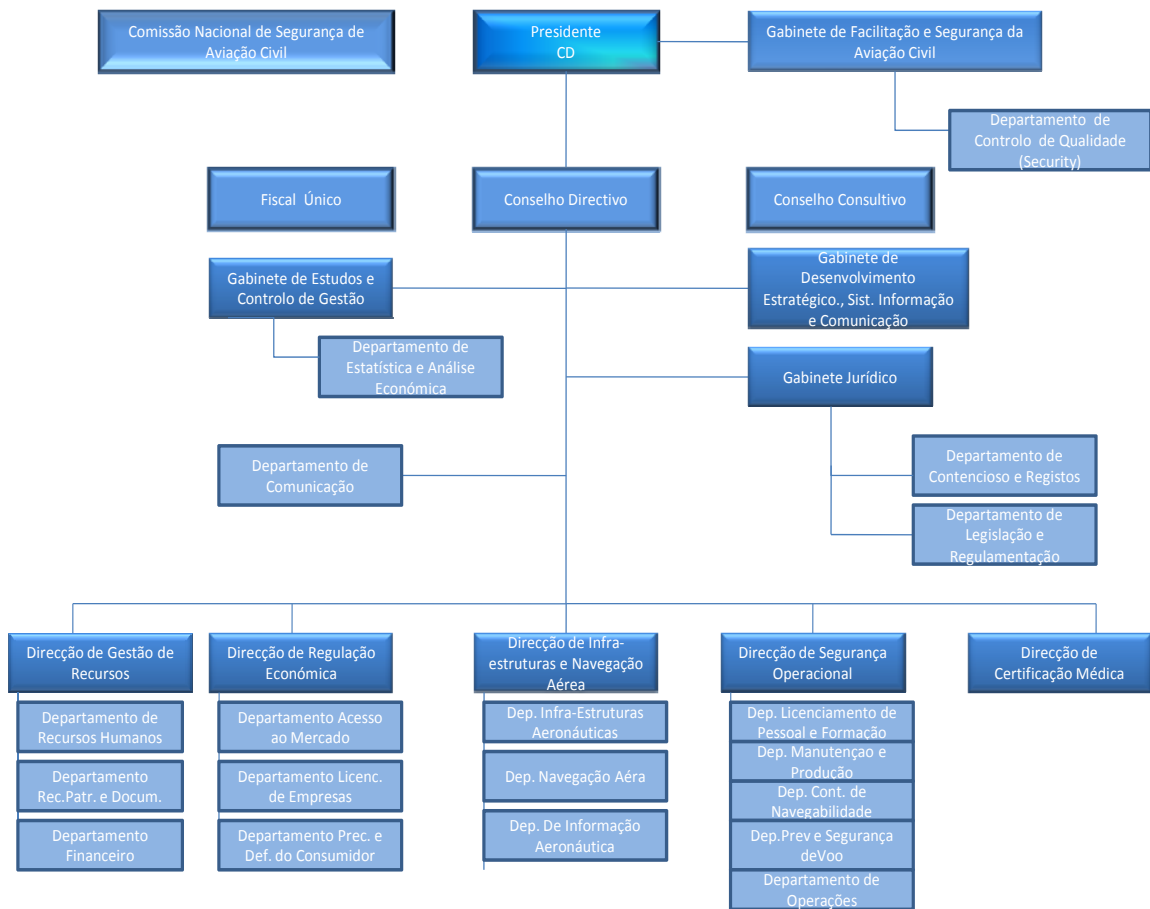
Assim, na avaliação da afecção dos recursos humanos que se apresenta, destacam-se os factores mais relevantes para o desempenho do INAC, I.P. no exercício económico de 2008. É caracterizado, em primeiro lugar, o universo de recursos humanos do Instituto, com uma breve referência à evolução do quadro de pessoal e, posteriormente, são destacadas as principais opções em termos de política de recrutamento e formação do INAC, I.P..

Estrutura orgânica

Em 2008 foi implementada a nova estrutura organizacional, aprovada pela Lei Orgânica e pelos Estatutos do INAC, I.P.. Para a prossecução da sua missão, o Instituto está agora organizado em 9 unidades orgânicas de Nível I e 19 de Nível II.



Quadro 18 – Organograma do INAC, I.P.



Caracterização dos efectivos

O número de efectivos do INAC, I.P. a 31 de Dezembro de 2008, era de 190 indivíduos. A evolução dos efectivos teve por base 44 saídas²⁰ de funcionários, compensadas por 40 entradas, remetendo para uma diminuição de 4 colaboradores face a 2007. Nas saídas e entradas registadas ao longo do ano de 2008 tiveram grande peso as cessações e renovações dos contratos de avença com técnicos altamente qualificados com elevado grau de especialização e formação profissional.

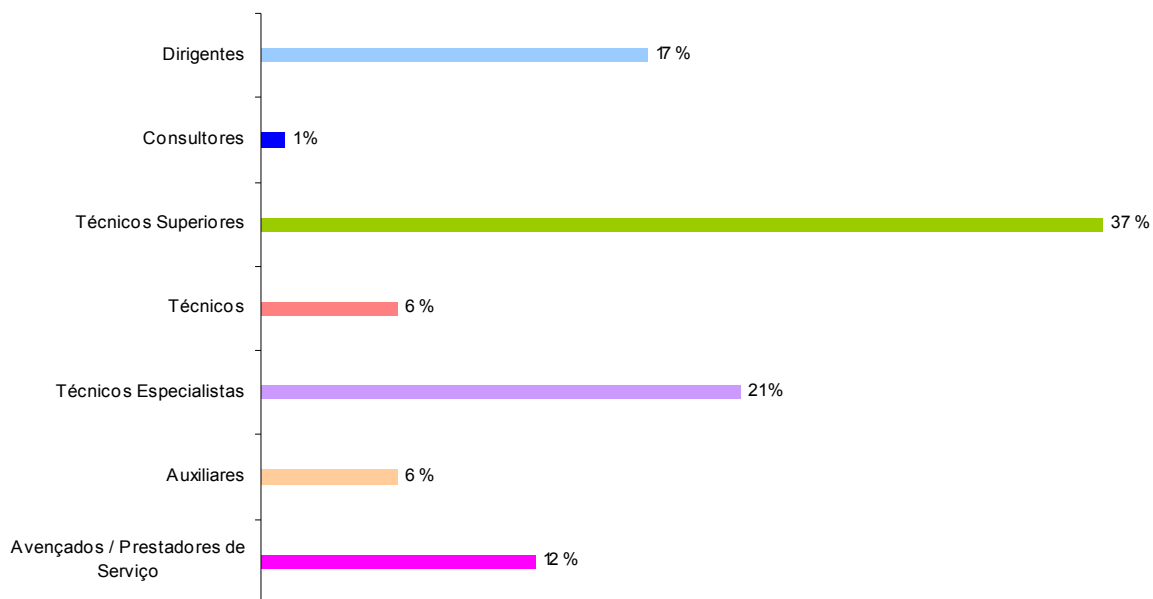
Quadro 19 – Evolução dos Recursos Humanos

Evolução dos Recursos Humanos	2006	2007	2008
Caracterização	202	194	190
Função pública	84	75	65
Contrato Individual de Trabalho	82	83	72
Situações de Mobilidade / Afectação	11	12	30
Avençados / Prestadores de Serviço	25	24	23
Grupos Profissionais			
Dirigentes	44	43	32
Consultores	3	2	3
Técnicos Superiores	63	63	70
Técnicos	10	8	11
Técnicos Especialistas	44	42	40
Auxiliares	13	12	11
Avençados / Prestadores de Serviço	25	24	23

Evolução dos Recursos Humanos	2006	2007	2008
Início do ano	219	202	194
Entradas	12	22	40
Saídas	29	30	44
Saldo de Movimentos	-17	-8	-4
Total	202	194	190

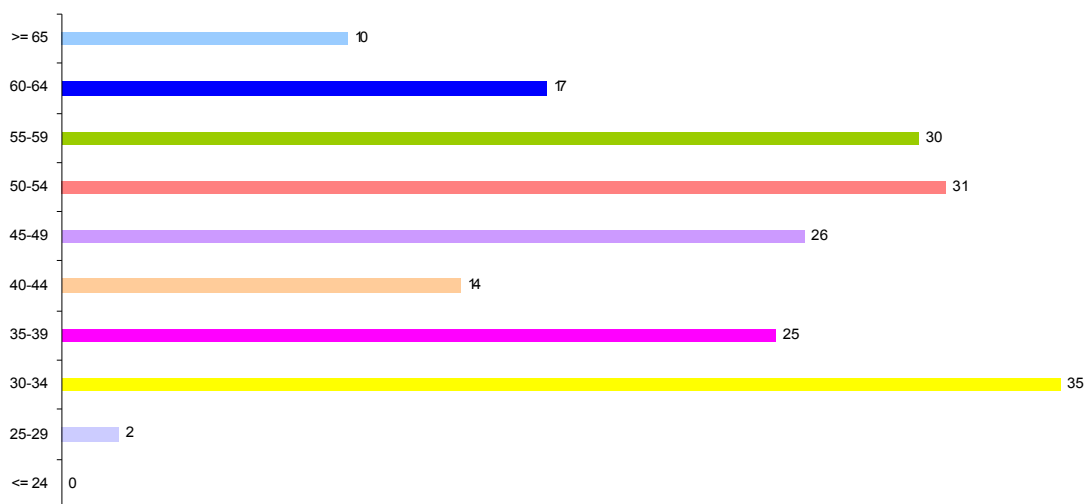
²⁰ As saídas ocorreram por diversos motivos: cessação de contrato de avença (17), aposentação (10), denúncias de contrato individual de trabalho (6) e outros motivos (11).

Gráfico 10 – Efectivos por grupo profissional



No que respeita à distribuição dos efectivos por escalões etários, o universo dos recursos humanos do INAC, I.P. caracteriza-se por uma média de idades de aproximadamente 47 anos, a qual se tem mantido estável ao longo dos últimos anos.

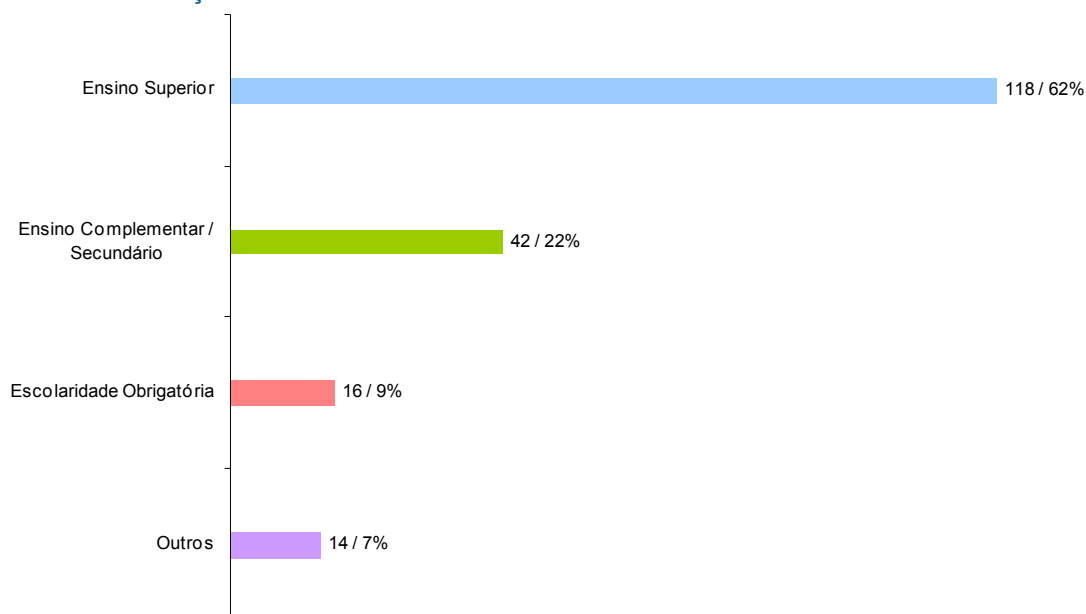
Gráfico 11 – Colaboradores por escalão etário



Qualificações

Em 2008, manteve-se a estabilidade ao nível das habilitações literárias dos trabalhadores, sendo 62% do universo detentor de habilitação de nível superior.

Gráfico 12 – Habilitações Literárias



Política de recrutamento

Considerando a complexidade e a elevada responsabilidade das atribuições do INAC, I.P., é preocupação fundamental do Conselho Directivo a contratação e manutenção de quadros com elevada competência técnica, com os perfis profissionais adequados à prossecução da missão do Instituto.

Com a implementação da nova estrutura orgânica e aprovação do mapa de pessoal, afigura-se necessário elaborar um plano de recrutamento global que permita a adequação do número de efectivos às necessidades do INAC, I.P.. Este processo deverá ocorrer ao longo do ano de 2009.

Num esforço contínuo de dotar os serviços de meios humanos qualificados, o INAC, I.P. procurou, junto da Bolsa de Emprego Público (BEP) e Pessoal na Situação de Mobilidade Especial (SME), recrutar pessoal qualificado, de modo a colmatar as saídas registadas nos últimos anos. No entanto, o recurso à figura de mobilidade não permitiu satisfazer as necessidades de pessoal, para as áreas de criação de valor do Instituto porque, por um lado, este procedimento é condicionado pela autorização de cedência por parte das entidades de origem, as quais frequentemente não aprovam a

transição dos seus funcionários, e, por outro lado, os requisitos relativos aos perfis profissionais pretendidos não são preenchidos, dado o elevado grau de especialização requerido.

Na prática foi muito difícil procurar assegurar a colaboração de trabalhadores altamente especializados do sector da aviação civil, como, por exemplo, pilotos de linha área, controladores de tráfego aéreo, técnicos de assistência em escala e de manutenção de aeronaves, que são absolutamente fundamentais para a sua actuação como órgão regulador do sector da aviação civil.

Formação

A realização de formação profissional é considerada como um instrumento fundamental para o desempenho eficaz dos colaboradores do Instituto e para o seu desenvolvimento profissional, sendo uma ferramenta essencial no processo de qualificação e valorização dos recursos humanos. A gestão da mudança, e das competências dos trabalhadores, são um investimento que se perspectiva a vários anos.

O estabelecimento dos vectores estratégicos para a política de formação do INAC, I.P. em 2008 foi condicionado por um conjunto de alterações legislativas na área dos recursos humanos²¹ e pela necessidade de preparação para a auditoria da ICAO a ocorrer em 2009. Assim, destacam-se como linhas orientadoras para a formação as seguintes:

- Reforço das competências dos trabalhadores e dirigentes.
- Cumprimento de obrigações internacionais em termos de qualificações dos recursos humanos (auditoria ICAO 2009).
- Continuação do desenvolvimento de competências altamente especializadas no sector da aviação civil.
- Aumento da eficiência.
- Difusão de boas práticas e conhecimento no sector.

Para concretizar a política de formação foi apresentada uma candidatura ao POPH / QREN²², com uma forte componente de formação assegurada por organismos reguladores da aviação civil de referência a nível europeu e mundial.

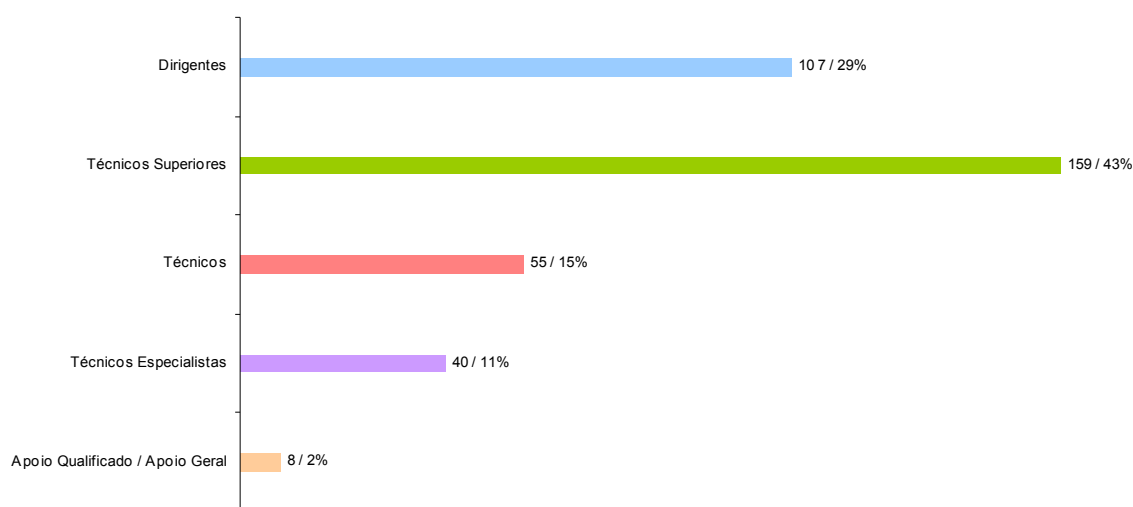
²¹ Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro

²² O INAC, I.P. apresentou uma candidatura no eixo Programa Operacional de Potencial Humano (POPH), designadamente tipologia "9.3.3. – Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central"

Destaca-se a organização em Lisboa, em parceria com a Direcção-Geral da Aviação Civil Espanhola (DGAC), do Safety Oversight Audit Programme (SOAP) ministrado por formadores da International Civil Aviation Organization (ICAO) e também, a realização de acções internas, a grupos compostos por diversos colaboradores e com a presença de formadores externos.

Os custos com a formação profissional totalizaram 135 mil euros, tendo sido realizadas 54 acções de formação, o que se traduziu num total de 8.267 horas de formação, num conjunto de 369 participações. Este conjunto de acções de formação traduziu-se num aumento de 10% das horas de formação por funcionário, tendo-se atingido um valor médio de 44 horas.

Gráfico 13 – Acções de Formação por Grupo Profissional



Medicina no trabalho

Durante o ano de 2008, reforçou-se a acção relativa ao número de rastreios de medicina do trabalho na Unidade de Cuidados de Saúde (UCS), o que resultou num aumento de cerca de 30% face ao período homólogo. Os representantes da SHST participaram ainda em reuniões com a UCS, com o objectivo de contribuírem para a melhoria da eficiência dos serviços em termos de Higiene e Segurança no Trabalho.

As instalações do INAC, I.P. foram objecto de uma auditoria, no âmbito das condições de segurança e higiene no trabalho.

Destaca-se, ainda, a disponibilização de uma sessão de esclarecimentos sobre “Desabilitação Tabágica”, dada a entrada em vigor da Lei n.º 37/2007, de 14 de Agosto.

Outras actividades

Por último, no quadro da responsabilidade social, o INAC, I.P. celebrou um protocolo com a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), que permitiu a disponibilização de estágios profissionais a jovens da Associação, proporcionando uma melhor integração no mercado de trabalho.



RECURSOS FINANCEIROS

Taxa de Segurança e outras taxas

A taxa de segurança, directamente relacionada com o tráfego aéreo de passageiros, é a principal fonte de receita do INAC, I.P., representando cerca de 95% do total da receita arrecadada. Saliente-se, no entanto, que por se tratar de uma receita consignada, apenas 27,5% dos valores facturados com a taxa de segurança são proveitos do INAC, I.P., sendo o remanescente distribuído pelos diversos agentes responsáveis pela segurança e controlo da aviação civil.

As outras taxas e receitas do Instituto provêm da actividade operacional e assumem comportamentos distintos em função da respectiva natureza que lhe está associada. Está em curso um projecto que visa actualizar / adequar as taxas cobradas pelo INAC, I.P. tendo por base a utilização dos recursos e o investimento afecto a cada actividade, pelo que é expectável que a curto prazo o peso destas taxas assuma uma percentagem mais significativa no volume das receitas / proveitos.



Gráfico 14 - Taxa de Segurança e Outras Taxas Operacionais

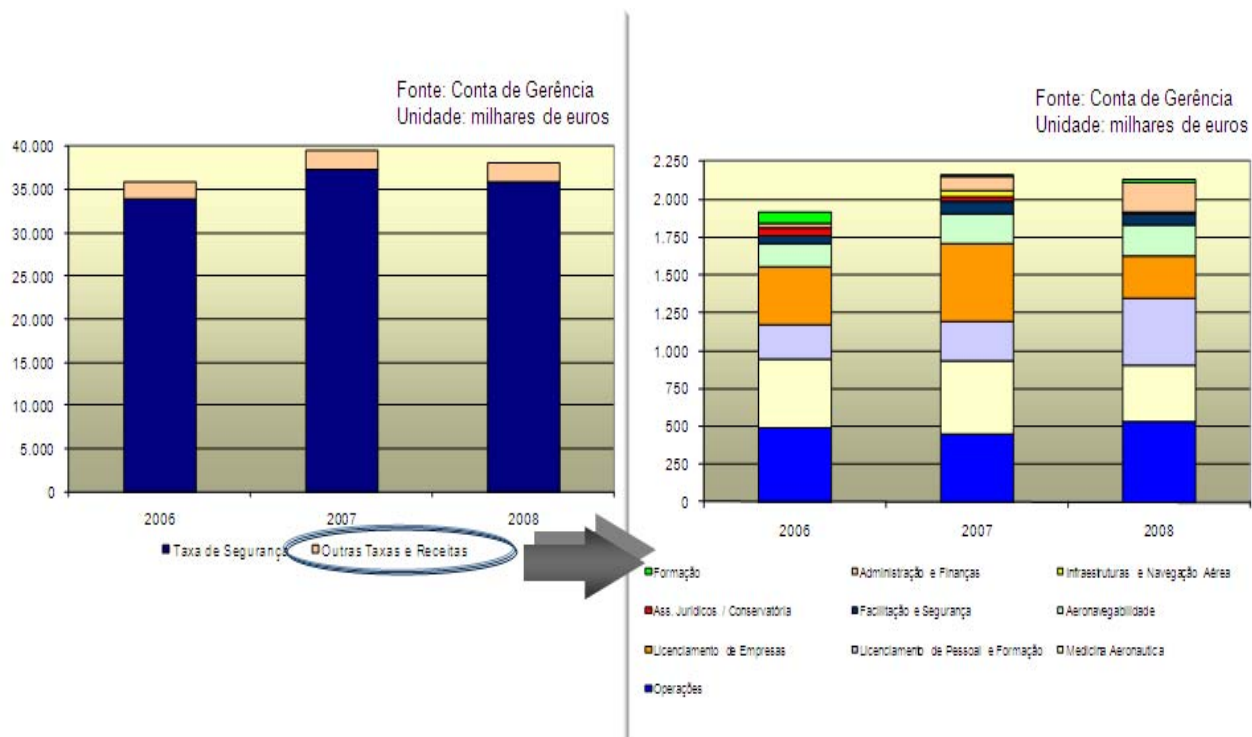
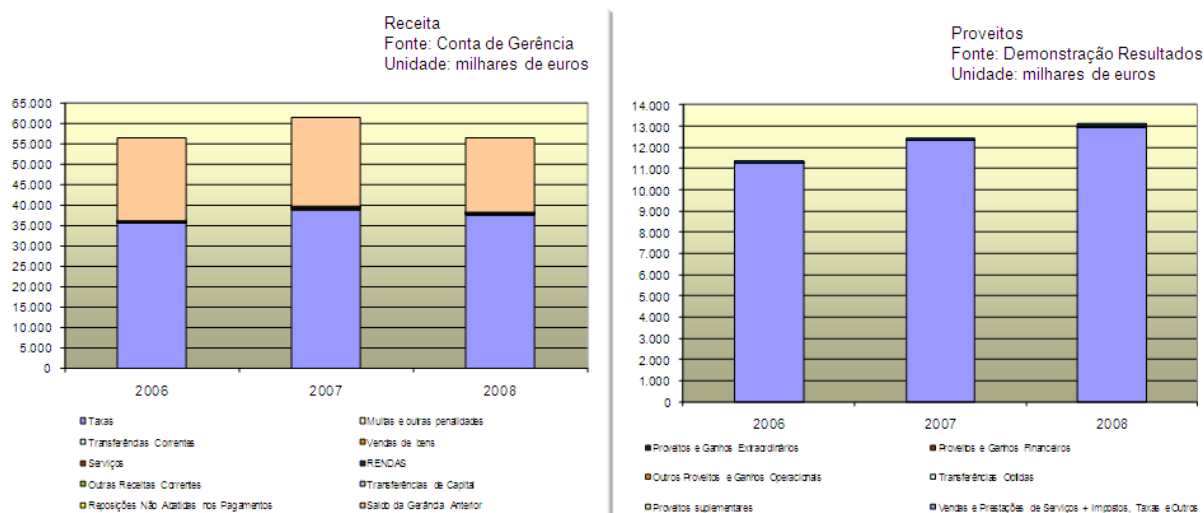


Gráfico 15 - Evolução da Receita versus Proveitos



Contas de Gerência

A Conta de Gerência e demais peças finais de prestação de contas foram elaboradas tendo por base os princípios e regras do Orçamento de Estado e os princípios contabilísticos geralmente aceites definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, designadamente os princípios da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade, da não compensação e da substância sobre a forma.

A análise que se apresenta, contempla, numa primeira parte, uma avaliação da execução orçamental no exercício de 2008, e, numa segunda parte, uma breve referência às demonstrações financeiras do INAC, I.P..

Relativamente às demonstrações financeiras²³, foram utilizadas as técnicas de análise comparativa e de rácios. Na leitura dos comentários, em particular sobre os indicadores económicos e financeiros, deve ter-se em consideração que o INAC, I.P. está integrado no Sector Público Administrativo, o que condiciona a interpretação sobre os indicadores relacionados com a solvabilidade, endividamento e equilíbrio financeiro. A análise dos indicadores de rentabilidade terá que ser enquadrada na circunstância de que os fundos próprios são constituídos pelo património inicial e pelos resultados transitados.

²³ Os mapas financeiros foram elaborados em Euros, excepto onde mencionado em contrário.

Saldos de Gerência

A Conta de Gerência apresentou um volume global de 58.454.076,75€. Os Saldos de Gerência acumulados foram de 20.637.930,47€²⁴, sendo constituídos por 70.735,28€²⁵ de dotações orçamentais do Orçamento de Estado, por 20.145.470,48€ de receitas próprias²⁶ e por 421.724,71€²⁷ provenientes de operações de tesouraria, conferindo um saldo da gerência positivo no valor de 2.213.582,62€.

Quadro 20 – Saldo de Gerência

	(em Euros)
1. Saldo da gerência anterior:	
De dotações orçamentais (OE)	5.043,03
De receitas próprias	18.396.460,95
De operações de tesouraria	22.843,87
	<u>18.424.347,85</u>
2. Recebimentos na gerência:	
De dotações orçamentais (OE)	387.604,00
De receitas próprias	37.980.800,62
De operações de tesouraria	1.661.324,28
	<u>40.029.728,90</u>
TOTAL	<u>58.454.076,75</u>
3. Pagamentos na gerência:	
De dotações orçamentais (OE)	316.868,72
De receitas próprias	36.231.791,09
Importâncias entregues ao Estado e outras entidades - Dotações da gerência anterior	5.043,03
De operações de tesouraria	1.262.443,44
	<u>37.816.146,28</u>
4. Saldo para a gerência seguinte (1+ 2 - 3):	
De dotações orçamentais (OE)	70.735,28
De receitas próprias	20.145.470,48
De operações de tesouraria	421.724,71
	<u>20.637.930,47</u>
TOTAL	<u>58.454.076,75</u>

²⁴ Em 2007, 18.424.347,85 €.

²⁵ Em 2007, 5.043,03 €

²⁶ Em 2007, 18.396.460,95 €

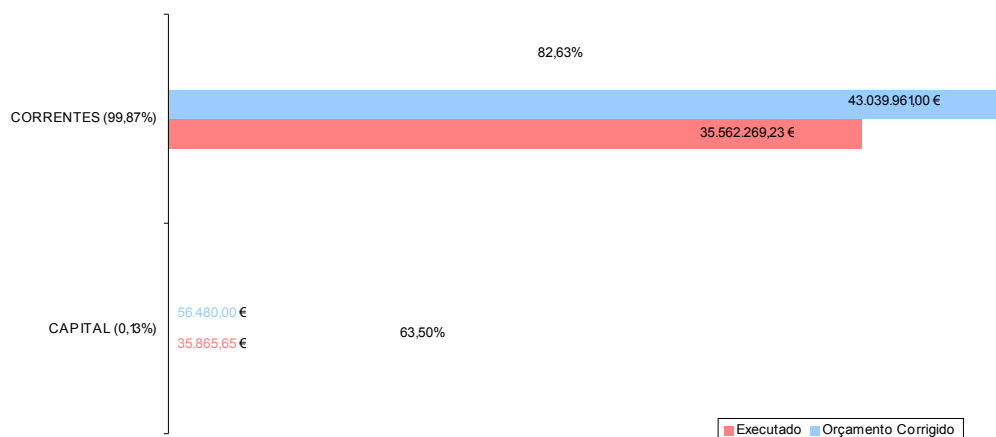
²⁷ Em 2007, 22.843,87 €

Execução Orçamental

1. Orçamento de Funcionamento

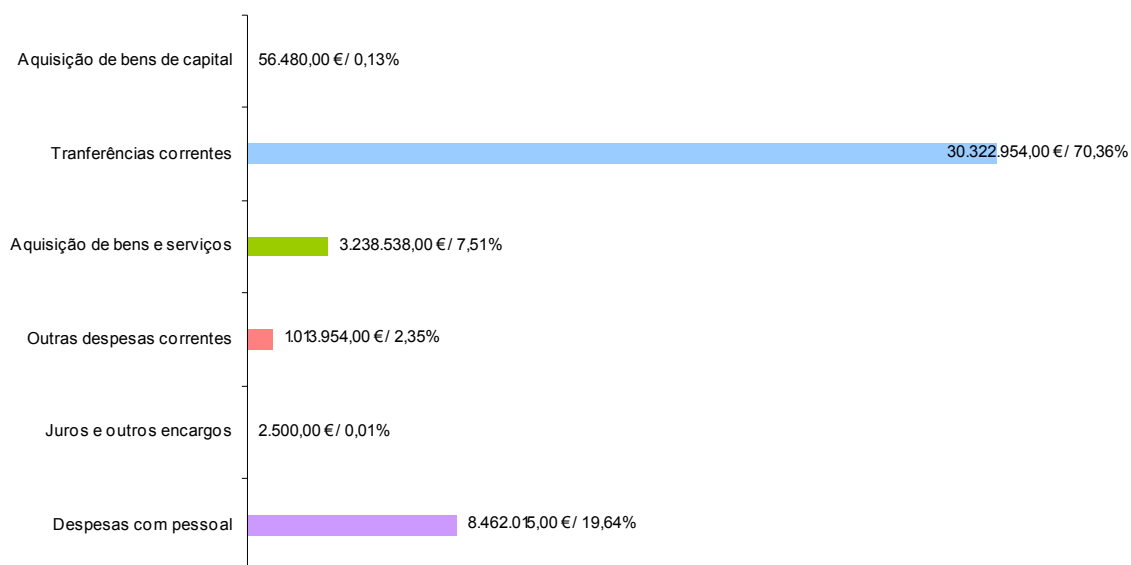
Em 31 de Dezembro de 2008, a Despesa executada no orçamento do Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P. totalizou 35.598.134,88€, enquanto que a despesa orçamentada corrigida totalizou 43.096.441,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 82,60%.

Gráfico 16 – Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida



A despesa orçamentada corrigida compunha-se de 0,13% de despesas de capital e de 99,87% de despesas correntes, sendo a execução orçamental destas despesas de, respectivamente, 63,50% e 82,63%.

Gráfico 17 - Despesa Orçamentada Corrigida por Agrupamento



Considerando as despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamento, constatou-se que houve uma maior preponderância das despesas com transferências correntes (70,36%).

Na análise da despesa executada por sub agrupamento, verificaram-se graus de execução orçamental de 84,44% para as despesas com o pessoal, de 75,17% para as despesas com aquisição de bens e serviços, de 85,67% para as despesas com transferências correntes, de 0,52% para as despesas com outras despesas correntes e de 63,50% para as despesas com aquisição de bens de capital. No sub agrupamento juros e outros encargos não houve execução orçamental.

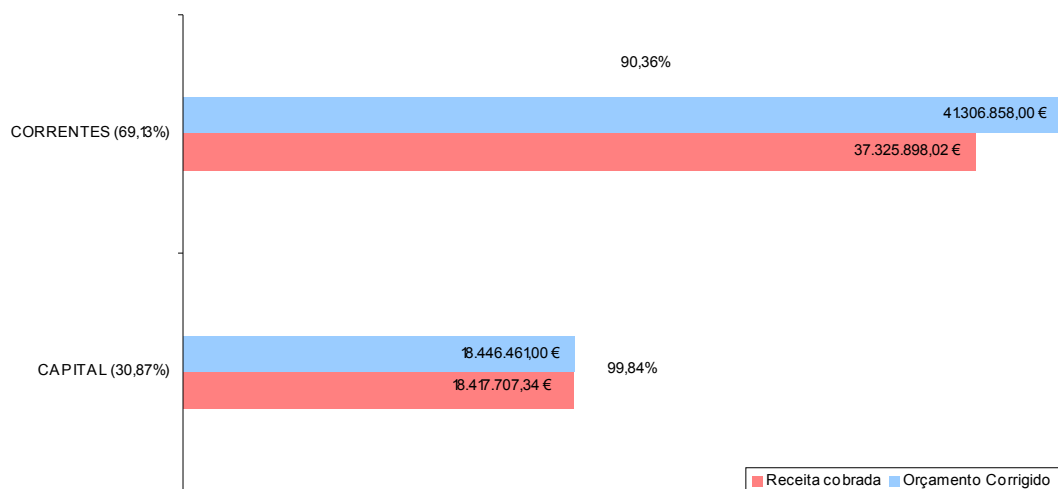
Gráfico 18 – Despesa Executada por agrupamento



No que releva à Receita, verifica-se que, em 2008, o grau de execução orçamental foi de 93,29%, uma vez que a receita executada²⁸ ascendeu a 55.743.605,36€ e a receita orçamentada corrigida totalizou 59.753.319,00€. A receita orçamentada corrigida, é afectada em 30,87% a despesas de capital e em 69,13% a despesas correntes, sendo a taxa de execução de 99,84% e 90,36%, respectivamente.

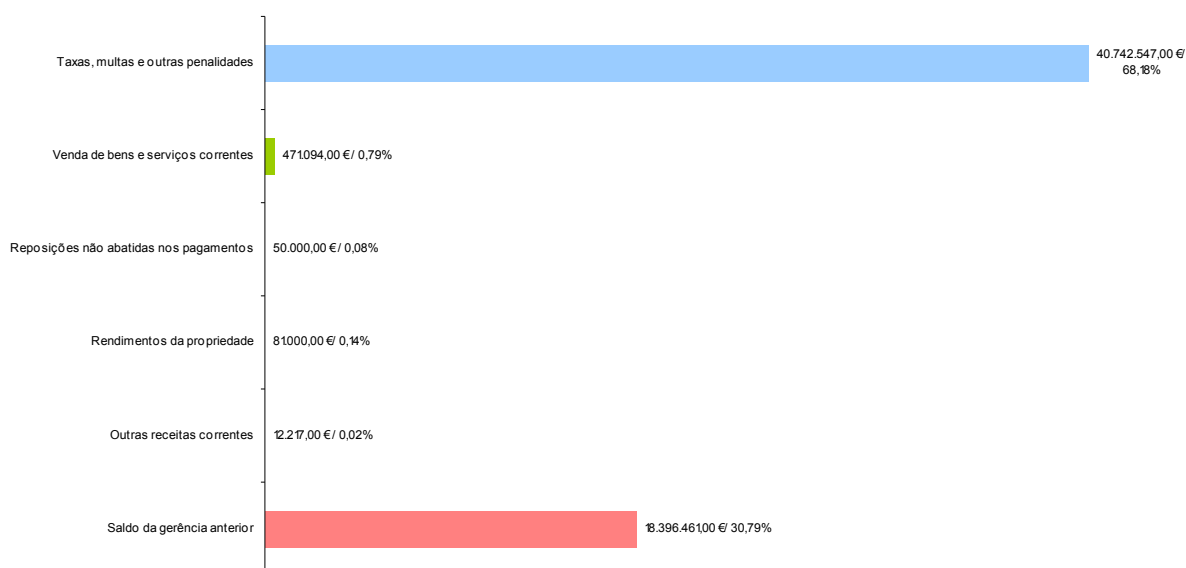
²⁸ No orçamento 03 12 00 – Instituto Nacional de Aviação Civil.

Gráfico 19 – Receita afecta a Despesa Corrente vs Receita afecta a Despesa de Capital



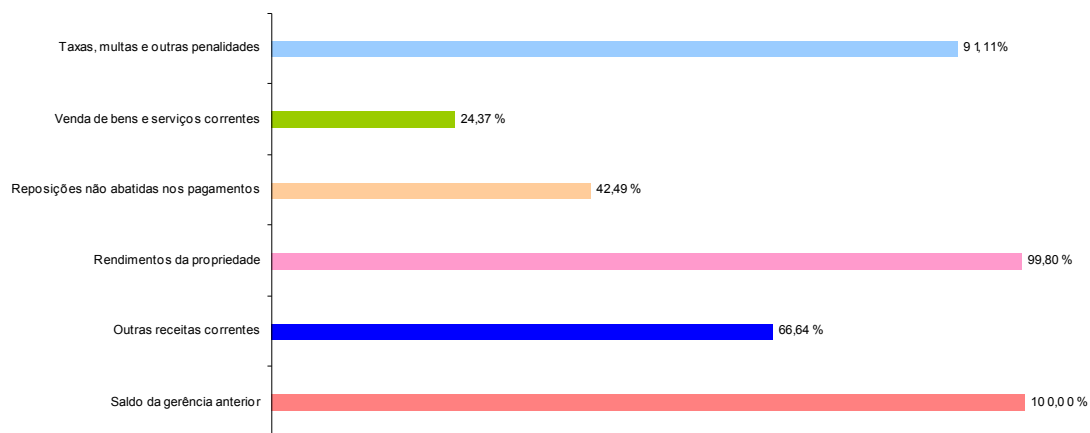
Numa análise mais desagregada (por capítulo) das receitas orçamentadas corrigidas, verificou-se um peso mais significativo das receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades (68,18%).

Gráfico 20 – Receita Orçamentada Corrigida Por Capítulo



Considerando ainda a desagregação por capítulo, da análise da decomposição da receita executada, verificaram-se graus de execução orçamental de 91,11% para as receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades, de 99,80% para as receitas provenientes de rendimentos de propriedade, de 24,37% para as receitas provenientes de venda de bens e serviços correntes, de 66,64% para as receitas provenientes de outras receitas correntes e de 42,49% para as receitas provenientes de reposições não abatidas nos pagamentos.

Gráfico 21 – Execução das Receitas Por Capítulo



2. Orçamento PIDDAC

Na globalidade, a despesa executada no PIDDAC totalizou 950.524,93€, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 1.842.550,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 51,59%. A despesa orçamentada foi composta em 79,99% por despesas de capital e em 20,01% por despesas correntes, sendo o grau de execução destas despesas respectivamente, de 53,83% e 42,63%.

Gráfico 22 – Despesa Orçamentada vs Despesa Executada – PIDDAC

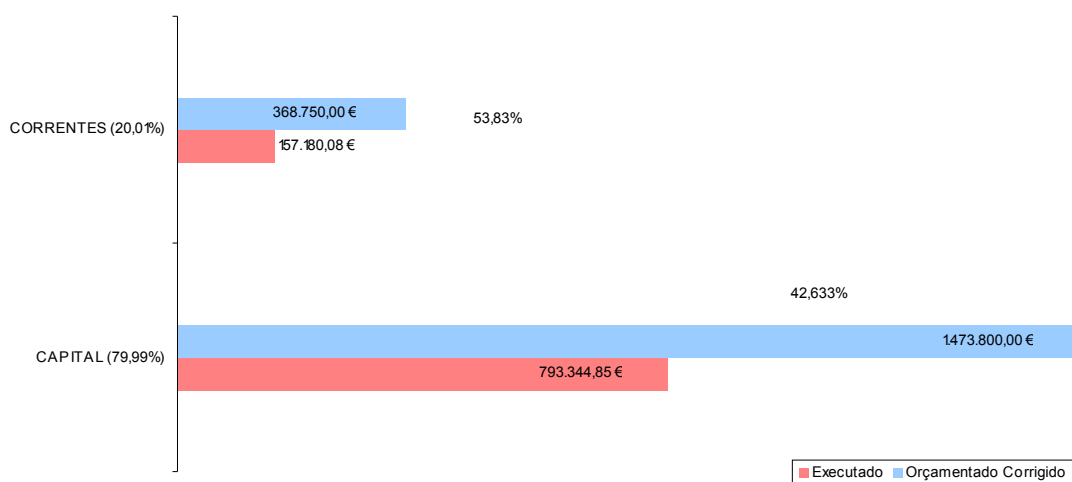
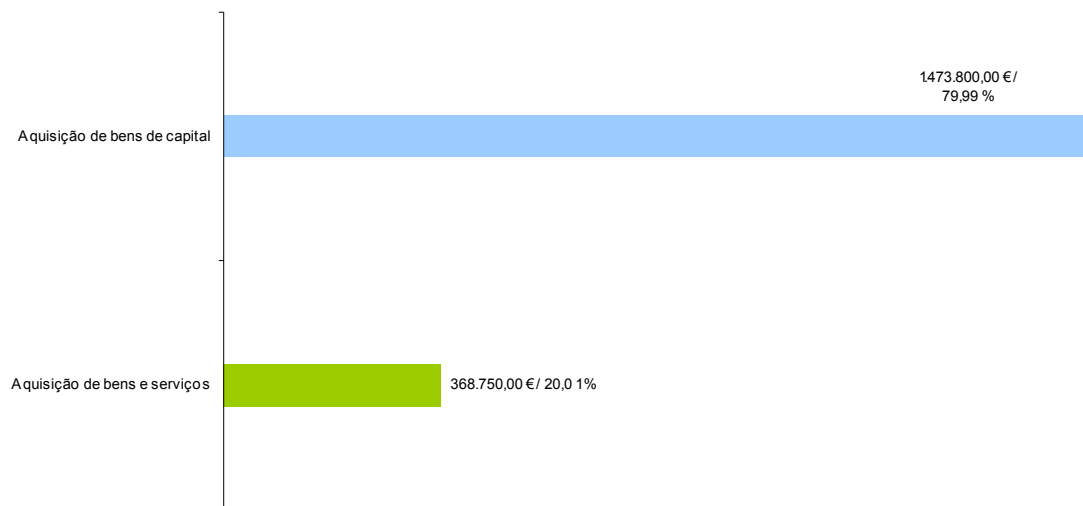
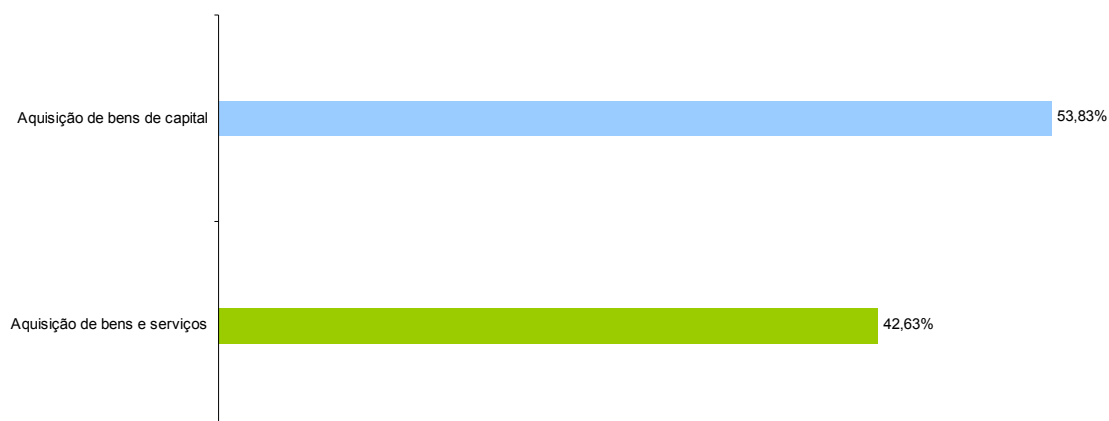


Gráfico 23 – Despesa Orçamentada Corrigida por Agrupamento



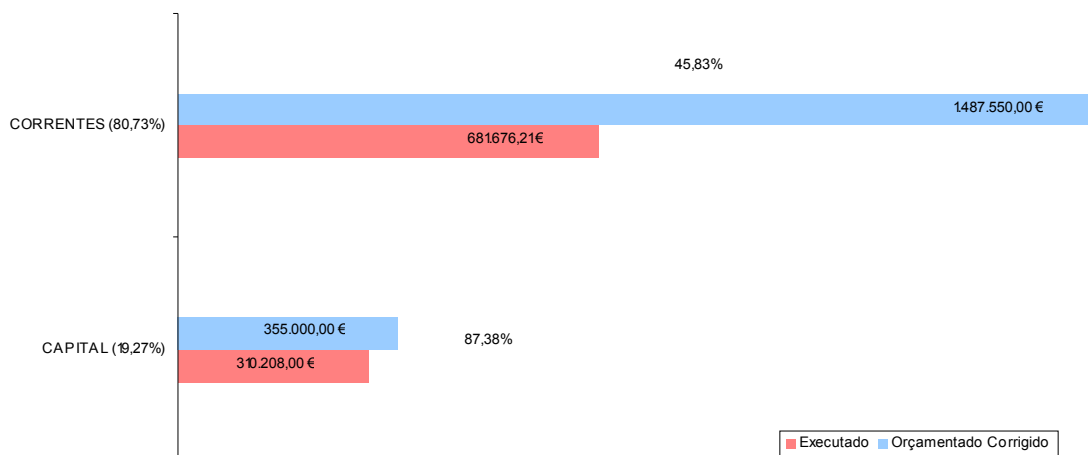
Considerando as despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamento, constatou-se que houve um maior predomínio das despesas com aquisição de bens de capital (79,99%). Considerando a despesa executada por sub agrupamento, verificaram-se graus de execução orçamental de 42,63% para as despesas com aquisição de bens e serviços e de 53,83% para as despesas com aquisição de bens de capital.

Gráfico 24 – Despesa Executada por Agrupamento – PIDDAC



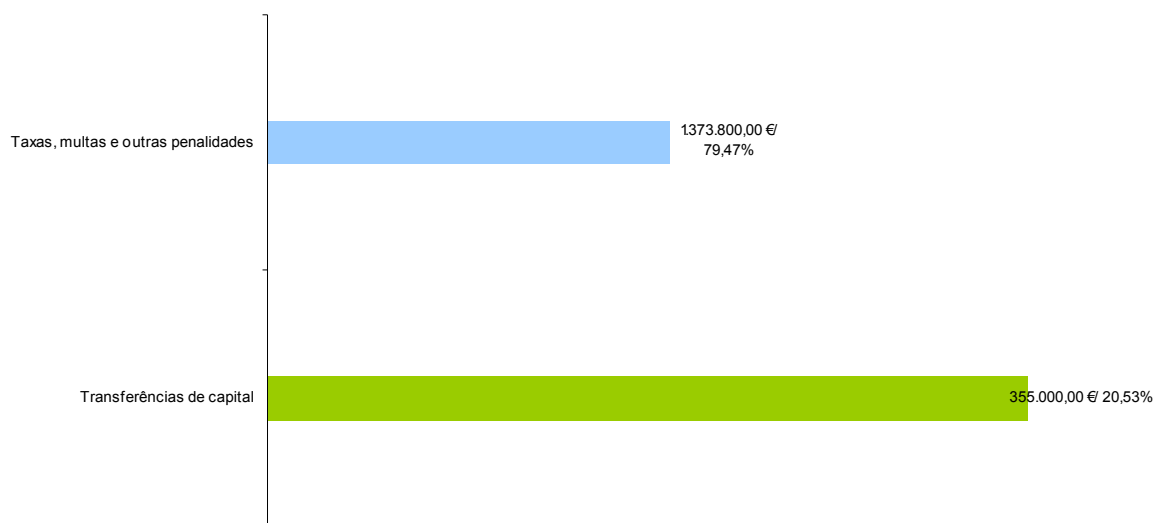
No que releva à Receita, o orçamento PIDDAC traduziu, em 2008, um grau de execução orçamental de 53,83%, uma vez que a receita executada totalizou 991.884,21€, e a receita orçamentada corrigida totalizou 1.842.550,00€. A receita orçamentada corrigida é composta em 19,27% por receitas afectas a despesas de capital e em 80,73% por receitas afectas a despesas correntes, sendo o grau de execução destas receitas de 87,38% e 45,83%, respectivamente.

Gráfico 25 – Receitas afectas a Despesas Correntes vs Receitas afectas a Despesas de Capital – PIDDAC



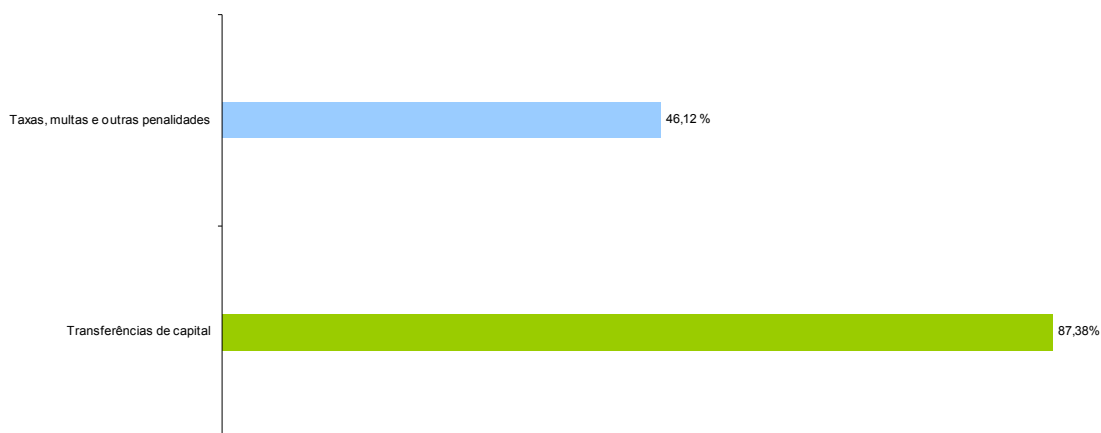
Considerando as receitas orçamentadas corrigidas por capítulo, constatou-se uma maior preponderância das receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades (79,47%).

Gráfico 26 – Orçamento Corrigido por Capítulo – PIDDAC



Considerando a receita executada por capítulos, verificaram-se graus de execução orçamental de 46,12% para as receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades e de 87,38% para receitas provenientes de transferências do Orçamento de Estado.

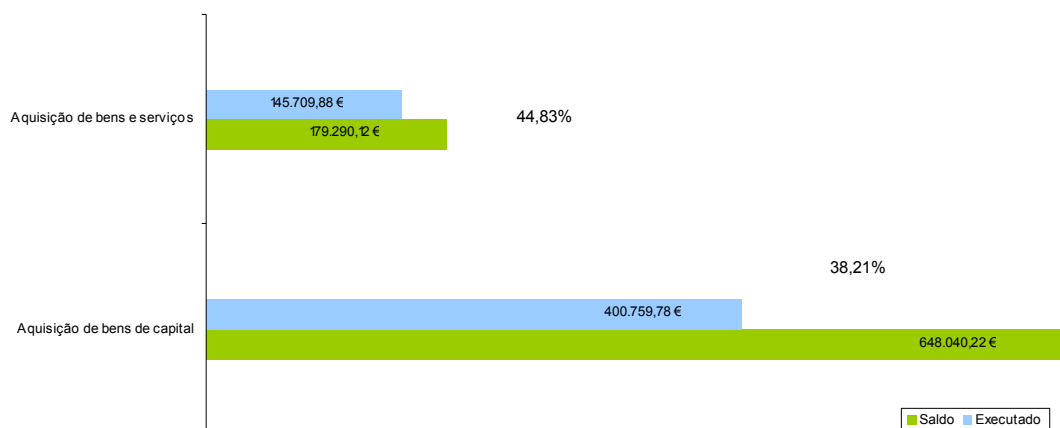
Gráfico 27 – Execução das Receitas por Capítulo – PIDDAC



Uma análise mais pormenorizada do orçamento PIDDAC pelos 3 programas que o compõem (50 12 001 - Sociedade de Informação e Governo Electrónico, 50 12 006 - Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações e 50 12 028 - Modernização e Qualificação da Administração Pública) permite uma leitura mais detalhada do grau de execução orçamental.

Assim, a despesa executada no Programa 50 12 001 - Sociedade de Informação e Governo Electrónico, totalizou 546.469,66€, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 1.373.800,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 39,78%. A despesa orçamentada decompõe-se em despesas de capital (aquisição de bens de capital) e em despesas correntes (aquisição de bens e serviços) as quais tiveram graus de execução orçamental de 38,21% e 44,83%, respectivamente.

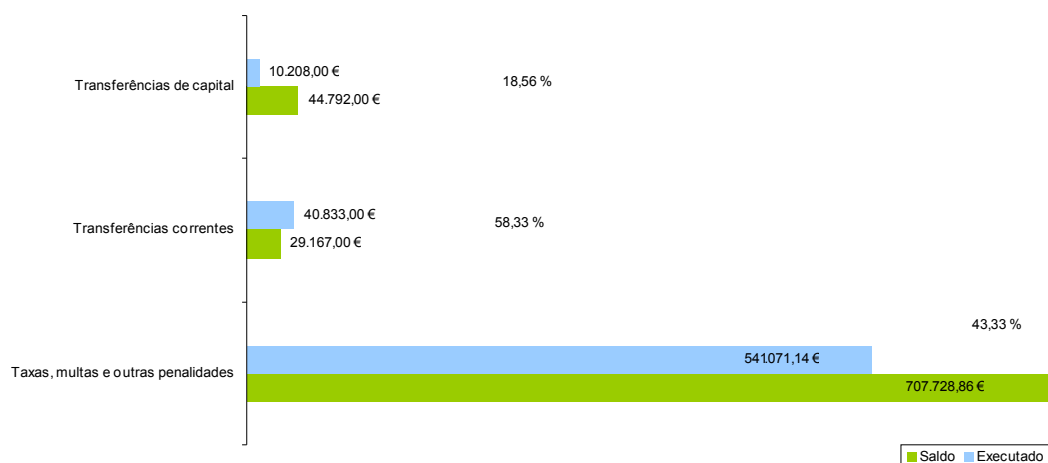
Gráfico 28 – Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 50.12.001



A receita executada afecta ao Programa 50 12 001 - Sociedade de Informação e Governo Electrónico totalizou 592.112,14€, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 1.373.800,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 43,10%.

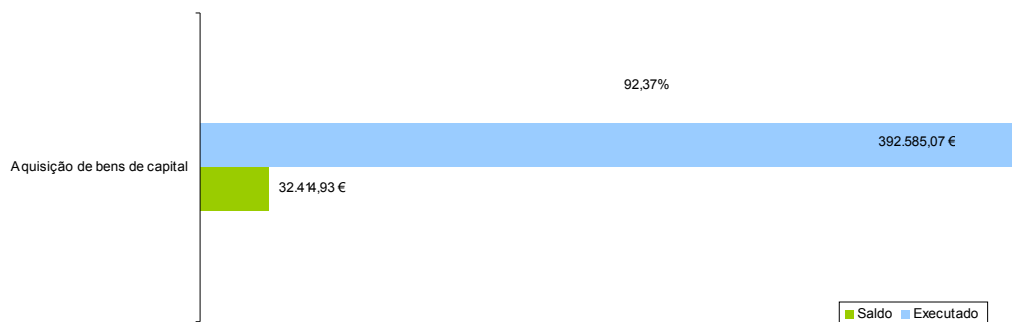
A receita orçamentada foi composta por receitas afectas a despesas correntes, nomeadamente, pelos capítulos taxas, multas e outras penalidades (execução orçamental de 43,33%) e transferências do Orçamento de Estado afectas a despesas correntes (execução orçamental de 58,33%) e transferências do Orçamento de Estado afectas a despesas de capital (execução orçamental de 18,56%).

Gráfico 29 – Receita Executada vs Receita Orçamentada Corrigida – 50.12.001



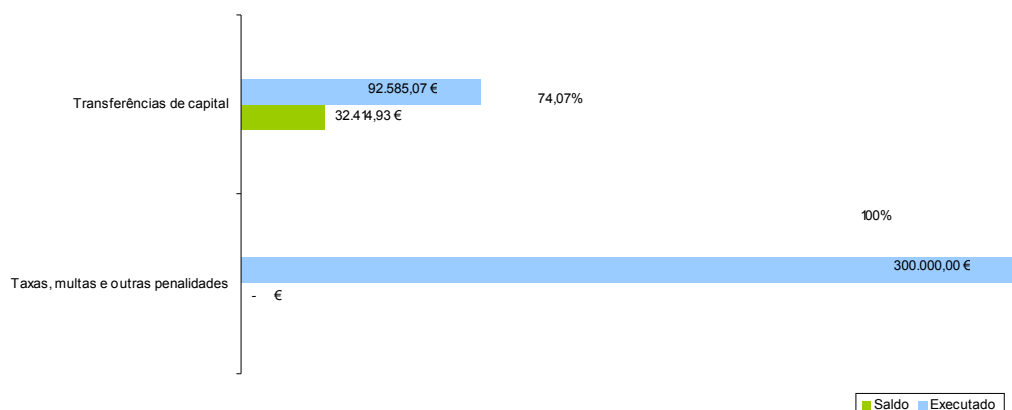
A despesa executada no Programa 50 12 006 - Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações, totalizou 392.585,07€, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 425.000,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 92,37%. A despesa orçamentada apresentada diz respeito apenas a despesas de capital, nomeadamente, pelo sub agrupamento de aquisição de bens de capital.

Gráfico 30 – Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 50.12.006



A receita executada no Programa 50 12 006 – Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações, totalizou 392.585,07€, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 425.000,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 92,37%.

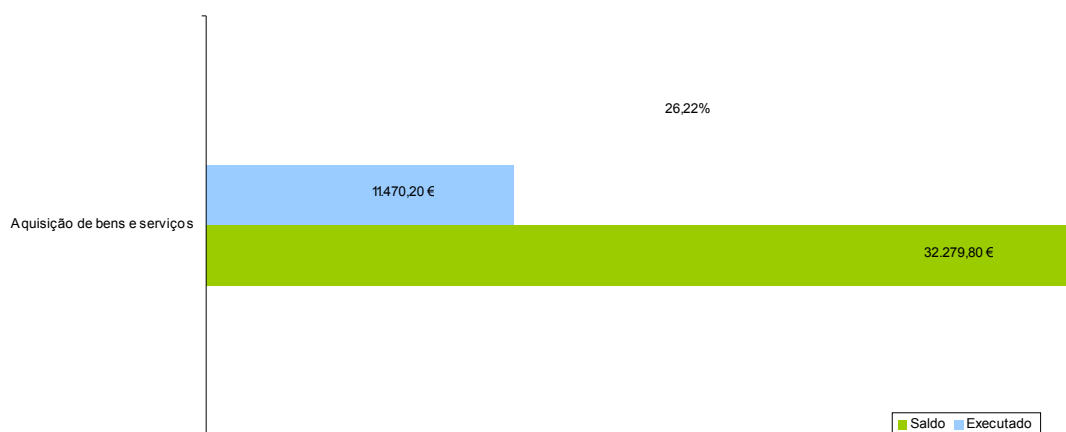
Gráfico 31 – Receita Executada vs Receita Orçamentada Corrigida – 50.12.006



A receita orçamentada desagrega-se em receitas de capital, nomeadamente, no capítulo transferências de capital do Orçamento de Estado (execução orçamental de 74,07%) e em receitas correntes, nomeadamente, no capítulo taxas, multas e outras penalidades (execução orçamental de 100,00%).

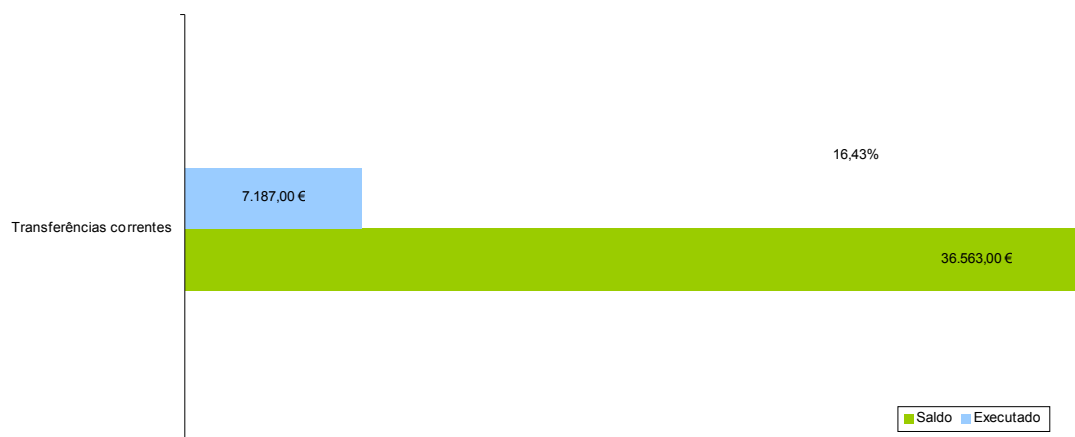
A despesa executada no Programa 50 12 028 - Modernização e Qualificação da Administração Pública, totalizou 11.470,20€, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 43.750,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 26,22%.

Gráfico 32 – Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 50.12.028



A receita executada no Programa 50 12 028 - Modernização e Qualificação da Administração Pública, totalizou 7.187,00€, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 43.750,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 16,43%.

Gráfico 33 – Receita Executada vs Receita Orçamentada Corrigida – 50.12.028



Análise às Demonstrações Financeiras

1. Balanço

Quadro 21 – Balanço

CÓDIGO DAS CONTAS		ACTIVO	EXERCÍCIOS			
			2008			2007
			AB	AP	AL	AL
I - BALANÇO						
Exercício de 2008						
Unidade: Euros						
	IMOBILIZADO:					
	Bens de domínio público:					
451	Terrenos e recursos naturais	751.469,58		751.469,58	751.469,58	
452	Edifícios	977.024,56	188.743,97	788.280,59	803.782,91	
453	Outras construções e infra-estruturas	51.062,21	13.127,18	37.935,03	39.202,95	
454	Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar					
455	Bens do património histórico, artístico e cultural					
459	Outros bens de domínio público					
445	Imobilizações em curso					
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público					
		1.779.556,35	201.871,15	1.577.685,20	1.594.455,44	
	Imobilizações incorpóreas:					
431	Despesas de instalação					
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento					
433	Propriedade industrial e outros direitos					
443	Imobilizações em curso					
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas					
	Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais					
422	Edifícios e outras construções	3.419.371,76	80.834,47	3.338.537,29	3.005.123,20	
423	Equipamento básico	180.304,51	117.076,62	63.227,89	80.203,66	
424	Equipamento de transporte	153.457,40	146.910,14	6.547,26	10.218,78	
425	Ferramentas e utensílios	6.915,16	6.883,49	31,67	215,27	
426	Equipamento administrativo	3.981.754,94	3.185.154,77	796.600,17	736.072,13	
427	Taras e vasilhame					
429	Outras imobilizações corpóreas	934.730,35	919.551,02	15.179,33	8.937,77	
442	Imobilizações em curso	509.695,48		509.695,48	463.766,48	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas					
		9.186.229,60	4.456.410,51	4.729.819,09	4.304.537,29	
	Investimentos financeiros:					
411	Partes de capital					
412	Obrigações e títulos de participação					
414	Investimentos em imóveis					
415	Outras aplicações financeiras					
441	Imobilizações em curso					
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros					
	CIRCULANTE:					
	Existências:					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo					
35	Produtos e trabalhos em curso					
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					
33	Produtos acabados e intermédios					
32	Mercadorias					
37	Adiantamentos por conta de compras					
	Dívidas de terceiros — Médio e longo prazos					
	Dívidas de terceiros — Curto prazo:					
2811+2821	Empréstimos concedidos					
211	Clientes, c/c	571,00		571,00		
212	Contribuintes, c/c					
213	Utentes, c/c	2.411.865,01		2.411.865,01	597.583,54	
214	Clientes, contribuintes e utentes — Títulos a receber					
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	2.251.789,22	1.659.244,01	592.545,21	260.954,12	
251	Devedores pela execução do orçamento					
229	Adiantamentos a fornecedores					
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado					
24	Estado e outros entes públicos	16.782,85		16.782,85		
26	Outros devedores	4.681.008,08	1.659.244,01	3.021.764,07	858.537,66	
	Títulos negociáveis:					
151	Accções					
152	Obrigações e títulos de participação					
153	Títulos da dívida pública					
159	Outros títulos					
18	Outras aplicações de tesouraria					
	Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa:					
13	Conta no Tesouro	20.530.544,03		20.530.544,03	18.253.568,68	
12	Depósitos em instituições financeiras	57.552,04		57.552,04	137.801,54	
11	Caixa	49.834,40		49.834,40	32.977,63	
		20.637.930,47		20.637.930,47	18.424.347,85	
	Acréscimos e diferimentos:					
271	Acréscimos de proveitos	645.819,99		645.819,99	660.855,60	
272	Custos diferidos	8.323,68		8.323,68	8.348,06	
		654.143,67		654.143,67	669.203,66	
	Total de amortizações		4.658.281,66			
	Total de provisões		1.659.244,01			
	Total do activo	36.938.868,17	6.317.525,67	30.621.342,50	25.851.081,90	

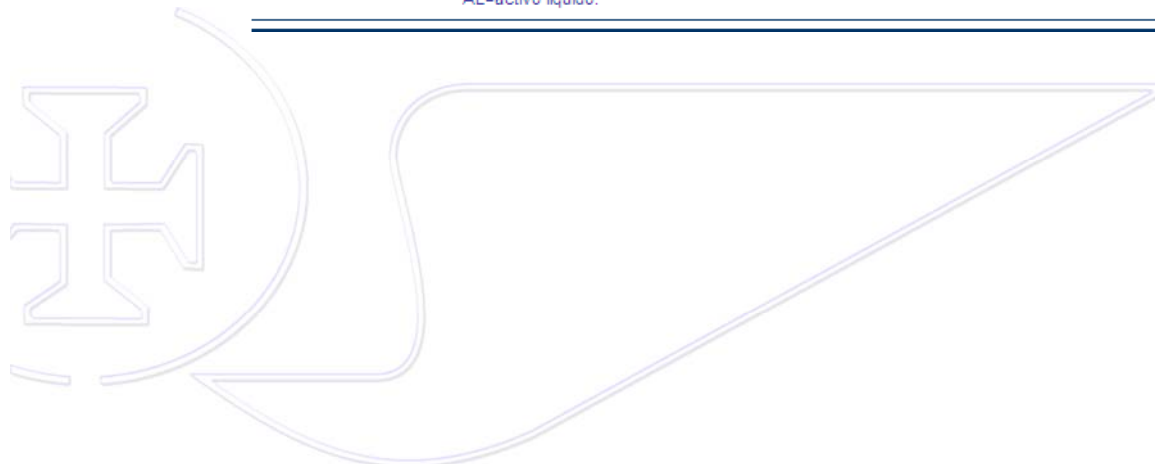
Quadro 21 – Balanço (cont.)

CÓDIGO DAS CONTAS POCP		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
			2008	2007
		FUNDOS PRÓPRIOS:		
51		Património	8.573.803,00	8.573.803,00
55		Ajustamentos de partes em capital de empresas		
56		Reservas de reavaliação		
		Reservas:		
571		Reservas legais		
572		Reservas estatutárias		
573		Reservas contratuais		
574		Reservas livres		
575		Subsídios		
576		Doações		
577		Reservas decorrentes da transferência de activos		
59		Resultados transitados	1.182.069,13	76.354,03
88		Resultado líquido do exercício	1.287.668,48	1.105.715,10
			11.043.540,61	9.755.872,13
		PASSIVO:		
29		Provisões para riscos e encargos	1.195.551,42	1.073.964,87
			1.195.551,42	1.073.964,87
		Dívidas a terceiros — Médio e longo prazos		
		Dívidas a terceiros — Curto prazo:		
23 111+23 211		Empréstimos por dívida titulada		
23 112+23 212		Empréstimos por dívida não titulada		
269		Adiantamentos por conta de vendas		
221		Fornecedores, c/c		
228		Fornecedores — Facturas em recepção e conferência		
222		Fornecedores — Títulos a pagar		
2612		Fornecedores de imobilizado — Títulos a pagar		
252		Credores pela execução do orçamento		
219		Adiantamentos de clientes, alunos e utentes	3.136,93	
2611		Fornecedores de imobilizado, c/c		
24		Estado e outros entes públicos	24.106,37	11.749,49
26		Outros credores	12.536.596,59	9.559.453,48
			12.563.839,89	9.571.202,97
		Acréscimos e diferimentos:		
273		Acréscimos de custos	870.723,25	803.612,71
274		Proveitos diferidos	4.947.687,33	4.646.429,22
			5.818.410,58	5.450.041,93
		Total do passivo	19.577.801,89	16.095.209,77
		Total dos fundos próprios e do passivo	30.621.342,50	25.851.081,90

Página 2

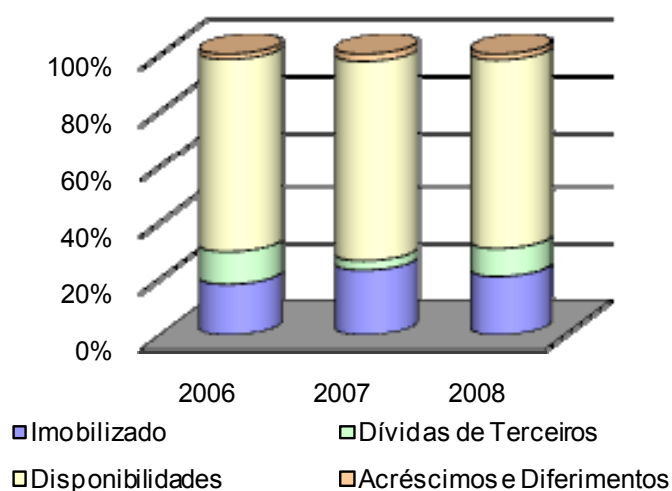
Abreviaturas:

AB=activo bruto.
AP=amortizações e provisões acumuladas.
AL=activo líquido.



O activo líquido, no valor de 30.621.342,50€, é composto por imobilizado (20,59%), por dívidas de terceiros - Curto prazo (9,87%), por disponibilidades (67,40%) e por acréscimos e diferimentos do activo (2,14%). As disponibilidades são constituídas pelo saldo em contas no Tesouro (20.530.544,03€), pelos saldos de depósitos em instituições financeiras (57.552,04€) e pelo saldo em caixa (49.834,40€). O imobilizado constitui-se por bens de domínio público (1.577.685,20€) e por imobilizações corpóreas (4.729.819,09€). As dívidas de terceiros — Curto prazo constituem-se por clientes (571,00€), por utentes, c/c (2.411.865,01€), por clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, c/c (592.545,21€) e por outros devedores (16.782,85€).

Gráfico 34 – Composição do activo



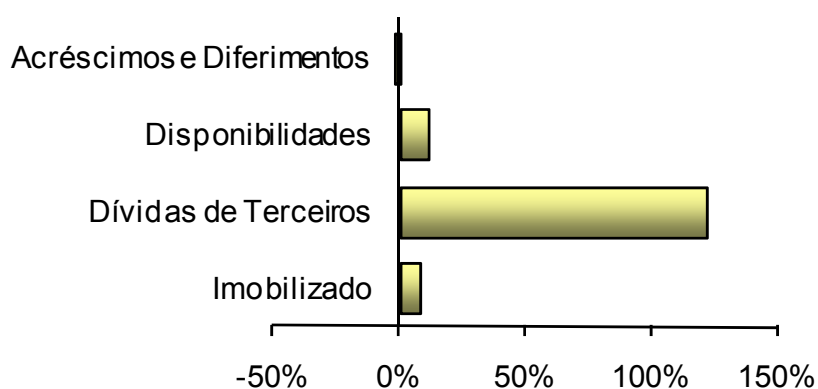
Os acréscimos e diferimentos constituem-se por acréscimos de proveitos (645.819,99€) e por custos diferidos (8.323,68€).

Relativamente ao exercício anterior, o activo líquido aumentou 4.770.260,60€ (18,45%) o que se explica pelos aumentos dos saldos do imobilizado líquido (408.511,56€), das dívidas de terceiros – Curto prazo (2.163.226,41€) e da conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa (2.213.582,62€) e pela diminuição dos acréscimos e diferimentos do activo (15.059,99€).

Verificou-se um aumento do passivo (3.482.592,12€) consubstanciado nos aumentos das dívidas a terceiros – curto prazo (2.992.636,92€) e dos acréscimos e diferimentos (368.368,65€) e nas provisões para riscos e encargos (121.586,55€). Por outro lado, verificou-se um aumento nos fundos próprios (1.287.668,48€).

O fundo de maneo necessário diminuiu 419.329,19€ (foi negativo em 7.463.502,62€ em 2007 e diminuiu para 7.882.831,81€ negativos em 2008), tendo-se verificado uma variação positiva na tesouraria de 1.830.153,98€. Verificou-se, assim, que a tesouraria foi positiva em 15.473.663,56€.

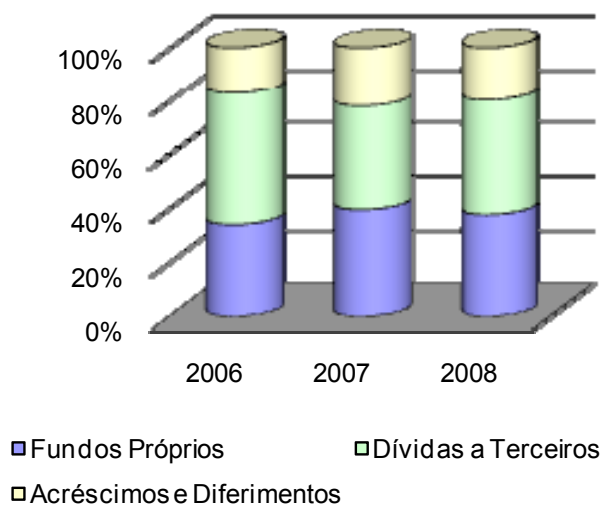
Gráfico 35 – Evolução do Activo



Em 31 de Dezembro de 2008, os fundos próprios representavam 37,53% do activo (39,37% no exercício de 2007), enquanto as dívidas a terceiros de curto prazo representavam 42,70% (38,63% no exercício de 2007) e os acréscimos e diferimentos representavam 19,77% (22,00% no exercício de 2007).

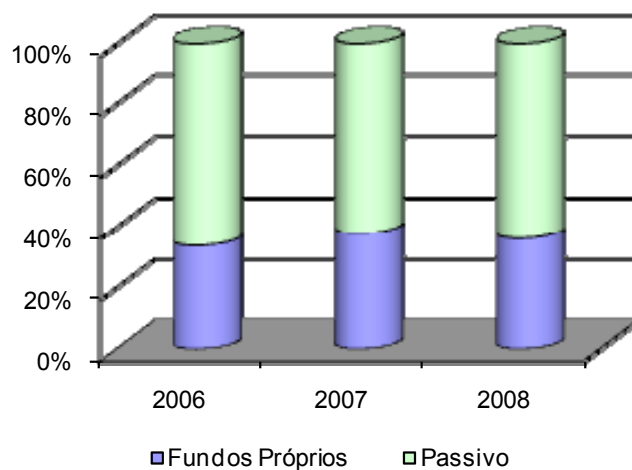


Gráfico 36 – Composição dos fundos próprios e do passivo



No mesmo período, os fundos próprios representavam 56,41% (60,61% no exercício de 2007) do passivo o que evidencia um aumento na solvabilidade e uma estrutura financeira caracterizada por uma razoável componente de fundos próprios.

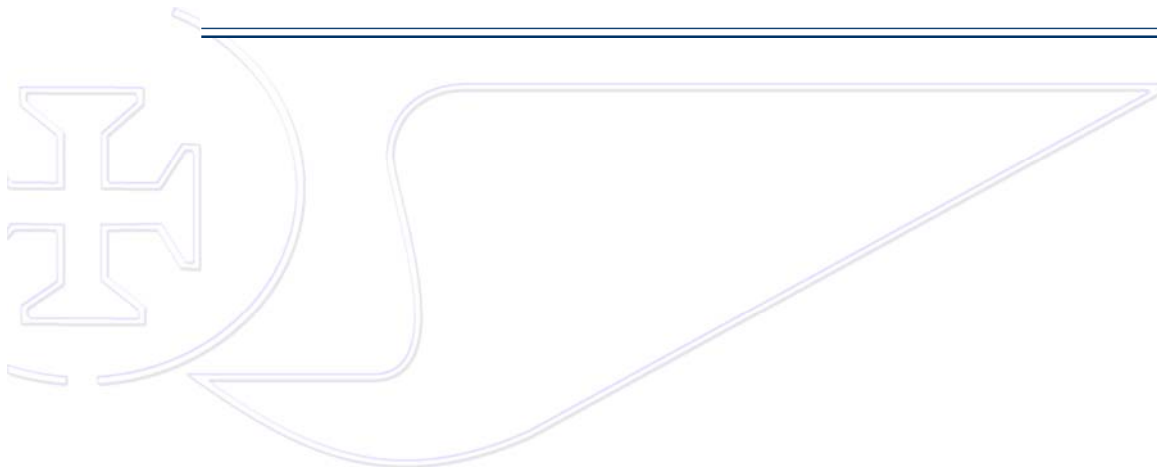
Gráfico 37 – Estrutura de capitais



2. Contas de resultados

Quadro 22 – Demonstração dos Resultados

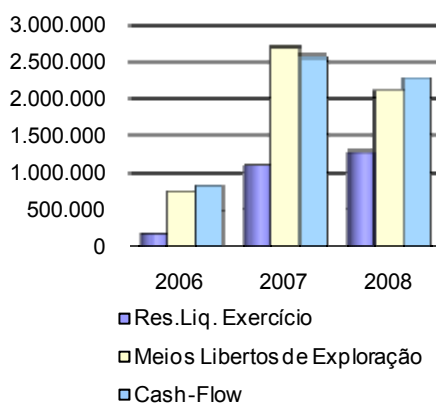
CÓDIGO DAS CONTAS		II - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
		EXERCÍCIOS		EXERCÍCIOS	
POCP		2008		2007	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos		2.921.098,40		2.174.425,74
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	5.465.923,51		5.895.804,68	
643 a 648	Encargos sociais:				
	Pensões	939,25		23.786,29	
	Outros	1.373.331,85	6.840.194,61	1.047.003,35	6.956.594,32
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais		1.071.838,94		497.508,56
66	Amortizações do exercício	464.844,21		449.341,42	
67	Provisões do exercício	531.667,87	996.512,08	1.029.157,03	1.478.498,45
65	Outros custos e perdas operacionais	763,91	763,91	698,54	698,54
	(A)		11.830.407,94		11.107.725,61
68	Custos e perdas financeiras	718,54	718,54	291,89	291,89
	(C)		11.831.126,48		11.108.017,50
69	Custos e perdas extraordinárias	2.768,80	2.768,80	233.183,08	233.183,08
	(E)		11.833.895,28		11.341.200,58
88	Resultado líquido do exercício		1.287.668,48		1.105.715,10
			13.121.563,76		12.446.915,68
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de mercadorias	14.284,97		12.192,83	
	Vendas de Produtos				
	Prestações de serviços	99.287,89	113.572,86	241.060,05	253.252,88
72	Impostos, taxas e outros	12.814.668,49		12.068.885,54	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares			7.657,80	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências — Tesouro				
742 e 743	Outras	11.470,20			
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	3.202,32	12.829.341,01	3.202,32	12.079.725,66
	(B)		12.942.913,87		12.332.978,54
78	Proveitos e ganhos financeiros		80.836,70		
	(D)		13.023.750,57		12.332.978,54
79	Proveitos e ganhos extraordinários		97.813,19		113.937,14
	(F)		13.121.563,76		12.446.915,68
Resumo:					
Resultados operacionais: (B)-(A) =			1.112.505,93		1.225.252,93
Resultados financeiros (D)-(C) =			80.118,16		-291,89
Resultados correntes (D)-(C) =			1.192.624,09		1.224.961,04
Resultado líquido do exercício (F)-(E) =			1.287.668,48		1.105.715,10



Os resultados líquidos do período foram de 1.287.668,48€, tendo contribuído para este resultado o facto de se terem verificado resultados operacionais de 1.112.505,93€, resultados financeiros de 80.118,16 € e resultados extraordinários de 95.044,39€.

Os indicadores cash-flow e meios libertos de exploração diminuíram em relação ao exercício anterior. O cash-flow cifrou-se em 2.284.180,56€²⁹ e os meios libertos de exploração foram de 2.109.018,01€³⁰.

Gráfico 38 – Cash flow e meios libertos de exploração



Os resultados operacionais diminuíram 112.747,00€³¹, os resultados financeiros aumentaram 80.410,05€³² e os resultados extraordinários aumentaram 214.290,33€³³.

²⁹ 2.584.213,55€ no exercício anterior

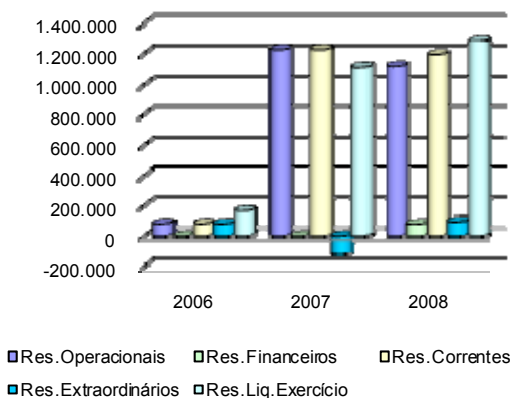
³⁰ 2.703.751,38€ no exercício anterior

³¹ Cerca de 1.225.252,93€ no exercício de 2007 e diminuíram para 1.112.505,93€ no exercício de 2008

³² 291,89€ negativos no exercício de 2007 e aumentaram para 80.118,16€ no exercício de 2008

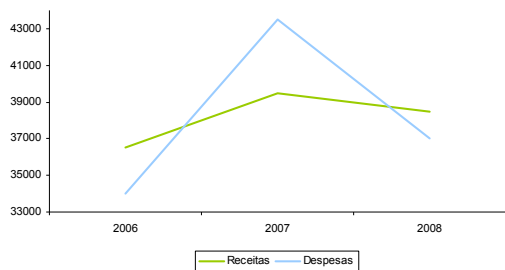
³³ 119.245,94€ negativos no exercício de 2007 e aumentaram para 95.044,39€ no exercício de 2008

Gráfico 39 – Evolução dos resultados

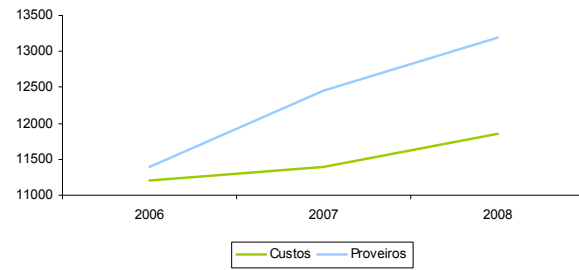


Análise Comparativa das Demonstrações Financeiras

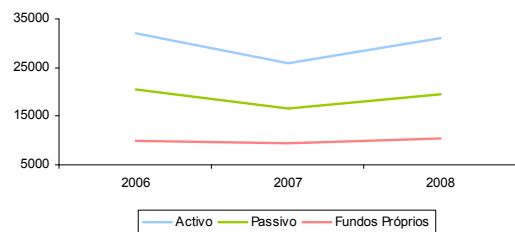
Fonte: Conta de Gerência



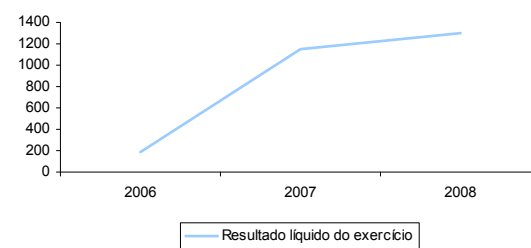
Fonte: Demonstração de Resultados / Unidade: Milhares de euros



Fonte Balanço




Fonte: Demonstração de resultados & balanço



3. Indicadores Económico-Financeiros

Quadro 23 – Indicadores Financeiros e Económicos

 V - INDICADORES FINANCEIROS E ECONÓMICOS INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL		Exercício de 2008			
		2008	2007	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
LIQUIDEZ E ROTAÇÕES					
Liquidez geral	1,413	1,411	0,002	0,11%	
Liquidez imediata	1,123	1,227	-0,104	-8,47%	
Fundo de maneo líquido (em euros)	7.590.831,75	6.180.006,96	1.410.824,79	22,83%	
Rotação do activo líquido	0,42	0,477	-0,05	-11,40%	
Rotação de clientes, alunos e utentes	2,775	5,851	-3,08		
ESTRUTURA FINANCEIRA					
Endividamento	63,94%	62,26%	-	1,67%	
Autonomia financeira	36,06%	37,74%	-	-1,67%	
Solvalibidade	56,41%	60,61%	-	-4,21%	
Fundo de maneo necessário (em euros)	-7.882.831,81	-7.463.502,62	-419.329,19		
Tesouraria (em euros)	15.473.663,56	13.643.509,58	1.830.153,98	13,41%	
RENTABILIDADE E MEIOS					
Rentabilidade do activo líquido	4,21%	4,28%	-	-0,07%	
Rentabilidade dos fundos próprios	11,66%	11,33%	-	0,33%	
Meios libertos na exploração (em euros)	2.109.018,01	2.703.751,38	-594.733,37		
Cash-flow (em euros)	2.284.180,56	2.583.786,90	-299.606,34		
Equação de Dupont:					
Margem líquida sobre vendas	9,95%	8,96%	-	0,99%	
Rotação do activo líquido	0,42	0,477	-0,05	-11,40%	
Multiplicador dos fundos próprios	2,77	2,65	0,12	4,64%	

4. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

4.1. Caracterização da Entidade

O Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P. (INAC, I.P.) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 133/98, de 15 de Maio, sucedendo à extinta Direcção-Geral de Aviação Civil. Posteriormente, face à evolução verificada no sector da aviação civil e as recomendações apontadas por várias organizações internacionais (ICAO e JAA) que regulam a missão do Instituto, o Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de Abril, veio reforçar as suas atribuições e competências de modo a responder às exigências de regulação definidas a nível europeu e internacional.

Conforme o estipulado no artigo 39º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, a contabilidade do INAC, I.P. é elaborada segundo o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

As presentes demonstrações financeiras reportam ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2008.

As notas que a seguir se apresentam visam facultar um melhor entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestações de contas exigidos na Instrução n.º 1/2004 — 2.ª Secção, publicadas no DR N.º 38, II Série, de 14 de Fevereiro. As notas não aplicáveis ou materialmente irrelevantes foram omitidas. Os quadros solicitados, quando aplicáveis, encontram-se em anexo.



4.1.1 Organização contabilística

- a) Não existe um manual de procedimentos contabilísticos organizado. No entanto, foram definidos dois regulamentos, um de receita e um de despesa, que garantem a execução da contabilidade de forma rigorosa, criteriosa e isenta de erros materiais.
- b) Encontram-se em fase de elaboração, revisão e definição os Regulamentos do INAC, I.P. associados à área administrativa e financeira, bem como o respectivo Manual de Procedimentos.
- c) Os livros de registo utilizados são o Diário, Razão e Balancetes do Razão, Inventário das Imobilizações, Inventário das Existências e Balanços.
- d) Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados da seguinte forma:
 - Despesas – Arquivados por processo de despesa do qual faz parte a proposta de realização de despesa, a requisição oficial, o documento comprovativo da despesa (factura ou documento equivalente), autorização de pagamento, documento comprovativo do pagamento (fotocópia do cheque e folhas de transferências bancárias) e recibo comprovativo do pagamento. Estes processos estão arquivados por ordem de pagamento separados de acordo com a classificação económica das despesas públicas.
 - Receitas – Folhas de caixa diárias, com guias de receita relativas a taxas, vendas e prestação de serviços produzidas pelo sistema informático de facturação, as quais servem de apoio ao registo da liquidação e cobrança das guias de receita. Estes documentos estão arquivados por dias.
 - Outras operações – As requisições de fundos de transferências do PIDDAC estão arquivadas por número de documento. Além disso, existe um arquivo para as guias de entrega de descontos e retenções e demais documentos de suporte. Existe ainda um arquivo das restantes operações de tesouraria, tais como as entregas do IVA liquidado.
- e) O sistema informático utilizado para a execução da contabilidade assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos. Trata-se de um sistema de gestão financeira e contabilística em que os movimentos contabilísticos patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas.

Este automatismo é conseguido graças a um sistema de equivalências e ligações entre a classificação económica das despesas e das receitas públicas e os códigos de contas previstos no plano de contas do INAC, I.P..

- f) Relativamente às demonstrações financeiras intercalares, o INAC, I.P. elabora demonstrações financeiras mensais, sendo as mesmas utilizadas internamente para efeitos de gestão e enviadas às respectivas entidades de controlo.
 - g) Não existe descentralização contabilística.
 - h) Oportunidade da informação – A informação contabilística encontra-se disponível nos serviços financeiros e na tesouraria. A informação financeira é introduzida diariamente no sistema informático de apoio à contabilidade.
-
- Revisão dos registos contabilísticos – São objecto de conferências através do cruzamento da informação registada no sistema informático de apoio à contabilidade, validando-se a informação gerada pela contabilidade orçamental e com *outputs* extraídos da contabilidade patrimonial.
 - Reconciliações bancárias – As reconciliações bancárias são efectuadas quinzenalmente.



4.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

- O critério utilizado na valorimetria das rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados foi o do custo de aquisição.
- As amortizações do exercício foram calculadas pelo método das taxas constantes com base nas taxas previstas no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria n.º 671/2000 – 2ª Série, publicada no Diário da República n.º 91, de 17 de Abril de 2000.
- Os movimentos ocorridos nas contas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões são os que constam dos quadros em anexo à conta de gerência conforme Guia de Remessa.
- A classe 5 – Fundo patrimonial é constituída pelo valor do património inicial, pelos resultados transitados e pelo resultado líquido do exercício.
- Como variação positiva foi registado o resultado líquido de 2007 como os resultados transitados.
- A demonstração dos resultados financeiros consta do quadro em anexo à conta de gerência conforme Guia de Remessa.
- A demonstração dos resultados extraordinários consta do quadro em anexo à conta de gerência conforme Guia de Remessa.

Para melhor interpretação das demonstrações financeiras, deve, ainda, ter-se em consideração os seguintes pontos:

1. Disponibilidades – cumprindo o princípio da Unidade de Tesouraria, centralizou-se a maioria das disponibilidades no IGCP, permanecendo na CGD um saldo residual.
2. Seguindo a Orientação – Norma interpretativa n.º 2/2001 – Movimentação da conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento do POCP, as dívidas de e a terceiros não transitaram para a conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento ficando registadas nas contas originárias.
3. Foram registados acréscimos e diferimentos a 31 de Dezembro de 2008.
4. Relativamente à conta 21 – o saldo de 2.411.865,01€ é significativamente influenciado, por uma Guia de Receita de um operador, emitida a 09 / Dezembro / 2008 (1,1 milhões de euros), e que apenas foi cobrada em 2009, e pelo acréscimo de processos de contra-ordenação (0,5 milhões de euros).
5. Relativamente à conta 271 – Acréscimos de proveitos foram registados os proveitos respeitantes a 2008, mas que apenas serão liquidados em 2009, nomeadamente as taxas de segurança e outras taxas nos montantes de 608.427,92€ e 37.392,07€ respectivamente (para uma melhor leitura ver o balancete analítico da geral relativo ao período de regularizações).

6. A conta 268 – Devedores e credores diversos, inclui os valores em dívida relativos à distribuição da taxa de segurança (12,1 milhões de euros), bem como os montantes relativos a operações de tesouraria (407 mil euros), dos quais 385 mil euros, correspondem a uma transferência efectuada em duplicado por um operador.
7. O saldo de 870.723,25€ da conta 273 – Acréscimos de custos reflecte encargos com remunerações a liquidar no ano seguinte, cujos custos reportam ao presente exercício, nomeadamente o subsídio e o mês de férias. Para além destes, existem ainda consumos de outros fornecimentos e serviços para os quais as facturas datam de 2009, mas que concorrem para o apuramento de resultados deste exercício, designadamente, electricidade, comunicações e outros trabalhos especializados (para uma melhor leitura ver o balancete analítico da geral relativo ao período de regularizações).
8. A conta 272 – Custos diferidos, evidencia o valor relativo à quota-parte dos custos que deverão ser reconhecidos nos exercícios seguintes, nomeadamente, prémios de seguros cujo período de vigência supera o presente exercício (para uma melhor leitura ver o balancete analítico da geral relativo ao período de regularizações).
9. O saldo da conta 274 – Proveitos diferidos evidencia os proveitos resultantes de transferências do Orçamento do Estado (PIDDAC) no valor de 4.947.687,33€, os quais foram utilizados na aquisição de activos e, ainda, o montante de 70.735,28€ referente a verbas ainda não aplicadas nesta gerência, transitando como saldo de gerência.
10. A 31 de Dezembro reconheceram-se proveitos extraordinários no montante de 69.832,66€ respeitante às amortizações dos bens que foram financiados com Orçamento do Estado (PIDDAC). Para além deste montante os restantes proveitos extraordinários correspondem às designações das respectivas contas do balancete analítico.
11. Na conta 78 foram registados os juros auferidos no âmbito do Investimento feito através do IGCP, I.P. – Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P., em CEDIC, os quais ascenderam a 80.360,70€.
12. Conta 62 – Em 2007, por recomendação da auditoria da Direcção-Geral do Orçamento, foi efectuada uma reclassificação da rubrica orçamental associada à despesa com avençados (01-Pessoal) e, conseqüentemente, seguiu-se o mesmo entendimento em termos de contabilidade patrimonial (64-Pessoal). Em 2008, reanalisada esta orientação e após discussão com o Fiscal Único do INAC, I.P., entendeu-se que na contabilidade patrimonial a mesma deveria ser contabilizada como Fornecimentos e Serviços Externos, situação que gerou o acréscimo aí verificado por contrapartida da redução na conta de custos com pessoal, no montante de cerca de 538.306,53€.
13. Transferências Correntes Concedidas, reflecte os montantes pagos à Câmara Municipal de Bragança, no âmbito de Protocolo existente, no valor de 653.556,48€.

14. Conta 64 – Custos com o pessoal, não obstante a redução verificada, é de evidenciar que foram contabilizados 250.012,44€ relativos a custos com indemnizações pagas, nos termos da lei, a ex-dirigentes que cessaram a sua comissão de serviço, aquando da reestruturação do Instituto (Fevereiro de 2008).
15. Registaram-se na conta 67 – Provisões do exercício, os reforços de provisões de cobrança duvidosa no valor de 410.081,32€ relativas a taxas emitidas a clientes, contribuintes e utentes que se encontram na situação de cobrança duvidosa e um montante de 121.586,55€ relativo a provisões para riscos e encargos referente a processos litigiosos que decorrem em Tribunal.
16. Foram registados na conta 69 – Custos extraordinários de montantes relativos a multas, a anulação de guias de taxas emitidas em anos anteriores e a restituições de valores cobrados a terceiros.
17. Os saldos das contas de clientes expressam os movimentos ocorridos no exercício de 2008, adicionados dos saldos provenientes de anos anteriores, cujas respectivas contas correntes são geridas e estão suportadas em sistema autónomo que serve de base a toda a facturação, com registo diário no sistema de suporte à contabilidade.

CAPÍTULO IV

Balanco Social

BALANÇO SOCIAL



BALANÇO SOCIAL 2008

Decreto – Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ORGANISMO

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Serviço /Organismo – Instituto nacional de Aviação Civil, I.P.

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO

Em 1 de Janeiro: 193

Em 31 de Dezembro: 190



DISTRIBUIÇÃO DE EFECTIVOS

Quadro 1.1 a 1.5 – Contagem dos efectivos por grupo de pessoal, relação jurídica de emprego e sexo

Recursos Humanos	SEXO	DIRIGENTE	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TÉCNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	b) PESSOAL DE INSPECÇÃO	PESSOAL DE INFORMATICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	c) PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA	DOCENTE	MÉDICO	TÉC. SUP. DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TÉC. DIAG. E TERAPÉUTICA	d) FORÇAS ARMADAS	e) FORÇAS DE SEGURANÇA	f) OUTRO PESSOAL	TOTAL	
Total de Efectivos		19	42	23	5			9									4								102
	+ O	13	32	5	35			2									1								88
	T	32	74	28	40	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	190
Nomeação		6																							6
	+ O	2																							2
	T	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Contrato administrativo de provimento																									0
	+ O																								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho por tempo indeterminado		4	24	5	1			4																	38
	+ O	6	16	1	10			1																	34
	T	10	40	6	11			5																	72
Contrato de trabalho a termo resolutivo certo																									0
	+ O																								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto																									0
	+ O																								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços				15													4								19
	+ O			3													1								4
	T			18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23
Requisição* / Destacamento / Afecção específica / Cedência especial		9	15	3	4			5																	36
	+ O	5	19	1	25			1																	51
	T	14	34	4	29	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	87
Outros																									0
	+ O																								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Total de efectivos a exercer funções no serviço em 31 de Dezembro
 Total de efectivos em nomeação definitiva, provisória, comissão de serviço, comissão de serviço extraordinária e nomeação de substituição
 Total de efectivos nas situações de contrato de avença ou contrato de tarefa
 Considerar apenas os trabalhadores provenientes de outros serviços que se encontram em alguma destas situações temporárias / * Inclui 65 funcionários do Quadro Especial Transitório
 Total de efectivos com uma relação jurídica de emprego diferente das mencionadas anteriormente
 Considerar apenas os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro)
 Inclui os trabalhadores inseridos em carreiras de Inspeção de regime especial ou construídas como corpos especiais
 Considerar os trabalhadores inseridos nas carreiras de oficial de justiça, de conservador / notário e oficial dos registos e do notariado
 Postos de carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, marinha e Força Aérea)
 Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais da PJ, PSP, GNR, SEF, SIS, SIEDM e Guardas prisionais
 Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos de pessoal

Quadro 1.2 a 1.3 – Contagem dos efectivos por escalão etário segundo o sexo

Estrutura etária (em 31 de Dezembro)	♂	♀	TOTAL
Até 18 anos			0
18 – 24			0
25 – 29	1	1	2
30 – 34	16	19	35
35 – 39	7	18	25
40 – 44	9	5	14
45 – 49	16	10	26
50 – 54	19	12	31
55 – 59	11	19	30
60 – 64	13	4	17
65 – 69	7	3	10
70 e mais			0
TOTAL	99	91	190

$$\text{Idade média} = \frac{8873}{190} = 47$$

Considerar para cada escalão etário o número de pessoas com idade referida a 31 de Dezembro.

Quadro 1.4 a 1.5 – Contagem dos efectivos por nível de antiguidade segundo o sexo

Estrutura antiguidades (em 31 de Dezembro)	♂	♀	TOTAL
Até 5 anos	31	13	44
5 – 9	25	32	57
10 – 14	0	1	1
15 – 19	8	8	16
20 – 24	2	2	4
25 – 29	4	3	7
30 – 35	4	20	24
Mais de 36 anos	6	8	14
TOTAL	80	87	167

$$\text{Nível médio de antiguidade} = \frac{2404}{167} = 14$$

Considerar por cada trabalhador em exercício de funções no organismo, a antiguidade na Função Pública em anos completos em 31 de Dezembro, calculada de acordo com o art.º 93.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, diploma que define o regime de férias, faltas e licenças.

Quadro 1.6 – Contagem dos trabalhadores estrangeiros por naturalidade segundo o sexo

Trabalhadores estrangeiros	♂	♀	TOTAL
De países da União Europeia			-
Dos PALOP			-
Do Brasil			-
De outros países			-
TOTAL	0	0	0

considerar o total de trabalhadores estrangeiros, não naturalizados, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade.

Quadro 1.7 – Contagem dos trabalhadores portadores de deficiência segundo o sexo

Trabalhadores com deficiência (em 31 de Dezembro)	♂	♀	TOTAL
N.º de trabalhadores	3	1	4

Considerar o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência

Quadro 1.8 – Contagem dos efectivos por nível de escolaridade segundo o sexo

Estrutura habilitacional (em 31 de Dezembro)	♂	♀	TOTAL
Menos de 4 anos de escolaridade			0
4 Anos de escolaridade	6	2	8
6 Anos de escolaridade	2	4	6
9 Anos de escolaridade	8	8	16
11 Anos de escolaridade	4	8	12
12 Anos de escolaridade	14	16	30
Bacharelato ou curso superior	4	3	7
Licenciatura	57	45	102
Mestrado	3	5	8
Doutoramento	1		1
TOTAL	99	91	190

Considerar para cada efectivo o nível mais elevado que completou até 31 de Dezembro, medido em anos de escolaridade ou grau académico.

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Quadro 1.9 – Contagem dos efectivos admitidos e regressados durante o ano, por grupo de pessoal, relação jurídica de emprego e sexo

Admissões	SEXO	DIRIGENTE	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TÉCNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	b) PESSOAL DE INSPECÇÃO	PESSOAL DE INFORMATICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	c) PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA	DOCENTE	MÉDICO	TÉC. SUP. DE SAUDE	ENFERMEIRO	TÉC. DIAG. E TERAPÉUTICA	d) FORÇAS ARMADAS	e) FORÇAS DE SEGURANÇA	f) OUTRO PESSOAL	TOTAL
		a)																						
Total de Efectivos		4	5	17	1																			27
		2	6	3	3																			14
	T	6	11	20	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41
Nomeação		4																						4
		2																						2
	T	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Contrato administrativo de provimento																								0
																								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho por tempo indeterminado																								0
																								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho a termo resolutivo certo																								0
																								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto																								0
																								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços				16																				16
				3																				3
	T	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
Requisição* / Destacamento / Afecção específica / Cedência especial			5	1	1																			7
			6	0	3																			9
	T	0	11	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16
Outros																								0
																								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive, por concurso ou instrumento de mobilidade.

Nota: ver legenda do Quadro 1.1

Quadro 1.10 – Contagem dos efectivos saídos durante o ano, por grupo de pessoal, relação jurídica de emprego e sexo

Saídas definitivas ou com hipótese de regresso (durante o ano)	SEXO	a) DIRIGENTE	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TÉCNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	b) PESSOAL DE INSPEÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTARIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	c) PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA	DOCENTE	MÉDICO	TÉC. SUP. DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TÉC. DIAG. E TERAPÉUTICA	d) FORÇAS ARMADAS	e) FORÇAS DE SEGURANÇA	f) OUTRO PESSOAL	TOTAL
	T																							
Total	0																							0
	0																							0
	0																							0
Do quadro	3																							3
	0																							0
	3																							3
De fora do quadro	2	6	15	2																				25
	17	6	5	5	1																			17
	42	2	12	20	7	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42

Considerar o total de efectivos saídos (definitivamente ou com hipótese de regresso) do serviço, entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive. Considerar **do quadro**, quando o efectivo saído se encontrava numa situação de nomeação, e **de fora do quadro**, quando se encontrava em qualquer situação.

Nota: ver legenda do Quadro 1.1

Quadro 1.11 – Contagem dos funcionários saídos definitivamente durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o motivo de saída

Motivo das saídas dos funcionários (durante o ano)	a) DIRIGENTE	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TÉCNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	b) PESSOAL DE INSPEÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTARIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	c) PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA	DOCENTE	MÉDICO	TÉC. SUP. DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TÉC. DIAG. E TERAPÉUTICA	d) FORÇAS ARMADAS	e) FORÇAS DE SEGURANÇA	f) OUTRO PESSOAL	TOTAL	
Falecimento																								0
Exoneração																								0
Aposentação		4		5			1																	10
Limite de idade																								0
Aposentação compulsiva																								0
Demissão																								0
Mútuo acordo																								0
Outros	5	8	20	2																				35
Total	5	12	20	7	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	45

Considerar apenas os efectivos saídos definitivamente do serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive.

Nota: ver legenda do Quadro 1.1

Quadro 1.12 – Contagem dos agentes saídos definitivamente durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o motivo de saída

Motivo das saídas dos agentes (durante o ano)	a) DIRIGENTE	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TÉCNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	b) PESSOAL DE INSPEÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	c) PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TÉC. SUP. DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TÉC. DIAG. E TERAPÉUTICA	d) FORÇAS ARMADAS	e) FORÇAS DE SEGURANÇA	f) OUTRO PESSOAL	TOTAL		
Falecimento																								0	
Exoneração																									0
Aposentação																									0
Limite de idade																									0
Aposentação compulsiva																									0
Demissão																									0
Mútuo acordo																									0
Outros																									0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Considerar apenas os efectivos saídos definitivamente do serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive.

Nota: ver legenda do Quadro 1.1

Quadro 1.13 – Contagem do pessoal em contrato a termo resolutivo saído durante o ano, segundo o motivo de saída

Motivo das saídas do pessoal em contrato a termo resolutivo (durante o ano)	Número de saídas
Caducidade	-
Mútuo acordo	-
Denúncia de qualquer das partes	-
Rescisão pelo contrato	-
Total	0

Considerar apenas os efectivos em contrato de trabalho a termo resolutivo saídos do serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive.

Quadro 1.14 – Contagem das vagas orçamentadas e não ocupadas durante o ano por categoria e ingresso, segundo a dificuldade de provimento

Postos de trabalho não ocupados por dificuldades de provimento	Não abertura de concurso	Impugnação do concurso	Vagas não descongeladas	Concurso improcedente	Concurso em desenvolvimento
Categorias					
Técnico Superior	60				
Técnico	13				
Técnico profissional	10				
Auxiliar	1				
Total	84	-	-	-	-

Considerar, para cada categoria de ingresso, o total de vagas previstas para serem ocupadas durante o ano, e que não o foram, segundo as dificuldades seguintes:

- **Não abertura de concurso**, por razões imputáveis ao serviço;
- **Impugnação do concurso**, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do concurso;
- **Vagas não descongeladas**, por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- **Concurso improcedente**, concurso deserto, inexistência ou desistência de candidatos aprovados;
- **Concurso em desenvolvimento**.

Quadro 1.15 e 1.16 – Contagem das mudanças de situação dos efectivos no serviço durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o motivo e o sexo

Mudança de situação	SEXO	a) DIRIGENTE	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TÉCNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	b) PESSOAL DE INSPECÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	c) PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TÉC. SUP. DE SAUDE	ENFERMEIRO	TÉC. DIAG. E TERAPÉUTICA	d) FORÇAS ARMADAS	e) FORÇAS DE SEGURANÇA	f) OUTRO PESSOAL	TOTAL		
Total de efectivos			8	1	2			1																	12	
	T	0	7	2	7	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	
Promoções			15	3	9	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Promoções por mérito excepcional																										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Progressões por mérito excepcional			7	1	2			1																		11
	T	0	6	2	7			1																		16
Reconversões e reclassificações*			13	3	9	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27
	T	0	1																							1
			1																							1
	T	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2

Considerar o total de efectivos que mudaram de situação profissional no serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro.

* Ingresso de trabalhadores na Carreira Técnica Superior após realização de Estágio.

Nota: ver legenda do Quadro 1.1

Quadro 1.17 – Contagem dos efectivos por grupo de pessoal e modalidade de horário

Motivo das saídas dos agentes (durante o ano)	a) DIRIGENTE	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TÉCNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	b) PESSOAL DE INSPECÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	c) PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TÉC. SUP. DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TÉC. DIAG. E TERAPÉUTICA	d) FORÇAS ARMADAS	e) FORÇAS DE SEGURANÇA	f) OUTRO PESSOAL	TOTAL	
Horário rígido																								
Horário flexível		66	9	36			10																	121
Horário desfasado																								
Jornada contínua		2		4			1																	7
Trabalho por turnos																								
Trabalhador – estudante																								
Assistência a descendentes menores																								
Tempo parcial																								
Semana de 4 dias																								
Isenção de horário	32		6	1																				39

Considerar para cada efectivo a modalidade de horário praticada em 31 de Dezembro.
Nota: ver legenda do Quadro 1.1

Quadro 1.18 – Contagem das horas de trabalho extraordinário, diurno e nocturno, e em dias de descanso e feriados, efectuadas pelos efectivos do serviço durante o ano, segundo o sexo

Modalidade de prestação de trabalho	♂	♀	TOTAL
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	2844,65	290,5	3135,15
Trabalho extraordinário compensado por dedução no período normal de trabalho			0
Trabalho extraordinário compensado por acréscimo de período de férias			0
Trabalho extraordinário nocturno			0
Trabalho em dias de descanso complementar	245	499,5	744,5
Trabalho em dias de descanso semanal	21		21
Trabalho em dias feriados	42	84	126
Tempo parcial			0
Semana de 4 dias			0
Isenção de horário			0

Considerar o total de horas efectuadas pelos efectivos do serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro nas situações identificadas.

Quadro 1.19 – Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o tipo de ausência e sexo

Ausências ao trabalho	SEXO	a) DIRIGENTE	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TÉCNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	b) PESSOAL DE INSPEÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADJANEIRO	CHEFIAS TRIBUTARIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	c) PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TÉC. SUP. DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TÉC. DIAG. E TERAPÉUTICA	d) FORÇAS ARMADAS	e) FORÇAS DE SEGURANÇA	f) OUTRO PESSOAL	TOTAL	
Total	H	9	275	23	18	0	0	194	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	519	
	O	13	276	10	590	0	0	47	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	936	
	T	22	551	33	608	0	0	241	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1455	
Casamento	H																								0
	O																								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maternidade / paternidade	H																								0
	O		129																						129
	T	0	129	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	129
Nascimento	H																								0
	O																								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Falecimento de familiar	H	4	3	2				11																	20
	O	1	6	1	3																				11
	T	5	9	3	3	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31
Doença	H	3	116	14	11			57																	201
	O	6	59		340			42																	447
	T	9	175	14	351	0	0	99	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	648
Doença prolongada	H		122					125																	247
	O				81																				81
	T	0	122	0	81	0	0	125	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	328
Assistência a familiares	H		25	6	7																				38
	O	5	51	6	22			3																	87
	T	5	76	12	29	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	125
Trabalhador – estudante	H		6																						6
	O		7		27																				34
	T	0	13	0	27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40
Por conta do período de férias	H	1	1	1				1																	4
	O	1	21	3	30			2																	57
	T	2	22	4	30	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61
Com perda de vencimento	H																								0
	O		2		5																				7
	T	0	2	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Cumprimento de pena disciplinar	H																								0
	O																								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Ausências ao trabalho (cont.)	SEXO	a) DIRIGENTE	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TÉCNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	b) PESSOAL DE INSPEÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	c) PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TÉC. SUP. DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TÉC. DIAG. E TERAPÉUTICA	d) FORÇAS ARMADAS	e) FORÇAS DE SEGURANÇA	f) OUTRO PESSOAL	TOTAL	
	Injustificadas	H O O																							
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras	H O O	1	2																						3
	T	1	3	0	82	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	83
					82																				86

Considerar o total de dias completos de ausência

Nota: ver legenda do Quadro 1.1

Quadro 1.20 – Contagem das horas não trabalhadas durante o ano, por actividade sindical ou greve, segundo o grupo de pessoal e sexo

Horas não trabalhadas	SEXO	a) DIRIGENTE	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TÉCNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	b) PESSOAL DE INSPEÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	c) PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TÉC. SUP. DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TÉC. DIAG. E TERAPÉUTICA	d) FORÇAS ARMADAS	e) FORÇAS DE SEGURANÇA	f) OUTRO PESSOAL	TOTAL	
	Actividade sindical	H O O		210					171																
	T	0	210	0	0	0	0	171	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	381
Greve	H O O	7	14																						21
	T	7	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21

Considerar o total de dias completos de ausência

Nota: ver legenda do Quadro 1.1

ENCARGOS COM PESSOAL

Quadro 2 – Total dos encargos com pessoal durante o ano

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base	4 972 363,52 €
Trabalho extraordinário	10 678,79 €
Trabalho normal nocturno	-
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriado	17 040,07 €
Disponibilidade permanente	-
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	538 306,53 €
Risco, penosidade e insalubridade	-
Fixação na periferia	-
Trabalho por turnos	-
Abono para falhas	1 657,18 €
Participação em reuniões	-
Ajudas de custo	147 418,66 €
Transferências de localidade	-
Representação	66 834,71 €
Secretariado	-
Outros	294 793,10 €
TOTAL	6 049 092,56 €

$$\text{Leque salarial ilíquido} = \frac{4752,55}{764,31} = 6,218$$

Considerar a soma dos valores ilíquidos em euros das seguintes despesas com pessoal efectuadas entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro, relativamente a todos os efectivos do serviço;

Remuneração base, incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal;

Trabalho extraordinário (diurno e nocturno) - horas remuneradas de acordo com os artigos da Secção I do Capítulo IV do DL n.º 259/98, de 18 de Agosto;

Trabalho normal nocturno - retribuições calculadas de acordo com o artigo n.º 32 do D.L. n.º 259/98, de 18 de Agosto;

HIGIENE E SEGURANÇA

Quadros 3.1.1 a 3.1.3 – Contagem do total de acidentes em serviço registados durante o ano

Acidentes em serviço	No local de trabalho				<i>in itinere</i>			
	TOTAL	Menos de 60 dias de baixa	60 dias ou mais de baixa	Mortais	TOTAL	Menos de 60 dias de baixa	60 dias ou mais de baixa	Mortais
N.º total de acidentes	1	1	-	-	2	1	1	-
N.º de acidentes com baixa	1	1	-	-	2	1	1	-
N.º de dias perdidos com baixa	16	16	-	-	92	12	80	-

Considerar os acidentes em serviço registados num auto de notícia, conforme o disposto no D.L. n.º 503/99, de 20 de Novembro;

O "número total de acidentes" refere-se ao total das ocorrências registadas entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro, sem baixa, e mortais, enquanto o "número de acidentes com baixa" exclui os mortais, e refere-se aos que implicam faltas por acidente em serviço, previstas na alínea i) do art. 21º D.L. n.º 100/90 de 31 de Março, conjugado com o art. 19º do D.L. n.º 503/99, de 20 de Novembro. O "número de dias perdidos com baixa", refere-se aos acidentes com baixa e aos mortais.



Quadro 3.1.4 a 3.1.9 – Contagem dos casos de incapacidade declarados durante o ano relativamente aos efectivos do serviço vítimas de acidente em serviço

Casos de incapacidade	Número de casos
Número de casos de incapacidade permanente:	-
* Incapacidade permanente absoluta	-
* Incapacidade permanente parcial	-
* Incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual	-
Número de casos de incapacidade temporária e absoluta	-
Número de casos de incapacidade temporária e parcial	-

Quadro 3.2 – Contagem das situações de doença profissional registadas durante o ano

Doenças profissionais	Número de casos	Número de dias de ausência
	-	-
	-	-
	-	-
	-	-
	-	-
	-	-

Considerar para cada doença profissional, o número de casos reportados pelos efectivos do serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro, e o correspondente total de dias de ausência por doença profissional justificado ao abrigo da alínea i) do art. 21º do DL 100/99, de 31 de Março, conjungado com o art. 19º do DL nº 503/99, de 20 de Novembro.

Quadro 3.3 – Contagem das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Exames médicos efectuados	62	7 530,52€
Exames de admissão	-	-
Exames periódicos	61	7 409,06€
Exames ocasionais e complementares	1	121,46€
Exames de cessação de funções	-	-
Despesas com a medicina no trabalho	-	-
Número de visitas aos postos de trabalho	-	-

Nas despesas com medicina no trabalho, considerar as relativas a medicamentos e vencimentos de pessoal afecto.

Quadro 3.4 – Contagem das intervenções das comissões de higiene e segurança ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança, higiene e saúde no trabalho – intervenções das comissões	Número
Reuniões anuais de higiene e segurança	3
Visitas aos locais de trabalho	1

Considerar o número de intervenções efectuadas entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro pelas comissões de segurança, higiene e saúde no trabalho, previstas no art. 6º do D.L. n.º 488/99, de 17 de Novembro.

Quadro 3.5 – Contagem dos efectivos reclassificados ou recolocados durante o ano em resultado de acidentes em serviço ou doença incapacitante

Segurança, higiene e saúde no trabalho – reclassificação e reconversão	Número de pessoas
Reclassificadas (reclassificação profissional)	-
Recolocadas (reconversão profissional)	-

Considerar o número de efectivos recolocados por acções de reconversão profissional, que ocorreram na sequência de situações de incapacidade permanente adquirida, em resultado de acidentes em serviço ou doença profissional, nos termos do art. 12º do DL 497/99, de 19 de Novembro.

Quadro 3.6 – Contagem relativa a acções de formação e de sensibilização em matéria de segurança realizadas durante o ano no serviço

Segurança, higiene e saúde no trabalho – acções de formação	Número de pessoas
Acções de formação e de sensibilização realizadas	-
Pessoas abrangidas pelas acções realizadas	-

Considerar as acções referidas no art. 12º do D.L. n.º441/91, de 14 de Novembro.

Quadro 3.7 – Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Segurança, higiene e saúde no trabalho – custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho	-
Equipamento de protecção	-
Formação em prevenção de riscos	-
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	-
Total	0



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Quadro 4.1 – Contagem das acções de formação profissional realizadas durante o ano, por tipo de acção e segundo a duração

Formação profissional / duração das acções	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 Horas ou mais
Internas	12	2	1	0
Externas	31	2	3	3
Total	43	4	4	3

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- **Acção interna** a que se destina exclusivamente a efectivos do serviço
- **Acção externa** a que se pode ter a participação de efectivos de vários serviços

Quadro 4.2 – Contagem relativa às participações em acções de formação durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o tipo de acção

Níveis de qualificação	a) DIRIGENTE	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TÉCNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	b) PESSOAL DE INSPECÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADUANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	c) PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TÉC. SUP. DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TÉC. DIAG. E TERAPÉUTICA	d) FORÇAS ARMADAS	e) FORÇAS DE SEGURANÇA	f) OUTRO PESSOAL	TOTAL	
Número total de participantes	107	159	55	40	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	369
N.º de participantes em acções internas	74	123	50	37			8																	292
N.º de participantes em acções externas	33	36	5	3			0																	77

Considerar as participações em acções de formação sejam certificadas pela correspondente entidade de formação.

Nota: Ver legenda do Quadro 1.1

Quadro 4.3 – Contagem relativa às horas dispendidas em acções de formação durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o tipo de acção

Níveis de qualificação	a) DIRIGENTE	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO	TÉCNICO PROFISSIONAL	ADMINISTRATIVO	OPERÁRIO	AUXILIAR	b) PESSOAL DE INSPECÇÃO	PESSOAL DE INFORMÁTICA	PESSOAL ADJANEIRO	CHEFIAS TRIBUTÁRIAS	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	c) PESSOAL DE JUSTIÇA	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DOCENTE	MÉDICO	TÉC. SUP. DE SAÚDE	ENFERMEIRO	TÉC. DIAG. E TERAPÉUTICA	d) FORÇAS ARMADAS	e) FORÇAS DE SEGURANÇA	f) OUTRO PESSOAL	TOTAL	
Total de horas em acções de formação	3492,5	2926	1315	484	0	0	49	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8266,5
Horas dispendidas em acções internas	2321,5	2050	1231	264			49																	5915,5
horas dispendidas em acções externas	1171	876	84	220																				2351

Considerar as horas dispendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano

Nota: Ver legenda do Quadro 1.1

Quadro 4.4 – Despesas anuais com formação

Despesas com formação	Valor (Euros)
Despesas com acções internas	113 767,60€
Despesas com acções externas	40 144,97€
Total	153 912,57€

Considerar as despesas efectuadas durante o ano em actividade de formação e suportadas pelo orçamento do serviço



PRESTAÇÕES SOCIAIS

Quadro 5.1 a 5.11 – Encargos com prestações sociais

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Abono de família	2 141,54 €
Subsídio de casamento	-
Subsidio de nascimento	-
Subsídio de aleitação	-
Abono complementar a crianças e jovens deficientes	-
Subsídio de educação especial	-
Subsidio mensal vitalício	-
Subsidio de funeral	-
Subsidio de refeição	202 028,28€
Prestação de acção social complementar	11 934,00€
Subsidio de morte	-
Outras prestações sociais	890 955,76€
TOTAL	1 107 059,58€

Considerar o valor total anual em euros correspondente às prestações sociais previstas, que foram pagas aos efectivos do serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro

Quadro 5.12 – Prestações de acção social complementar

Prestações sociais – Outras modalidades de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos / casa do pessoal	-
Refeitórios	-
Infantários	-
Colónias de férias	-
Apoio a estudos	-
Adiantamento e empréstimos	11 934,00€
Outras prestações de acção social complementar	-
TOTAL	11 934,00€

RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Quadro 6.1 a 6.2 – Relações Profissionais

Prestações sociais – Outras modalidades de apoio social	Número
Trabalhadores sindicalizados	26
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	5
Total de votantes para comissões de trabalhadores	45

Quadro 6.3 – Disciplina

Disciplina	Valor (Euros)
Processos transitados do ano anterior	0
Processos instaurados durante o ano	1
Processos transitados para o ano seguinte	0
Processos decididos – Total:	-
* Arquivados	-
* Repreensão escrita	1
* Multa	-
* Suspensão	-
* Inactividade	-
* Aposentação compulsiva	-
* Demissão	-

Processos transitados do ano anterior, os que têm a data de notificação ao instrutor do ano anterior.

Processos transitados durante o ano, os que têm a data de notificação ao instrutor do ano corrente.

Processos transitados para o ano seguinte, os que não têm a data de notificação da decisão ao arguido.

Processos decididos, os que têm a data de notificação da decisão ao arguido do ano corrente



CAPÍTULO V

Avaliação Final

AVALIÇÃO FINAL



Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço

O Conselho Directivo do INAC, I.P., em reunião de 1 de Abril de 2009, deliberou propor, com base nos resultados do QUAR e na informação adicional constante da auto-avaliação que integra o presente relatório e nos critérios constantes na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, a menção qualitativa de **Desempenho Satisfatório**, na avaliação final de desempenho do INAC, I.P. relativa ao ano 2008.

Lisboa, 1 de Abril de 2009.

O Presidente do Conselho Directivo do INAC, I.P.

Luís A. Fonseca de Almeida



www.inac.pt

